

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**BENTO QUIRINO E COTUCA:**

**os passos do Ensino Profissional em Campinas**

LÚCIA PEDROSO DA CRUZ  
2008

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**BENTO QUIRINO E COTUCA:**

**os passos do Ensino Profissional em Campinas**

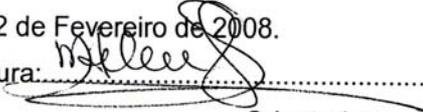
Autor: LÚCIA PEDROSO DA CRUZ

Orientadora: Maria Helena Salgado Bagnato

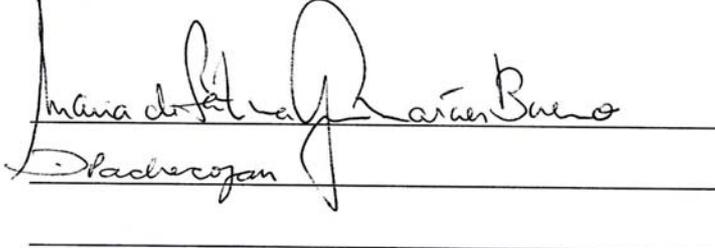
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Lúcia Pedroso da Cruz e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 22 de Fevereiro de 2008.

Assinatura: \_\_\_\_\_

  
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

© by Lúcia Pedroso da Cruz, 2008.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Cruz, Lúcia Pedroso da.  
C889b Bento Quirino e COTUCA : os passos do ensino profissional em Campinas /  
Lúcia Pedroso da Cruz. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Maria Helena Salgado Bagnato.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade  
de Educação.

1. Educação. 2. Ensino profissional. 3. Ensino profissional – História 4.  
Instituição escolar – História. 5. Política educacionais. I. Bagnato, Maria Helena  
Salgado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.  
Título.

08-075/BFE

**Título em inglês :** Bento Quirino and COTUCA : the steps of technical education in Campinas

**Keywords:** Education ; Technical Education ; History of Technical Education ; Education Institutes – History;  
Education Politics

**Área de concentração:** Ensino, Avaliação e Formação de Professores

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Helena Salgado Bagnato (Orientador)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Fátima Guimarães Bueno  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dirce Djanira Pacheco e Zan  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carmen Sylvia Vidigal Moraes  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisabete Barolli

**Data da defesa:** 22/02/2008

**Programa de pós-graduação :** Educação

**e-mail :** [lpecr@terra.com.br](mailto:lpecr@terra.com.br)

*A meu pai, Vicente, o ex-combatente da FEB, de quem tenho orgulho de ser filha e a quem devo as melhores lições de prudência, honestidade e tolerância.*

*À memória de minha mãe Lina, a grande professora que tive, antes mesmo de ir para a escola, exemplo de perseverança e dedicação.*



## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Maria Helena Salgado Bagnato, com sua admirável dedicação e sensibilidade apurada, ofereceu suporte seguro ao longo da elaboração desta pesquisa, além da confiança e da valiosa amizade.

Às Professoras Maria de Fátima Guimarães Bueno e Dirce Djanira Pacheco e Zan, pela avaliação cuidadosa e pelas sólidas contribuições, trazidas no Exame de Qualificação.

Ao Professor Osmar Salles de Figueiredo, o segundo Diretor do Colégio Técnico da Unicamp, pela calorosa acolhida em sua casa e pelo precioso depoimento de quem acumula a vasta experiência de quase 70 anos, dedicados ao Ensino Profissional.

Ao Professor Armando José Geraldo, docente do Colégio Técnico da Unicamp, de onde é ex-aluno e ex-Diretor, pela disponibilidade de oferecer seu depoimento, contribuindo na construção deste trabalho.

Ao Professor Celso Akira Nishibe, atual Diretor do Colégio Técnico da Unicamp, pela atenção a mim dedicada quando em visita à escola e por ter aberto o caminho de contato até o Professor Osmar.

Às equipes do Centro de Memória da Unicamp (CMU) e do Sistema Central de Arquivos (SIARQ), pela dedicação, presteza e orientações imprescindíveis a esta pesquisa.

Ao Professor de História Américo Baptista Villela, docente da Escola Técnica Estadual “Bento Quirino” e à senhora Maria das Dores Siqueira Caresia, responsável pela biblioteca da referida escola, pela enorme receptividade, colocando-me em contato com arquivos de documentos que serviram de base para este trabalho.

A todo o pessoal da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, pelo apoio prestado ao longo desta jornada.

Às equipes das Bibliotecas da Faculdade de Educação, do IFCH e do Instituto de Economia, pelo auxílio atencioso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES — pelo apoio financeiro.

A cada um dos meus colegas do PRAESA — Cris, Greice, Lourdes, Silvana e Rogério — a quem agradeço sinceramente, pelas importantes contribuições que ofereceram, graças a suas experiências pessoais e profissionais. Meu abraço especial à Lourdes e ao Rogério, que acompanharam o desenvolvimento do trabalho de maneira mais próxima.

A Maria Cristina Bahia Wutke, a amiga que, no decorrer de quase 20 anos, tem sido o apoio fiel para todas as horas, a presença certa em todos os momentos, a ouvinte, confidente, paciente, leal e sincera.

À minha irmã, Lucila, pelos gestos de generosidade que ultrapassam qualquer limite. Além de meu pai, devo também a ela o apoio incondicional, muito maior do que uma irmã possa oferecer a outra, permitindo-me avançar nos estudos e concluir meu Mestrado.

A Raquel, minha filha, meu presente de Deus, fonte de ânimo incontestável, estimulando sempre, com seu interesse, sua responsabilidade e determinação e de quem tenho muito orgulho. A ela também agradeço pela imprescindível ajuda na revisão cuidadosa desta dissertação.

Ao Jefferson, pela enorme atenção e cuidado nas configurações finais do texto.

Ao Daniel, que tem me ensinado o significado do verdadeiro companheirismo, com sua paciência e carinho constantes.

Sem dúvida alguma, durante minha trajetória de vida, um grande número de pessoas surge por instantes, outras por mais tempo e vão deixando impressões, cooperando das mais variadas formas para compor o ser humano que me tornei. Seria impossível listá-las todas, até porque muitas apareceram de forma anônima e velada, com gestos, sorrisos ou mesmo com olhares de reprovação e deixaram sua marca e seu auxílio neste meu caminhar. Registro aqui minha homenagem e meus agradecimentos a elas.

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta uma leitura de aspectos históricos de duas instituições de Ensino Profissional do município de Campinas, São Paulo. Ambas ocuparam, em tempos diferentes, um espaço especialmente construído para o funcionamento de uma escola de formação profissional, no início do século XX.

O Instituto Profissional Bento Quirino ocupou o referido espaço de 1915 a 1965.

O Colégio Técnico da Unicamp (COTUCA) iniciou suas atividades em 1967, teve sua instalação oficializada em 1970 e ainda permanece no local.

Portanto, o estudo delimitou um recorte temporal de 1915 a 1970.

Documentos diversos, tais como: atas, relatórios, artigos de jornais e revistas da época, fotografias, entrevistas e legislação referente ao Ensino Profissional no Brasil serviram de base para a pesquisa. Contribuíram para as análises, aportes do campo da História.

Esses documentos permitiram elaborar uma reconstrução histórica permeada por elementos de ordem política, social e cultural do referido período.

## **ABSTRACT**

This paper presents a interpretation of the historical aspects of two Professional Teaching Institutions in the municipal district of Campinas, in São Paulo. Both of them occupied, at different periods, one place especially built for the functioning of a professional education school, in the beginning of the 20<sup>th</sup> century.

Bento Quirino Professional Institute occupied the above-mentioned place from 1915 to 1965.

The Unicamp Technical School (COTUCA) begun its activities in 1967. In 1970, this school installation became official and it has remained at the place since then.

Therefore, this study was delimited in a period of time between 1915 and 1970.

Several documents, such as: proceedings records, reports, magazines' and newspapers' articles, pictures, interviews and legislation regarding the Professional Teaching in Brazil gave base to the research. Some inputs from the History field also contributed to the research.

Theses documents allowed the elaboration of a historical reconstruction surrounded by elements of political, social and cultural natures of the referred period.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>xi</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>xiii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DO COMEÇO</b> .....	<b>15</b>
2.1. O nascer da cidade .....	15
2.2. As primeiras escolas de Campinas: grandes conflitos e pequenas conquistas.....	20
2.3. Bento Quirino dos Santos – o mentor do Instituto Profissional.....	29
2.5. Os desafios e as superações ao longo dos anos.....	51
De 1915 a 1927: Do germinar à reinauguração .....	51
De 1928 a 1965: A trajetória nas mãos do Estado e a desocupação do espaço .....	65
<b>CAPÍTULO III – NASCE O COTUCA: a nova escola em um velho berço</b> .....	<b>105</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>133</b>
<b>ANEXO 1</b> .....	<b>141</b>
<b>ANEXO 2</b> .....	<b>149</b>
<b>ANEXO 3</b> .....	<b>163</b>



## LISTA DE SIGLAS

ABE: Associação Brasileira de Educação

ABN: Arquivos Brasileiros de Nutrição

AID: Agência para o Desenvolvimento Internacional

ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEC: Conselho de Entidades de Campinas

CEE: Conselho Estadual de Educação

CEETEPS: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

CEPROCAMP: Centro de Educação Profissional de Campinas “Prefeito Antônio da Costa Santos”

CMU: Centro de Memória da Unicamp

COTICAP: Colégio Técnico Estadual “Conselheiro Antônio Prado”

COTUCA: Colégio Técnico da Campinas

DNCr: Departamento Nacional da Criança

ETE: Escola Técnica Estadual

ETECAP: Escola Técnica Estadual “Conselheiro Antônio Prado”

FEAC: Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

JFT: João Falchi Trinca

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação e Cultura

OF: Otilia Forster

ONU: Organização das Nações Unidas

PRAESA: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Práticas de Educação em Saúde

PRP: Partido Republicano Paulista

PUC: Pontifícia Universidade Católica

SACOP: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras do Estado de São Paulo

SAPS: Serviço de Alimentação da Previdência Social

SENAC: Serviço Nacional do Comércio

SENAI: Serviço Nacional da Indústria

SIARQ: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

STAN: Serviço Técnico de Alimentação e Nutrição

TJC: Tribunal de Justiça de Campinas

UEC: Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID: Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

USP: Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – BENTO QUIRINO DOS SANTOS</b>	<b>31</b>
<b>Figura 2 – As primeiras linhas da Ata da 1ª Assembléia Geral da “Associação Instituto Profissional Bento Quirino”</b>	<b>41</b>
<b>Figura 3 – Construção do Instituto Profissional Bento Quirino (Campinas, SP)</b>	<b>45</b>
<b>Figura 4 – Fachada. Escola Profissional “Bento Quirino”</b>	<b>53</b>
<b>Figura 5 – Trecho da ata da assembléia realizada em 31 de julho de 1921</b>	<b>57</b>
<b>Figura 6 – Inauguração do Dispensário de Puericultura 15/10/1933</b>	<b>77</b>
<b>Figura 7 – Demonstração de Ginástica Masculina da Escola Bento Quirino de Campinas, SP</b>	<b>83</b>
<b>Figura 8 – Locomotiva construída pelos alunos: Estação Ferroviária de Campinas</b>	<b>91</b>
<b>Figura 9 – Professores e alunos na Oficina de Marcenaria</b>	<b>95</b>
<b>Figura 10 – Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha desta temática para o projeto de Mestrado nasceu de uma série de experiências vivenciadas como professora de Biologia, pois desde o início de minha prática pedagógica em 1979, pude atuar em diversos espaços tais como colégios particulares, escolas da rede pública estadual, inclusive escola técnica profissional de nível médio (Escola Técnica Estadual Conselheiro Antônio Prado – ETECAP) e também em instituição de cunho municipal, o CEPROCAMP (Centro de Educação Profissional de Campinas “Prefeito Antonio da Costa Santos”).

Após inserções amadoras com aulas particulares ainda na fase da adolescência, fui descobrindo que a carreira do magistério exercia sobre mim um certo fascínio. Ao contrário de grande número de colegas, eu tinha clara a opção de lecionar, como função a ser exercida após a formatura no curso de Ciências Biológicas, na Universidade de São Paulo.

Por uma questão de oportunidades, iniciei meu percurso em escola da rede particular e foi neste setor que trabalhei durante a maior parte de minha vida profissional. Mas em 1982, quando vim morar na cidade de Campinas, houve concurso para preenchimento de uma vaga de professor de Biologia, na ETECAP. Aprovada no concurso, encontraria uma novidade pela frente: eu nunca havia lecionado em curso noturno para alunos trabalhadores. Enfrentei grande dificuldade nas tentativas para adequar a linguagem, o ritmo das aulas, o tipo de avaliação para aquelas pessoas, com realidades e necessidades bem diferentes daquelas com as quais eu já estava habituada. Porém, nos quatro anos de trabalho ali, aprendi muito mais do que ensinei — o que fez desta, uma experiência significativa e compensadora.

Desse modo, o contato com o cenário do ensino profissionalizante me colocou diante de questões desafiadoras: como deveria se dar o processo educativo neste nível? Como lidar com a realidade do aluno trabalhador? Que conhecimentos deveriam ser priorizados e por quê? Quais os objetivos desta formação? Como realizar avaliações com perspectivas de crescimento, de desenvolvimento dos alunos? Indagações complexas que me remetiam para além do espaço escolar e não apresentavam respostas simplistas.

Após um período afastada do meio acadêmico, comecei a sentir a necessidade de reativar e aprofundar o contato com a universidade, na busca por outros espaços para construir novos

conhecimentos, a partir de discussões e reflexões apoiadas em recursos bibliográficos e em novas interações.

Ao procurar me inserir em cursos na Faculdade de Educação da UNICAMP — como aluna-ouvinte — os professores com quem conversei diziam claramente que o aceite implicaria em uma participação efetiva em aula, tanto nas discussões com base na bibliografia indicada, como em seminários e outros trabalhos a serem desenvolvidos no curso.

Em um desses cursos, meu grupo recebeu a incumbência de preparar um seminário apresentando as idéias centrais contidas no livro **Saberes e Competências**, que tem Françoise Ropé e Lucie Tanguy como organizadoras. A obra traz uma coletânea de textos referentes ao cunho polissêmico da noção de competência, seu uso generalizado no âmbito das políticas educacionais na França dos anos setenta, além de questionamentos sobre aproximações envolvendo instituição escolar e mundo produtivo – com as empresas interferindo em mudanças na elaboração dos conteúdos de ensino, frente às novas formas de organização do capital.

O intenso envolvimento com a preparação deste e de outros trabalhos realizados na universidade fez aguçar ainda mais meu interesse por questões relativas ao Ensino Médio, mais especificamente o Ensino Técnico Profissional — pelos desafios intrínsecos a esta etapa da formação, em constante dilema quanto ao significado que pode vir a ter no processo educativo da população. As trocas de experiências que as aulas propiciavam também foram de grande importância na elaboração de esboços de um projeto para ingresso no programa de Mestrado, tão logo me fosse possível.

Mais adiante, conversando com uma amiga que concluía o Doutorado, falei sobre o projeto que eu havia escrito, relacionando políticas públicas educacionais e atividades pedagógicas de professores de escolas técnicas de Enfermagem. Foi então que ela comentou sobre o PRAESA (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Práticas de Educação e Saúde), sobre a Professora Maria Helena Salgado Bagnato e me apresentou a ela, naquela mesma tarde. Houve uma forte identificação com os objetivos do grupo de pesquisa e com os modos de vermos a prática docente, em suas múltiplas facetas. Ingressei no programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, em 2005.

O estudo a que eu me propunha buscava compreender de que maneira(s) professores que lecionavam em cursos técnicos de Enfermagem se apropriavam das políticas educacionais trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 e as contextualizam em

sua atividade pedagógica. O termo “competência” aparece como palavra-chave nesta legislação e eu estava mobilizada por indagações a este respeito, já havia algum tempo.

De início, escolhi como *locus* para desenvolver o estudo o Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas (COTUCA). Trata-se de uma instituição pública, reconhecida pela qualidade do ensino que oferece e que possui entre os vários cursos de formação profissional de nível médio, o de Enfermagem. Cabe esclarecer que a aproximação com a área da Saúde deve-se à minha formação como bióloga e ao fato de o espaço atribuído a esta área do conhecimento ser bastante amplo neste curso.

Em um primeiro momento visitei o Colégio ainda com o intuito de trabalhar com professores do curso de Enfermagem. Durante conversa informal com o então diretor (Professor Armando José Geraldo), soube que ele, além de outros três ex-diretores, é ex-aluno da escola - da turma de 1976, do curso de Eletrotécnica. Falou que ao cursar Engenharia Elétrica na Unicamp encontrou facilidade, devido à sólida base que tinha levado dali. Comentou sobre o prazer e a responsabilidade de trabalhar onde havia recebido uma formação de qualidade e do quanto seu aprendizado tinha contribuído em sua vida profissional. Acrescentou ainda algo que me chamou a atenção: no COTUCA não é raro ex-alunos retornarem mais tarde, como docentes.

Este encontro instigante me fez considerar a possibilidade de fazer uma lembrança dos primeiros anos do Colégio Técnico - na década de 60.

Já tocada por esta perspectiva, tive a oportunidade de contatar uma docente da Instituição, perguntando sobre registros dos primeiros anos de funcionamento da escola. Ela me informou que documentos relativos à criação da escola poderiam ser encontrados no SIARQ (Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp)<sup>1</sup>. Acreditei que, ao reconstruir aspectos históricos dos sujeitos desta instituição, poderia contribuir para melhor compreender o cenário no qual a escola está contextualizada atualmente.

Ao visitar o Arquivo Central pela primeira vez, contei com a enorme atenção da funcionária Telma Murari, com quem conversei sobre os objetivos de minha pesquisa. Recebi então uma série de orientações a respeito da manipulação dos documentos, visando sua

---

<sup>1</sup> O SIARQ integra um conjunto de centros de documentação e de arquivos existentes na Unicamp, com a finalidade de “reunir, processar, preservar e dispor à pesquisa documentos de interesse científico e cultural”. Os documentos ali encontrados são provenientes das diferentes unidades e órgãos que compõem a Universidade e também de pessoas e/ou instituições privadas envolvidas na sua construção e no seu desenvolvimento.

Fonte: <http://www.unicamp.br/siarq>. Acesso em: 11/4/2007.

conservação e preservação. Era necessário utilizar apenas lápis ou lapiseira para fazer as anotações, de modo a evitar algum dano ao material consultado, causado por tinta de caneta. Além disso, havia também restrição para se obter fotocópias da documentação original, pois a luz do equipamento produz efeitos deletérios, acelerando a degradação do material. Por fim, foi solicitado o preenchimento de um cadastro contendo dados pessoais e a respeito da pesquisa a ser realizada. Se por um lado os limites geram dificuldades, como o tempo necessário para a execução do trabalho, por outro, tais restrições são uma forma de garantir que maior número de pessoas tenha acesso aos documentos, por um período mais longo.

Buscando elementos para situar a Instituição, consultei algumas fontes documentais e comecei a encontrar dados que faziam referência ao fato de que o prédio onde o COTUCA ainda está sediado hoje, tinha sido construído originalmente com a finalidade específica de abrigar uma outra escola de ensino profissionalizante. As informações decorrentes desta busca tornavam-se cada vez mais interessantes e acabaram por me remeter ao início do século XX, ocasião em que era criada a Associação Instituto Profissional Bento Quirino. Os componentes do referido grupo tinham a missão de fazer cumprir o desejo expresso em testamento pelo “ilustre cidadão” Bento Quirino dos Santos, a saber: o legado de mil contos de réis deveria, necessariamente, ser utilizado para a construção e manutenção de uma escola profissional.

O prédio construído na Rua Culto à Ciência, nº. 177, na região central de Campinas, foi utilizado pelo Instituto Bento Quirino até 1965, quando foi transferido para um outro local, no mesmo município (a atual Escola Técnica Estadual *Bento Quirino*, hoje faz parte do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza).

Em 1967, o COTUCA recém-criado passa a funcionar naquele endereço. Ambas as escolas de ensino profissional tiveram assim, um *ancestral comum* – tomando a liberdade de utilizar um conceito conhecido na Biologia.

O contato inicial com a documentação despertou em mim um enorme interesse. Eu pensava que retrocedendo ainda mais no tempo, construiria uma trajetória inicial comum às duas escolas, elaborando assim um segmento da dissertação. Acontece que ao solicitar a uma das funcionárias do SIARQ algum documento sobre o Instituto Bento Quirino, fui orientada a prosseguir minha investigação no Centro de Memória da Unicamp (CMU) <sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O CMU é outro setor integrante dos serviços de arquivos e documentação da universidade. De acordo com informações disponíveis na página digital do Centro de Memória, seu objetivo é o de “promover e integrar estudos e

A consulta ao Arquivo Iconográfico do CMU colocou-me em contato com fotografias das primeiras etapas do Instituto Profissional Bento Quirino. A acolhida e as orientações da Professora Cássia Denise Gonçalves também foram de muita relevância. Ali também foi necessário o preenchimento de um cadastro similar ao solicitado no SIARQ e as limitações referiam-se à quantidade máxima de imagens que podiam ser copiadas do arquivo digitalizado: cinco para cada trabalho de pesquisa cadastrado. A biblioteca disponível também ofereceu importante material de apoio para meu trabalho.

As imagens encontradas e a bibliografia referente às primeiras escolas de Campinas e à própria origem da cidade formavam um cenário peculiar que fez deslocar o foco primeiro do projeto: a parte histórica mereceria ocupar um espaço mais amplo do que eu havia planejado.

Durante o processo de levantamento de dados nos arquivos digitais do SIARQ sobre ensino técnico em Campinas, soube que havia uma pesquisa publicada com o título de Inventário de Fontes Documentais. O livro informava a existência de acervos organizados em centros de memória das escolas vinculadas ao Centro Paula Souza. O Bento Quirino era uma delas.

Fui muito bem recebida na atual Escola Técnica Estadual Bento Quirino. Também contei com pronta contribuição do professor de História Américo Baptista Villela e a imensa atenção da senhora Maria das Dores Siqueira Caresia, responsável pela biblioteca, que me colocaram em contato com vários tipos de arquivos de documentos. Entre eles, em uma das caixas, havia um Livro de Atas das reuniões da Associação criada logo após o falecimento do patrono da Instituição. Ali estavam registrados os encontros realizados desde 1915 até 1973. Folheando as primeiras páginas, comecei a reconhecer entre as assinaturas, nomes de pessoas que estão perpetuados nas principais ruas de Campinas. Eu estava diante de um material precioso, que poderia revelar aspectos peculiares do ensino profissional em Campinas.

Em outras palavras, ao mergulhar nos documentos e encontrar as origens desta história em um outro tempo-espaço, vislumbrei a possibilidade de trazer neste estudo uma trajetória dessas duas escolas ao longo do tempo, buscando contextualizar o momento histórico, à luz das políticas públicas educacionais. O processo da pesquisa me instigava portanto, a escavar em outros planos, na tentativa de recuperar elementos embrionários que envolviam sujeitos inseridos nesta cidade naquele momento.

---

pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural de Campinas e região”.  
Fonte: <http://www.centrodememoria.unicamp.br> Acesso em 11/4/2007.

Os recortes necessários ao demarcar os contornos do estudo me conduziram ao espaço-escola, cuja construção foi pautada em um desejo manifestado no testamento de um cidadão devotado às causas de sua terra natal.

Agustín Escolano (2001), em seus estudos sobre as relações entre tempo e educação, mostra que as categorias espaço e tempo não são estruturas neutras, “nas quais deságua a ação escolar”. E completa:

O espaço-escola não é apenas um ‘continente’ em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais, no qual se situam os atores que intervêm no processo ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. [...] O espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos (ESCOLANO, 2001, p. 26).

Assim delineei com maior visibilidade o objeto deste estudo. O trabalho refere-se ao Instituto Bento Quirino desde sua concepção em 1915 até 1965, quando muda para outra sede. A partir daí, o foco passa a ser apenas o Colégio Técnico da Unicamp — até 1970, ano em que é formalizado seu processo de instalação, embora já funcionasse desde 1967. São as duas instituições que marcam sua presença naquele espaço à Rua Culto à Ciência e que continua ainda abrigando vidas, desejos, sonhos e possibilidades — construindo história(s), enfim.

Nas bases de dados consultadas — Scielo, Inep, Consórcio Cruesp, Anped<sup>3</sup> — não encontrei uma história sistematizada a respeito dessas instituições, portanto considero de extrema relevância contribuir para agregar elementos aos campos da Educação, da História do Ensino Profissional, das instituições escolares e da própria cidade de Campinas.

Neste momento, percebi a necessidade de procurar um conceito de História, que me servisse de inspiração e de orientação na viagem que eu tinha escolhido realizar.

Marc Bloch declarou-se chamado a prestar contas sobre seu trabalho, quando ouviu de seu filho a pergunta: “Papai, explique-me para que serve a história, então?” O livro que escreve *APOLOGIE POUR L’HISTOIRE* — com o subtítulo *MÉTIER D’HISTORIEN* (Ofício de Historiador) — tem o propósito de responder a pergunta. Encontrei nestes escritos os elementos de apoio que procurava. Para Bloch, história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado e sim *o homem*, ou melhor, “*os homens*”, mais precisamente “*homens no tempo*”. Acredita que é essencial ao ofício de historiador “compreender o presente pelo passado” e, de

---

<sup>3</sup> [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) ; [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br); <http://bibliotecas-cruesp.usp.br>; [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)

forma correlata, “compreender o passado pelo presente”. Compara o historiador a um caçador, quando se refere à qualidade suprema necessária ao ofício: “a faculdade de apreensão do que é vivo”, que não pode ser exercida sem “um contato perpétuo com o hoje”, fazendo assim a “história às avessas” (BLOCH, 2001).

As questões relativas ao ensino técnico profissionalizante vinculado à área da Saúde persistem em meu rol de interesses — tanto no que se refere ao trabalho docente e à formação do profissional que leciona neste tipo de curso, quanto no que está voltado ao público-alvo que o frequenta. Mas este se tornou um projeto de trabalho futuro.

Assim, a presente dissertação foi construída de acordo com o seguinte plano:

Uma introdução, onde se apresentam as linhas gerais do estudo.

O primeiro capítulo, em que se busca descrever o percurso teórico-metodológico utilizado ao longo do trabalho.

O capítulo dois traz informações concernentes às bases e motivos da criação do Instituto Profissional Bento Quirino e da construção do edifício na Rua Culto à Ciência, no início dos anos 1900. Inclui ainda breves traços biográficos do mentor da referida escola e dados sobre a cidade de Campinas na época. A trajetória avança até 1965, quando da transferência do “Bento Quirino” para um outro espaço.

O capítulo três apresenta os momentos que antecederam a criação do COTUCA, nos anos 60 e sua implantação nas dependências do prédio da Rua Culto à Ciência, em caráter dito provisório.

Nas considerações finais serão apresentados comentários tecidos a partir dos fios que a pesquisa expôs e que representam uma possibilidade de leitura, entre outras, neste complexo processo de estudo sobre a história de instituições escolares.

Tomo emprestadas as palavras de Philippe Ariès, para fechar esta introdução e tentar justificar a necessidade de “pular para o passado” na busca de subsídios para problematizar e refletir sobre questões colocadas no presente:

A vida de todos os dias é apaixonante. Talvez seja essa, para mim, a maneira de entrar na História. Não digo que seja o fundamental. O fundamental é mais, como já disse, o desejo de encontrar um mistério central, mas nunca estamos diante do mistério central, estamos no meio da rua. Então eu caminho por um mundo que é um mundo de curiosidade, excitando constantemente minha curiosidade, algumas vezes, maravilhando-me; por que tal ou qual coisa? E é isso que me faz pular para o passado; eu penso que nunca segui um comportamento histórico que não tivesse como ponto de partida uma questão colocada no presente (Philippe Ariès, 1981).



## CAPÍTULO I - PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente trabalho tem por objetivo geral contribuir para a reconstrução de aspectos históricos de uma instituição escolar pública de ensino profissionalizante situada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A partir do momento que tomei conhecimento dos caminhos envolvidos na trajetória daquele espaço escolar, desde sua construção, optei por refinar a pesquisa, delimitando o período entre 1915 e 1970, intervalo este em que me deparei com as várias fases vividas pelo Instituto Bento Quirino e pelo recém-criado Colégio Técnico da Unicamp.

Interessada em abordar aspectos sobre as origens desta escola, comecei então a ler documentos organizados no SIARQ da Unicamp, como cartas e memorandos. Estes dados, somados a um breve histórico encontrado na página do colégio técnico na Internet, permitiram que eu chegasse ao primeiro destino deste espaço escolar – o Instituto Profissional Bento Quirino.

Na etapa seguinte, a pesquisa realizada no CMU da Unicamp indicou, entre outros documentos importantes, um livro sobre a existência de acervos organizados em escolas técnicas vinculadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), denominado *Inventário de Fontes Documentais*. Tomei conhecimento portanto, de que o antigo Instituto Profissional, hoje ETE Bento Quirino, contava com um Centro de Memória.

A produção do *Inventário* é o resultado de um projeto mais amplo que teve como objetivo organizar documentos dispersos em escolas de ensino profissional, integrantes do CEETEPS. As professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Júlia Favilene Alves foram as coordenadoras do projeto chamado de “Historiografia das Escolas Técnicas mais antigas do Estado de São Paulo” e explicam: “A precária situação dos acervos documentais das escolas técnicas [...] exigia providências urgentes no sentido do envolvimento das escolas e sua administração com a questão de construção e preservação da memória institucional”. A execução dos trabalhos de busca e organização de documentos consistia em envolver, em cada escola, alunos, professores, funcionários e comunidade local, possibilitando a esses sujeitos “oportunidades de reflexão sobre as relações entre história e memória” (MORAES; ALVES, 2002 a, p.15).

Em visita ao Centro de Memória da ETE Bento Quirino, encontrei o Livro de Atas com registros das reuniões da Associação mantenedora do Instituto Profissional, além de alguns outros documentos das primeiras décadas de funcionamento da escola, assim como um exemplar da

Revista de Ciências, Letras e Artes de Campinas, editada pela Tipografia da Casa Genoud. Tratava-se de um número especial lançado em 18 de dezembro de 1938 e dedicado à “*memória do saudoso Campineiro Snr. Bento Quirino dos Santos*”, por ocasião do seu centenário. No periódico, havia discursos proferidos em solenidades de homenagens prestadas ao longo daquele ano e outros textos escritos especialmente para compor esta edição da Revista. Foi incluído também, o testamento integral de Bento Quirino dos Santos, para servir de exemplo para a posteridade: “Assim o imitem os ricos da nossa terra”, dizia a apresentação do texto.

Este cenário remeteu-me a uma aproximação com o campo histórico e deste campo, uma das primeiras contribuições foi sobre a importância da pesquisa documental.

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida de uma instituição. Informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência estão registradas em arquivos. De outro lado, também demonstram como decorrem — e decorreram — as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito interno como no externo [...]. Estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultados do para quê, do como, do porquê, do quando e do quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir dessa entidade (BELLOTO, 2002, p. 9).

Estas palavras constituem o primeiro parágrafo do texto escrito pela Professora Heloísa Liberalli Belloto, que prefaciou o Inventário dos Acervos das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo. Elas serviram de estímulo para que, ao fazer as leituras do material encontrado tanto no Centro de Memória da Escola, quanto no SIARQ ou no CMU da Unicamp, eu tentasse recuperar a vida ou as vidas direta ou indiretamente vinculadas aos rumos que tomou aquele espaço educativo da Rua Culto à Ciência, desde a sua concepção até o início da década de 1970.

A responsabilidade exigida para lidar com os arquivos encontrados e trabalhar com as fontes fez com que eu procurasse apoio em alguns historiadores para melhor compreender a importância do uso do documento em uma pesquisa. A este respeito, diz Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia)<sup>4</sup> que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu

---

<sup>4</sup> Jacques Le Goff resgata a etimologia da palavra e esclarece que “o termo latim *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente utilizado no vocabulário legislativo” (LE GOFF, 2005, p. 526).

significado aparente. *O documento é monumento* [grifo meu] (LE GOFF, 2005, p.537-8).

Um outro alerta que Le Goff apresenta, apoiado em Febvre, refere-se à ampliação da noção de documento: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode-se fazer sem documentos escritos, quando não existem.” E completa: “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos, a maneira de ser do homem” (LE GOFF, 2005, p.530).

Também Michael Foucault<sup>5</sup>, em *A Arqueologia do Saber*<sup>6</sup>, contribui para o significado de documento para o historiador: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que não se separa” (LE GOFF, 2005).

Diante da perspectiva histórica que se acentua neste estudo e do conseqüente contato com documentos, trago a noção de fonte apresentada por Saviani (2004). O autor constrói uma analogia referente ao sentido literal da palavra, como sinônimo de nascente — o lugar de onde brota a água e faz uma transposição para a historiografia, usando o “plural – fontes como os lugares de onde brota nosso conhecimento da história.” Mas esclarece que as fontes enquanto registros, testemunhos dos atos históricos não são a fonte da história; “é delas que brota e nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2004, p. 6).

Logo, com base nesses fundamentos, meu desafio deveria ser tentar ouvir as vozes e buscar também nos silêncios dos documentos (escritos ou não) os fragmentos, as noções, idéias e concepções que, como pequenos tijolos, teriam contribuído para que a escola se constituísse e permanecesse — enfrentando adversidades e saídas, nos diversos tempos e nos diferentes cenários políticos, econômicos e sociais da cidade que lhe serviu de berço.

Retomando Le Goff, quando diz que a história também se faz a partir de documentos não escritos, com tudo o que exprima e demonstre a presença e atividade do homem, chego a um outro elemento que contribuiu como fonte histórica neste estudo: as fotografias.

---

<sup>5</sup> Sobre Michael Foucault, Jacques Le Goff declara em entrevista concedida em Paris a Monique Aufiras e publicada no periódico **Estudos Históricos**, RJ, vol.4, n. 8, 1991, p.262-270: “Eu o freqüentei bastante, conversamos muitas vezes, mas acredito que ele foi um caso raro: tornou-se historiador, permanecendo filósofo! Creio que se Michael Foucault pôde ser tão importante para um historiador como eu — e não estou sozinho nisso, é porque ele tinha se tornado um historiador”.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. RJ: Forense; Universitária, 1987.

Quanto às precauções para se fazer uso desse tipo de documento, Kossoy comenta que fotografias só serão úteis ao conhecimento se forem interpretadas diante das “devidas relações e avaliações entre a realidade passada (momento histórico no seu contexto global) e a cena registrada na imagem fotográfica (assunto registrado que corresponde a um fragmento da realidade)” (KOSSOY, 1980, p.44).

Maria de Fátima Guimarães Bueno, ao mencionar imagens em que aparecem pessoas, diz:

Ao trabalhar com fotografias de pessoas em cenários e situações desconhecidas, elas podem dar a impressão de fragmentos dispersos, que não registram nada de significativo. Estes “fragmentos dispersos” não podem ser abordados como instantes recortados e congelados da realidade, à espera de serem resgatados por algum pesquisador... (BUENO, 2007, p. 49)

E acrescenta, apoiada em Kossoy,<sup>7</sup> que o potencial informativo da fotografia somente será alcançado:

na medida em que esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais, enfim) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato de tomada do registro. Caso contrário, essas imagens permanecerão estagnadas em seu silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações ‘artísticas’ do passado (KOSSOY, 1999 apud BUENO, 2007, p. 49).

Uma vez feita a opção de dar a este trabalho um cunho histórico, é importante esclarecer que trilho por este caminho com muita cautela e humildade. Distante de minha formação original, mas cativada pelo encantamento que me foi gerado pelo material oriundo da pesquisa, procurei incorporar um outro pressuposto que Jacques Le Goff trouxe de Paul Ricoeur, qual seja: “A história é essencialmente equívoca. [...] A história é na verdade o reino do inexato. O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir” (LE GOFF, 2005, p.22).

Assim, quanto aos documentos que serviram de apoio para a pesquisa, foram consultados:

- um conjunto de fotografias encontradas nos acervos (algumas das quais aparecem nesta dissertação);
- setenta e cinco (75) atas do livro de registros da associação criada para gerenciar o dinheiro destinado à construção e manutenção da escola profissionalizante;

---

<sup>7</sup> KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. Cotia, SP: Ateliê, 1999.

- dois livros com informes e recortes de jornais referentes ao Dispensário de Puericultura que também funcionou no Instituto; dois relatórios de atividades do Instituto, publicados em 1933 e 1934;
- número especial da Revista de Ciências, Letras e Artes de Campinas, publicada em 1938, em homenagem ao centenário de Bento Quirino;
- número especial da Revista do Professor, publicada em 1961, pelo Centro do Professorado Paulista, alusiva ao Jubileu de Ouro do Ensino Profissional no Estado de São Paulo;
- quinze (15) documentos (entre cartas, cópias de resoluções e de leis) existentes nos arquivos do SIARQ;
- legislação referente à criação da Escola Profissional e ao ensino técnico profissionalizante no Brasil;
- entrevistas com dois dos ex-diretores do Colégio Técnico de Campinas.

Informo, a título de esclarecimento, que nos trechos de documentos citados ao longo do trabalho, foi preservada a grafia original de cada época contemplada no estudo, entre 1915 e 1970.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Acrescento ainda que na identificação das fotografias provenientes do acervo do Centro de Memória da Unicamp, aparece uma sigla acompanhada de uma numeração. O acervo é organizado segundo o nome de cada coleção, nome este referente ao doador do documento, seguido do número da foto, dentro daquela coleção. Portanto, OF é de Otília Forster; TJC — Tribunal de Justiça de Campinas; JFT — João Falchi Trinca e SACOP — Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras do Estado de São Paulo.



## CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DO COMEÇO

A história tem por função mostrar que aquilo que é nem sempre foi, isto é, que é sempre na confluência de encontros, acasos, ao longo de uma história frágil, precária, que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes. Aquilo que a razão experimenta como sendo sua necessidade, ou aquilo que antes as diferentes formas de racionalidade dão como sendo necessário, podem ser historicizadas e mostradas as redes de contingência que as fizeram emergir [...] (Foucault, 1994)

As palavras de Foucault suscitaram uma preocupação quanto aos caminhos a serem percorridos para se produzir uma reconstrução da história contida naquele edifício, construído especialmente para abrigar uma escola de ensino profissional. Tomando literalmente o significado da expressão “aquilo que é nem sempre foi”, considere que, ao rever o surgimento da cidade de Campinas e as condições existentes na época em que a escola foi concebida e construída, encontraria pistas que permitissem melhor compreender as razões do criador do Instituto Bento Quirino e também o contexto no qual todo o projeto surgiu e se desenvolveu ao longo do tempo.

Desse modo, apresento a seguir traços históricos da formação de Campinas e de suas primeiras escolas e também uma breve biografia de Bento Quirino dos Santos, idealizador da Instituição estudada. “A história das instituições escolares é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e a seu contexto” (WERLE, 2004, p.14).

### 2.1. O nascer da cidade

O surgimento da cidade de Campinas nos remete ao século XVIII, quando um grupo de desertores de uma bandeira<sup>9</sup> vindo da Vila de Piratininga em 1772 teria originado o primeiro núcleo de moradores. Com pequena população e agricultura de subsistência, ficou subordinada a Jundiaí. (ANANIAS, 2000a e NASCIMENTO, 1999).

Em 1774, a boa produção agrícola e maior população geraram um movimento liderado por Francisco Barreto Leme e José de Souza Siqueira solicitando passar à categoria de Freguesia,

---

<sup>9</sup> Bandeira: Expedição armada que partindo, em geral, da capitania de São Vicente (depois, de São Paulo), desbravava os sertões (fins do séc. XVI a começos do séc. XVIII) a fim de cativar o gentio ou descobrir minas.  
Fonte: Dicionário Novo Aurélio – séc XXI. Versão 3.0

com o nome de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, devido à presença de densa mata na região. Mas permaneceu ainda sob a jurisdição da vila de Jundiá (ANANIAS, 2000a).

O crescimento econômico e o cumprimento de alguns requisitos — quais sejam: “comprovar a existência de pessoas capacitadas para exercer essas funções políticas, administrativas, jurídicas e militares” — garantiram conquistar a categoria de vila, a Vila de São Carlos, entre 1797 e 1842. Com isso, rompia-se a dependência de Jundiá. Mantendo a economia em ascensão, a Vila não tardou a ser reconhecida como cidade e passou a se chamar Campinas (ANANIAS, 2000a, p.14).

As evidências do avanço da cultura do café aparecem em registros apresentados pelo historiador Jolumá Brito, na coleção intitulada “História da Cidade de Campinas”<sup>10</sup>: “Voltemos ao ano de 1854 informando que a colheita de café nesse ano foi abundantíssima, tanto que em julho ainda estavam beneficiando o produto, não sendo possível aos fazendeiros até êsse mês dar conta da quantidade da produção” (v.10, p.11). E acrescenta:

Ainda existem outros depoimentos sôbre o surto do café, a sua importância na época em Campinas. O Visconde de Taunay *que conheceu a região em 1865, quando viajava para Mato-Grosso*, anotou: *Antigamente havia muita cultura de açúcar, mas esta foi abandonada à vista das terras muito férteis do município — escreveu êle — ainda ocupam larga área que certamente será coberta de cafezais, dentro em breve, porque há muita animação para a abertura de novas plantações*” (p. 14).

O historiador ainda destaca as palavras do jornalista [Francisco] Quirino dos Santos<sup>11</sup>, publicadas no jornal Gazeta de Campinas que fundou em 1869:

[...] que o Município de Campinas era por ventura o mais opulento e mais importante entre todos os da Província, tem seus interesses radicados na base em que se irmana o elemento principal de sua grandeza — a agricultura — também todos sabem que é da fertilidade de nosso solo que nos vêm tôdas as vantagens de que gozamos e tôdas as promessas de nosso risonho futuro” (BRITO, v. 11, p. 161).

---

<sup>10</sup> BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Volume 10 e Volume 11. Campinas: Saraiva, 1960.

<sup>11</sup> **Francisco Quirino dos Santos**, filho de um fazendeiro da região, irmão de Bento Quirino dos Santos. Formado pela Academia de Direito de São Paulo, fundou o jornal Gazeta de Campinas. Além dessas atividades, foi um militante convicto do Partido Republicano local, atuando em diversas esferas da sociedade. Participou de várias associações e ocupou diversos cargos públicos, tais como o de vereador e de Juiz de Paz da cidade. (ANANIAS, M.). Propostas de educação popular em Campinas: as aulas noturnas. Cad. CEDES v.20, n. 51. Campinas, nov. 2000 b. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3262200000200005&lng=&nrm=iso&tlng=](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3262200000200005&lng=&nrm=iso&tlng=)

Embora tivesse seus pilares fincados na produção cafeeira, a cidade começa a exibir, no início dos anos 1870, sinais evidentes de urbanização e desenvolvimento industrial. Cafeicultores criaram o Clube da Lavoura em 1876, “em um ambiente marcado pela dicotomia escravidão e capitalismo nascente no Brasil”. Tinha por finalidade servir de espaço para que se discutissem “possíveis soluções para os problemas com a produção, a utilização da força de trabalho, as maquinarias, a comercialização de produtos, os créditos agrícolas, entre outros” (NASCIMENTO, 1999, p. 31).

A importância da criação do Clube é anunciada na Gazeta de Campinas<sup>12</sup>, veículo de divulgação de idéias e conquistas de um grupo com interesses políticos voltados para uma outra forma de governo, a República. Observa-se no trecho a seguir, a força atribuída à “iniciativa particular”, que buscava manter autonomia do poder público, representado então pelo governo imperial:

[...] a 11 de abril, Francisco Quirino dos Santos anuncia a vitória do ‘grande *desideratum*’ de um Clube da Lavoura, apresentando-o como mais um ‘exemplo grandioso’ que a união firme e coesa da iniciativa particular em Campinas favorecia aos ‘olhos da nação’ (Gazeta de Campinas, 11/4/1876, apud MORAES, 2006, p. 131). [Grifos da autora]

A este respeito, Hadler (2007) ainda destaca:

Realmente, a grande maioria dos melhoramentos urbanos, dos sinais de modernização do cenário urbano parece ter-se devido, em grande parte, à iniciativa particular [...]. Em sua maior parte adepta do republicanismo e simpatizante do abolicionismo, não perde a oportunidade de ressaltar a importância da iniciativa particular em vários empreendimentos da cidade. No *Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879*, na seção *Municipalidade* ficamos sabendo que os edifícios “mais notáveis” da cidade pela “vastidão e beleza de arquitetura” — a saber: a Matriz Nova, o Colégio Culto à Ciência, a Santa Casa de Misericórdia, o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, o teatro São Carlos — foram “quase todos construídos por iniciativa particular...” (p.52).

A cidade vinha em um ritmo de desenvolvimento tal que, em vários momentos, fez com que tivesse mais projeção que a própria cidade de São Paulo. Entre 1870 e 1880, foi considerada a Capital Agrícola da Província (SEMEGHINI, 1988 e SOUZA, 1998).

---

<sup>12</sup> José Roberto do Amaral Lapa, em estudo sobre a cidade de Campinas, entre 1850 e 1900, diz: “Dos jornais que circularam no período estudado, cabe destacar a *Gazeta de Campinas* [...] que circulou pela primeira vez em 31 de outubro de 1869, semanalmente e bi-semanalmente, até chegar à circulação diária, encerrando sua existência em 18 de setembro de 1890” (LAPA, 1995, p. 181).

A intensificação do fluxo urbano, com maior giro de capital, estimulou a construção de benfeitorias e foi acompanhada por mudanças, principalmente de ordem cultural. A cidade ia exibindo em meados dos anos de 1880, vários estabelecimentos atacadistas, casas comissárias de café, hotéis e restaurantes, colégios, duas bibliotecas públicas, orquestra e bandas de música, várias sociedades de socorro mútuo, sociedades literário/científicas e sociedades alemãs, italianas, inglesas, francesas, suíças, espanholas, ligadas às respectivas colônias e responsáveis pela manutenção de clubes, escolas e hospitais (HADLER, 2007 e LAPA, 1995).

Os imigrantes chegavam atraídos pelas possibilidades de um futuro promissor no principal centro de produção de café do Oeste Paulista. Na ocasião, ganhava força o chamado movimento imigrantista, uma intensa propaganda liderada por comerciantes e cafeicultores, diante de crescente impossibilidade de se manter a escravatura (HADLER, 2007 e MORAES, 2006). Segundo Amôndola (1952)<sup>13</sup>, citado em Nascimento (1999, p. 31), em 1885, Campinas contava com três consulados: da Alemanha, da Suíça e de Portugal, sugerindo o interesse que estes povos tinham pela região.

“Os bondes aparecem neste cenário urbano, integrados a um processo de diversificação de investimentos e ampliação de atividades sócio-culturais” (HADLER, 2007, p. 43).

O processo ascendente que a cidade vivia sofreu duro golpe no período entre 1889 e 1892 e ainda em 1896 e 1897 (Lapa, 1995), quando epidemias de febre amarela dizimaram boa parte da população, “chegando a quarenta óbitos por dia”<sup>14</sup> e provocaram o êxodo de pessoas e estabelecimentos comerciais e industriais. Dentre os especialistas dedicados a combater a doença estava Adolfo Lutz – carioca, filho de suíços, estudou Ciências Naturais e Medicina em diversos centros da Europa e se tornou no Brasil pioneiro na área de Medicina Tropical, contribuindo com pesquisas sobre malária, hanseníase, tifo, entre outras. Em suas pesquisas, Lutz calculou que três quartos de uma população estimada em vinte mil habitantes deixou Campinas, fugindo da doença.<sup>15</sup>

De qualquer maneira, as epidemias desorganizavam a vida da cidade, pelo êxodo da população que provocavam, pelo sensível decréscimo do fluxo imigratório, pelo alto índice de mortalidade [...] — levando os serviços públicos e particulares a uma situação

---

<sup>13</sup> AMÔNDOLA, J. O comércio em Campinas, in: **Monografia histórica de Campinas**, RJ: editora do IBGE, 1952. A obra é uma coletânea de textos de autores diversos e não consta autor ou organizador da publicação.

<sup>14</sup> [http://www.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/volta\\_brasil/campinas.htm](http://www.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/volta_brasil/campinas.htm). Acesso em 06/06/2007

<sup>15</sup> [http://www.sucen.sp.gov.br/doencas/dengue\\_f\\_amarela/texto\\_febre\\_amarela\\_pro4.htm](http://www.sucen.sp.gov.br/doencas/dengue_f_amarela/texto_febre_amarela_pro4.htm). Acesso em 06/06/2007

caótica, pelo que se depreende dos relatos da época, que descrevem ocorrências que vão do apelo religioso ao saque de estabelecimentos comerciais. Mesmo nos anos em que não ocorria em caráter epidêmico, mas em casos isolados durante o verão, a febre amarela provocava um êxodo das famílias para o meio rural, refugiando-se em suas propriedades agrícolas [...] (LAPA, 1995, p.260).

Ainda segundo Lapa (1995), nos anos 90 do século XIX, Campinas mostra um processo de recuperação quanto às sucessivas epidemias por que passou. Outrora sob responsabilidade do município, os serviços de higiene e sanitários passam a ser centralizados pelo Estado, a partir da Lei de 3 de agosto de 1896 e do Regimento de 7 de outubro do mesmo ano.

O fato possibilitou que a cidade de São Paulo avançasse mais rapidamente rumo à industrialização, enquanto Campinas tivesse seu progresso um pouco refreado. “Mesmo assim, a cidade apresentou um processo de urbanização crescente nas primeiras décadas do século XX” (SOUZA, 1998, p. 92).

Diversas medidas foram postas em prática, de modo a se efetivar a modernização da cidade, quanto a seu “melhoramento, expansão, imagem e estética”, entre elas: retificação de córregos, drenagem de pântanos e charcos, instalação de canos de água e esgotos, calçamento e arborização de ruas.<sup>16</sup> “A moralização das ruas, a normatização dos comportamentos públicos” fazem aflorar “uma preocupação com a higiene pública, com a limpeza das ruas, atendendo aos anseios de constituição de uma cidade civilizada e de progresso” (HADLER, 2007, p.49).

Lapa (1995) ainda expõe um importante aspecto, no que se refere às tensões políticas envolvidas em todo esse conjunto de melhorias do espaço urbano de Campinas:

De certa maneira, essas intervenções cirúrgicas corretivas que sofreu Campinas com o projeto do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, guardadas as especificidades da cidade, os estragos causados pela febre amarela e os esforços para debelar e prevenir a epidemia estão inseridos num quadro mais amplo, em termos nacionais, que o regime republicano empreende, alterando as formas urbanas herdadas do Império (p.262).

O setor educacional apresentado a seguir, não fugindo à regra, também foi palco de disputas, envolvendo relações de poder e embates centrados em vantagens políticas de um grupo hegemônico. “É importante ter em conta que, a classe dominante expressa uma identidade de

---

<sup>16</sup> Em *A cidade: os cantos e os antros*, no capítulo referente à Febre Amarela [p. 259 a 274], Lapa (1995) apresenta uma série de referências bibliográficas que trazem estudos específicos e mais detalhados sobre as epidemias que assolaram a cidade de Campinas e sobre os projetos de saneamento aqui desenvolvidos.

interesses — ela fala em nome de todos — tendo como modelo os seus próprios interesses” (WARDE, 1977, p. 49).

## 2.2. As primeiras escolas de Campinas: grandes conflitos e pequenas conquistas

No que concerne especificamente à Educação, as Constituições Brasileiras foram incorporando, ao longo do tempo, conquistas tênues dentro de um ritmo histórico lasso, como, de resto, foi todo o processo brasileiro de aproximação entre direitos políticos e direitos sociais (CARNEIRO, 1998, p. 15).

Em contraste com a efervescência econômica pela qual a novata cidade de Campinas passava, o setor educacional mostrava pouca pressa para alcançar o mesmo sucesso. Corroborando as palavras do autor acima citado, o texto original da primeira Constituição Brasileira, de 1824, denota a pequena amplitude das preocupações relativas ao ensino, vindas do governo que se instalava:

### Título 8º

Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

[...]

XXXII: “A instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”.<sup>17</sup>

Mas a que cidadãos brasileiros os direitos se referem? A resposta aparece no início da referida Constituição, Título 2º, Art. 6, inciso I.:

Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos<sup>18</sup>, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

A busca pelo termo *ingênuo* em dicionários revelou um significado pouco usual atualmente: no contexto da lei, corresponde aos que nunca foram escravos. Desse modo, aos mantidos em tal condição, não se applicava o direito à instrução básica, pois não eram considerados cidadãos. Fica implícito portanto, o caráter discriminatório da legislação.

<sup>17</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm) Acesso em 6/6/2007.

<sup>18</sup> Ingênuo (s.m.) Filho de escravo nascido após a lei da emancipação. Fonte: Novo Aurélio Século XXI, versão 3.0.

Sobre a Carta de 1824, Faoro (2001) observa: “A constituição não desempenha, senão remotamente, senão por tolerância ou consentimento, o papel de controle, em nome dos destinatários do poder, os cidadãos convertidos em senhores da soberania” (p. 334).

A primeira lei referente à Instrução Pública Nacional do Império do Brasil foi aprovada em 15 de outubro de 1827 e estabelecia que “... em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras necessárias”. Estabeleceu-se também que ficariam a cargo dos presidentes de cada província os custos com o pagamento de professores e estes, por sua vez, deveriam arcar com as despesas destinadas à sua formação, a ser providenciada em curto prazo. O conteúdo a ser ensinado incluía fundamentos morais e religiosos da religião Católica Apostólica Romana e ensino de leitura baseado em temas sobre História do Brasil e Constituição do Império (NASCIMENTO, s/d).

Fica bastante evidente que tais deliberações conduziram a resultados incipientes quanto à implantação e ao funcionamento de escolas, de modo que o ensino elementar no país já apresentava na época, uma notável precariedade. Nascimento [s/d] observa que o governo lançou um discurso ideológico em que se dizia preocupado com a instrução popular, mas não levou em conta as reais condições do país e foi omissivo no provimento de recursos para possibilitar o desenvolvimento da educação.

A este respeito, Moraes (2006, p. 76) entende que: “a exigência de compor novos quadros administrativos e políticos ocasionou a valorização, pelo regime monárquico, do papel social do ‘letrado’ e, portanto, da sua educação”. Eram as Faculdades de Direito recém-criadas em São Paulo e no Recife, no ano de 1827, as instituições encarregadas de formar pessoas que atendessem a tal requisito.

A falta de prédios escolares e de professores persistiu e isso continuou representando sérios limites para a escolarização da população. A primeira instituição para formar professores só surgiu em 1835 em Niterói e, em 1875, o Presidente da Província, Dr. João Theodoro, inaugurou a Escola Normal de São Paulo (NASCIMENTO, 1999).

Na década de 1860, consta que havia em Campinas: duas escolas públicas de ensino primário e uma de ensino secundário, além de cinco particulares de instrução secundária, em um total de “no sexo masculino, duzentos e quarenta e do feminino cento e vinte educandas. Além dessas casas de ensino a maior parte dos fazendeiros paga mestras para educar seus filhos [...]” (ZALUAR, 1975, p.140).

Nos anos 1870, contavam-se catorze escolas particulares na cidade e apenas cinco públicas. Coincidindo com o final do Império, o grave problema determinado pela febre amarela trouxe também conseqüências indesejáveis para a área da Educação, com um êxodo notável de escolas particulares para outras cidades consideradas mais seguras, sob o aspecto sanitário (NASCIMENTO, 1999).

No cenário educacional do final do Império, o quadro geral do Brasil apresentava, segundo Maria Isabel Moura Nascimento, “poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidades insatisfatórias no país”. A autora completa referindo-se ao “grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira, que, quando muito, tinha uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial” (NASCIMENTO, s/d).

Com o ensino particular abalado e o ensino público pouco assistido, Campinas enfrentava, portanto, uma situação escolar bem defasada quanto às necessidades e demandas da população. A recuperação da cidade e do prestígio de instituições de ensino vai ocorrendo gradativamente, à medida que se instala o governo republicano. As elites políticas campineiras “... orgulhavam-se do fato da cidade ter sido o berço do movimento republicano” (Souza, 1998, p.117) e trataram de fazer do Partido Republicano Paulista – PRP – o reflexo de seus interesses, reproduzindo por um bom tempo distorções de um regime oligárquico: “... votos de cabresto, fraudes eleitorais, a influência dos coronéis, herdeiros muito próximos da vanguarda dos fazendeiros do Oeste Paulista...” (SOUZA, 1998, p.117).

Sobre o modo de os republicanos paulistas entenderem a questão do ensino básico, Beisiegel diz: “enquanto no Estado de São Paulo a legislação consagrava o ensino obrigatório para todas as crianças em idade escolar, no âmbito federal prevaleciam as teses de descentralização do ensino e postergava-se a consolidação legal da obrigatoriedade para bem mais tarde” (BEISIEGEL, 1974b, p. 56 apud MORAES, 2006, p. 150).

Tão logo proclamada a República, os governantes do Estado de São Paulo, representantes do setor oligárquico modernizador que havia hegemonizado o processo de instauração da República, investem na organização de um sistema de ensino modelar. Assim, a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação (CARVALHO, 2003 a, p. 225).

Nomes de destaque na liderança política da cidade ainda eram proprietários ou vinham de famílias proprietárias de grandes fazendas, além de terem uma profissão liberal: Heitor Penteado (advogado), Miguel Penteado (médico), Pedro Anderson (comerciante), Aníbal de Freitas (professor), Álvaro Ribeiro (advogado e jornalista), Orosimbo Maia (advogado), entre outros. Famílias como Egídio de Souza Aranha e Pompeu de Camargo tinham vários de seus integrantes cumprindo mandatos consecutivos ou até cargos diversos em um mesmo mandato, sugerindo fortemente em que mãos estava, de fato, o poder (SOUZA, 1998).

Mantendo-se como partido único até a década de 1920, o PRP consistia na única possibilidade de realização de uma carreira política. Ao partido aderiam, não somente os herdeiros das classes dominantes, garantia de continuísmo, mas também, indivíduos interessados em ascender socialmente e fazer política (SOUZA, 1998, p. 117).

As figuras relevantes no cenário político e econômico da cidade aparecem também envolvidas no cenário educacional. Não cabe aqui menosprezar o sincero interesse de algumas dessas pessoas pelo desenvolvimento da qualidade do ensino no município. Por outro lado, também não cabe ignorar ou deixar de problematizar o vínculo entre interesses políticos, econômicos e sociais e a influência que tal relação exerce na construção de políticas públicas, inclusive as educacionais. Assim, temos a exemplificar a presença do comendador\* Joaquim Egídio de Souza Aranha, do *senhor\** Antônio Pompeu de Camargo, do *senhor\**<sup>19</sup> Bento Quirino dos Santos entre os mentores e membros fundadores do Colégio Culto à Ciência — escola destinada à elite campineira, de ensino particular entre 1874 e 1891, passada ao Estado em 1896 e de onde saíram as “principais lideranças políticas e intelectuais desta região paulista” (NASCIMENTO, 1999, p. 48).

O que não consta nas crônicas da época e se omite em estudos posteriores é que, além de fazendeiros dedicados ao plantio e à comercialização de café, além de industriais, comerciantes ou bacharéis, além de republicanos — e, talvez, por causa disso mesmo —, eram os idealizadores, organizadores e diretores da Sociedade Culto à Ciência, bem como todo o seu corpo docente, membros da Maçonaria (MORAES, 2006, p.124).

Tendo como base uma ideologia liberal e o positivismo, representados pela “autonomia da razão contra a autoridade religiosa”, pela “autonomia do indivíduo diante do Estado”, a Loja

---

<sup>19</sup> Formas de tratamento utilizadas pela autora referenciada.

[Maçônica] Independência de Campinas<sup>20</sup> funda na cidade a primeira instituição de ensino de caráter totalmente leigo (MORAES, 2006).

Isso vem ao encontro de um discurso em defesa da educação, que associa a escolarização à garantia de desenvolvimento social e a ignorância como sendo o grande obstáculo para a marcha do progresso.

“O povo que tem as melhores escolhas é o primeiro povo; se elle não o é hoje, sel-o-há amanhã. Nem um outro progresso é realmente possível sem a cooperação do ensino, esse elemento primordial da civilização, tal como a entende a sociedade destes tempos” (ALMANAK DE CAMPINAS PARA 1871. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870, p.75 apud ANANIAS, 2000a, p. 31).

Souza (1998), ao discutir questões relativas à instrução popular em Campinas, alerta para o fato de não ser esta uma proposta originalmente republicana. Nos períodos Colonial e Imperial já apareciam deliberações a respeito. A inovação republicana consistiu na “articulação orgânica pelas classes dominantes de um ideário liberal democrático, em torno da educação popular e a determinação empreendida a fim de implantar, efetivamente, um sistema de ensino popular no país, consoante a nova ordem social” (p. 26).

Corroborando a crença no poder da educação e da iniciativa privada, o referido grupo de republicanos e maçons, composto por cafeicultores, jornalistas, advogados, engenheiros, comerciantes criou a chamada Sociedade Promotora de Instrução, instituição que se declarava filantrópica e cuja finalidade era a de oferecer cursos gratuitos para a população mais pobre — os “deserdados da fortuna”. Surgiram então, as Aulas Noturnas da Loja Independência. Entre 1860 e 1889, há registros de outras escolas populares: a Corrêa de Mello, a Escola do Povo, a Escola Ferreira Filho, a Ferreira de Camargo, o “Asylo de Orphans”, além do Curso de Comércio Noturno, criado pelos professores do Culto à Ciência e a Aula Noturna da Loja Maçônica Liberdade e Ordem (ANANIAS, 2000 a).

Nos primeiros anos da República, começam a surgir na cidade os grupos escolares — instituições públicas voltadas ao ensino elementar — ampliando discretamente uma rede de ensino em que predominavam entidades particulares, tanto religiosas quanto leigas. Os primeiros grupos foram instalados na região central: “Francisco Glicério”, em 1895 e o “Dr. Quirino dos

---

<sup>20</sup> A página da Loja Maçônica Independência, disponível em: <<http://www.lojaindependencia.org.br/ilustres.htm>>, traz alguns aspectos históricos da instituição. Na Galeria de Maçons Ilustres, aparecem, entre outros nomes: Antônio Carlos Moraes Sales; José Paulino Nogueira; Campos Salles; Orosimbo Maia; Carlos Williams Stevenson; Ramos de Azevedo; Quintino Bocaiúva; Francisco Glycerio; Francisco Quirino dos Santos (Dr. Quirino); Joaquim Quirino dos Santos (Cel. Quirino) e Bento Quirino dos Santos.

Santos”, em 1900 e não tardaram a enfrentar o problema da carência de vagas, diante de uma demanda crescente da população, principalmente aquela residente em outros locais mais afastados do centro da cidade e também na zona rural (NASCIMENTO, 1999 e SOUZA, 1998).

Após um período extenso marcado por solicitações constantes por parte da população por meio de artigos em jornal denunciando a precariedade do ensino na cidade, é que um terceiro grupo escolar (Artur Segurado) foi instalado — também na região central, em 1910. Mais adiante, além do desdobramento dos grupos, oferecendo vagas em outros prédios e em diversos bairros da cidade, houve também um aumento do número das chamadas escolas isoladas<sup>21</sup>, uma vez que os grupos eram “considerados estabelecimentos de ensino sofisticados [...]”, destinados àqueles de grupos sociais mais favorecidos (SOUZA, 1998, p.130).

No decorrer do período Imperial e nos primeiros anos da República aparecem poucas alusões específicas a escolas de ensino profissional e à existência de uma legislação sistematizada regendo este ramo do ensino.

Isto talvez possa ser explicado pelo fato de que, no Brasil, o caráter de inferioridade atribuído ao trabalho manual reside em um critério utilizado para distinguir o trabalho do escravo daquele do homem livre. Ao primeiro, caberiam as funções que demandavam força física e utilização das mãos. Mais tarde, quando as primeiras Corporações de Ofícios foram instituídas ainda no período Colonial, o acesso de negros e mulatos foi praticamente vetado, pois o ensino que se oferecia ali era destinado aos ofícios exercidos exclusivamente pelos homens livres (SANTOS, 2003).

O tênue impulso que o desenvolvimento industrial havia conquistado no país sofreu uma brusca interrupção em 1785, quando um Alvará<sup>22</sup> de D. Maria I, Rainha de Portugal, determinou o fechamento de todas as fábricas, a não ser aquelas destinadas a tecer algodão para as roupas dos escravos (KELLER, 2005).

A vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, trouxe mudanças de ordem econômica (abertura dos Portos), política e administrativa. O processo de industrialização foi retomado e, devido à escassez de mão-de-obra, era preciso que se criassem instituições que ministrassem

---

<sup>21</sup> As escolas isoladas eram instituições onde se ensinava a ler, escrever e contar, mas dispunham de estrutura inferior à dos grupos escolares, tanto em instalações como em qualidade de ensino e condições de trabalho do corpo docente (SOUZA, 1998).

<sup>22</sup> Resolução, rubricada pelo soberano e referendada pelo ministro competente, acerca de negócios, públicos ou particulares, em geral de efeito temporário. Disponível em: <[http://www.priberam.pt/dlpo/definir\\_resultados.aspx](http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx)>

ensino profissional. Nasceu, então, o Colégio das Fábricas, de caráter assistencial, com a finalidade explícita de atender e abrigar órfãos pobres vindos na frota que trouxe a Família Real. O Colégio serviu de padrão para outras escolas que ensinassem ofícios (CUNHA, 2000).

Em 1826, surge, pela primeira vez na história da educação nacional, um Projeto de Lei sobre a Instrução Pública no Império que pretende organizar o ensino público no país. Em um primeiro momento, não havia referências ao ensino de ofícios. No ano seguinte, em 1827, o Projeto foi aprovado, determinando a inclusão e obrigatoriedade das meninas na aprendizagem de costura e bordado enquanto nos Liceus os meninos aprenderiam o desenho necessário às artes e ofícios (FONSECA, 1961 apud SANTOS, 2003, p.209).

Merecem destaque dois fatores explicitados nas informações acima. Um diz respeito ao público-alvo do Colégio das Fábricas, ou seja, os órfãos pobres — evidenciando que o aprendizado dos ofícios não cabia à elite. O outro indica que a legislação sobre a Instrução Pública referente à educação das meninas estava desenhada em função do papel social feminino: as prendas domésticas.

A premissa que orienta a oferta da aprendizagem das artes e ofícios continua sendo, ao longo da primeira metade do século XIX, a de destinar este ramo do ensino aos desfavorecidos. Assim, foram surgindo sociedades civis presididas por representantes da elite social e econômica (fazendeiros, comerciantes, funcionários da burocracia estatal) que ofereciam abrigo e ensino profissional aos órfãos e abandonados. Os recursos financeiros para a manutenção necessária provinham de quotas com que contribuía os associados e outras doações. Mais tarde, o poder público também passou a participar com recursos para tais instituições. Este processo contava com a facilidade de haver pessoas que ocupavam cargos públicos na direção das entidades (CUNHA, 2000).

Nesses moldes, são criados o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1858, e depois, em 1873, o de São Paulo, com o objetivo de oferecer conhecimentos necessários às artes e ofícios, comércio, lavoura e às indústrias (SANTOS, 2003).

Luiz Antonio Cunha apresenta uma análise crítica sobre os contextos social, político e econômico durante o início do século XX, ocasião em que são criadas escolas profissionais nos vários estados brasileiros. Em 1909, em momento de grande impulso da industrialização no Brasil, ocorriam constantes greves de operários, bem articuladas “pelas lideranças anarco-sindicalistas”. Diante da situação, as classes dirigentes entendiam que o operariado —

constituído em grande parte por estrangeiros — vinha se mobilizando em virtude das “idéias exóticas” que os tais imigrantes disseminavam. Neste caso, as escolas de aprendizes artífices poderiam funcionar como um freio às manifestações da classe e assim, o texto do Decreto que dava origem às instituições de ensino profissional vinha revestido de um caráter ideológico conservador. O autor destaca o seguinte trecho:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios para vencer as dificuldades sempre constantes da luta pela existência [...] para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da *ociosidade, escola do vício e do crime* [grifo do autor] (CUNHA, 2000, p. 94).

Neste mesmo período, uma nova ideologia progressista toma corpo, o industrialismo, que atribui à indústria “valores como o progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização. [...] O ensino profissional era entendido pelos industrialistas como um poderoso instrumento para a solução da ‘questão social’” (CUNHA, 2000, p.94).

A nova ideologia se traduziu em políticas educacionais. Em 1906, na condição de Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, em ação inédita, baixa um Decreto criando cinco escolas profissionais: três para ensino manufatureiro e duas para ensino agrícola. Em 1909, como Presidente da República, cria 19 escolas de aprendizes e artífices, uma em cada estado. Tais escolas ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio até 1930 e eram regidas por legislação exclusiva e metodologia didática própria, além de possuírem prédios e currículos específicos (CUNHA, 2000).

Regulamentadas pelo Decreto 7.566, de 23/9/1909, as escolas tinham os critérios para admissão de alunos claramente explicitados no seu artigo 6º: ter a idade de dez anos no mínimo e treze anos no máximo e a preferência na matrícula deveria recair sobre os *desfavorecidos da fortuna* (CUNHA, 2000 e SANTOS, 2003).

A presença das Escolas de Aprendizes Artífices nos estados teria ainda um caráter não declarado: o governo federal estava nas mãos de uma elite ligada à agricultura cafeeira. Os cargos nas escolas recém-criadas eram ocupados pelos indicados por políticos locais — aliados do governo federal — e as vagas deveriam ser preenchidas por alunos encaminhados por eles. Esta era uma forma eficiente de garantir, no plano estadual, o apoio político ao grupo dominante que estava no poder (CUNHA, 2000).

Em São Paulo, as Escolas de Aprendizes Artífices adquiriram características próprias, devido à grande expansão da produção industrial no Estado e da concorrência representada pelo Liceu de Artes e Ofícios. Desde o início de seu funcionamento, já ofereciam curso de tornearia, mecânica e eletricidade e nunca formaram sapateiros ou alfaiates, modalidades comuns em escolas de outros estados.

### 2.3. Bento Quirino dos Santos – o mentor do Instituto Profissional

Nascido em Campinas, em 18 de abril de 1837, Bento Quirino dos Santos (**Figura 1**)<sup>23</sup> foi um comerciante próspero e muito ativo na vida política e social da cidade.

Uma edição da Revista de Ciências, Letras e Artes, lançada em 18 de dezembro de 1938 e especialmente dedicada ao centenário de Bento Quirino, reuniu textos e discursos proferidos por diversas pessoas, por ocasião das comemorações do aniversário. O exemplar ainda inclui o texto original do seu testamento, apresentado sob o título de *Um Testamento Notável*.

Os textos publicados sugerem as relações de afinidade, de ordem política e/ou afetiva, existentes entre o respectivo autor e o homenageado, assinaladas pelo entusiasmo, por vezes exagerado, das palavras empregadas.

O trecho destacado para a legenda da **Figura 1** faz parte de uma crônica chamada *O “café” de NHÔ BENTO*, de 30/5/1938, em que Pelágio Lobo registra suas memórias de quando, ainda menino, acompanhava o pai aos encontros:

O “café” acontecia na saleta do seu escritório, na sobreloja do prédio em que residia. Ao meio-dia, os freqüentadores começavam a chegar — em número de 6 a 8, podendo chegar a 10, 15 ou 20 pessoas.

No café tudo se discutia, de tudo se tratava: assuntos do dia, agitações políticas, **rodízios eleitorais**, festas de beneficência, **tricas**<sup>24</sup> políticas locais, etc. Os freqüentadores do café muitas vezes eram adversários políticos, com o ímpeto peculiar de cada um: essas situações que a política de localidade tanto agrava e tanto exalta, submetiam-se, na hora do café, a um saudável e conveniente apaziguamento (p.14).  
[grifos meus]

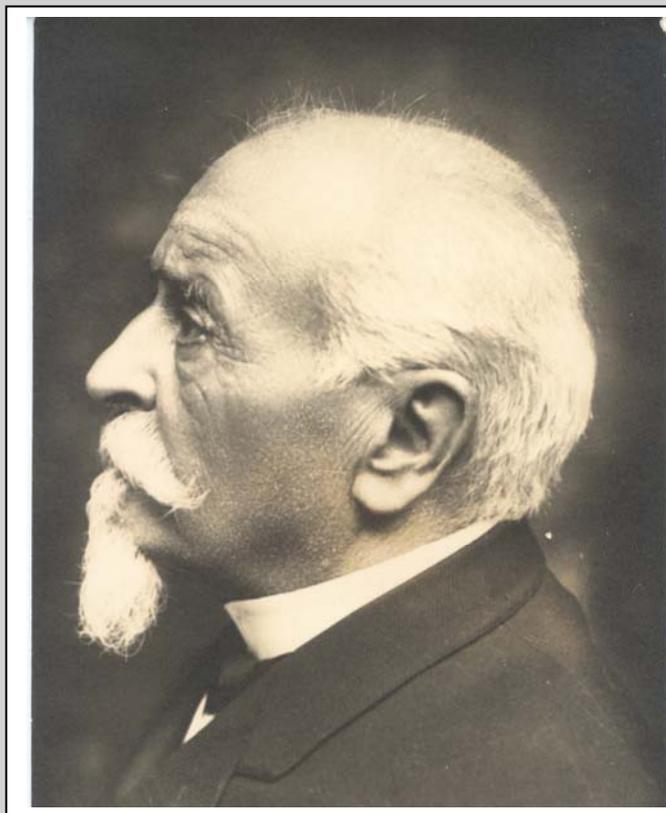
---

<sup>23</sup> Reitero a informação já apresentada de que será mantida a grafia original dos documentos aqui utilizados e que serviram de base para este trabalho.

<sup>24</sup> Trica. S. F. l. Chicana, trapaça, tramóia. Enredo, intriga, mexerico.

Fonte: Dicionário Novo Aurélio – século XXI. Versão 3.0





**Figura 1 – BENTO QUIRINO DOS SANTOS**  
Fonte: CMU-UNICAMP. JFT, 131. Data atribuída: 1914

*“Nhô Bento presidia a reunião com a sua proverbial bonomia e doçura de modos: era um velho baixo, afável, modesto, de fala doce e sempre a mesma, quer se dirigisse a um amigo ou a um extranho, quer se dirigisse a uma criança.”*

Trecho de discurso proferido por Pelágio Lobo, em 30 de maio de 1938, em homenagem ao Centenário de Bento Quirino  
Publicado na Revista de Ciências, Letras e Artes, 18/12/1938



Os termos em negrito dão a entender a forma como as posições eleitorais eram ocupadas pelos freqüentadores das reuniões e o tipo de estratégia utilizada para se desvendarem interesses talvez não muito explícitos. A presença de adversários, mesmo em situação de “saudável e conveniente apaziguamento”, permite vislumbrar o jogo político e as relações de poder que ali se desenrolavam.

O autor continua — situando a época provável do início das reuniões: “Quando teria tido início aquele café? Não sei. Penso que ele foi instituído com a Proclamação da República” (p.15).

No segmento final, o autor registra sua participação nos encontros — em diversos momentos de sua vida — e encerra caracterizando Bento Quirino, de acordo com o olhar de quem o conheceu e o admirou. Em breves palavras, também está exibida a trajetória escolar trilhada por Pelágio Lobo, bastante característica de um representante da elite da cidade, naquela ocasião:

Recordando nestas linhas apressadas, o que sei, o que vi, o que guardo daquelas reuniões saudosíssimas, que comecei a freqüentar quando menino de Grupo e, depois com intermitências, quando aluno do Ginásio local e, após minha formatura em Direito, quatro anos antes da morte de Bento Quirino — eu louvo a idéia generosa que inspirou os organizadores e redatores da Revista do Centro, de homenagear e exaltar a memória de um campineiro que, durante tôda a sua vida, sem rompantes de violência e sem agravos pessoais a qualquer adversário político, dando sempre a demonstração de espírito liberal, tolerante e benigno — acompanhou, todavia, todos os embates políticos da sua cidade e do seu Estado e deixou um exemplo de rara bondade, para ser seguido pelos seus pôsteres, em favor desta terra abençoada (p. 16).

Outro orador que teve o discurso publicado na Revista de 1938, Osmar Simões Magro, traz em suas palavras informações sobre a criação do Partido Republicano Paulista e a efetiva participação de Bento Quirino nele.

Bento Quirino pertencera ao chamado Partido Liberal avançado e, por ele foi levado à vereança em 1873. Mas nesse ano reuniu-se a Convenção de Itu, que resolveu adoptar o manifesto do Clube Republicano do Rio de Janeiro, publicado em 3 de dezembro de 1870. Estava creado o Partido Republicano Paulista, ao qual pertenceram os illustres brasileiros Campos Salles e Francisco Glycerio, dois inesquecíveis campineiros. Bento Quirino logo se filiou à nova agremiação e em suas fileiras militou até os ultimos anos de sua longa vida (p. 26).

Sobre o dia seguinte à Proclamação da República, descreve:

Assim, a 16 de novembro, recebia elle [Bento Quirino] um telegrama de Bernardino de Campos, primeiro chefe de Polícia do Governo Provisorio Paulista, o qual lhe participara tel-o nomeado delegado de Campinas. Nesse mesmo dia proclamou-se a Republica na

Câmara Municipal, reunida sob a presidência de José Paulino Nogueira. **Começava a adaptação das instituições á nova ordem de cousas.** Desde ahi, coube a Bento Quirino a chefia incontestada do bravo e triumphante partido, na terra campineira (p. 26). [grifo meu]

É posto em evidência o importante papel político de Bento Quirino na cidade e no partido. Observa-se ainda a referência às mudanças decorrentes da forma de governo recém-instalada (“nova ordem das cousas”).

Em seguida, Osmar Magro acrescenta suas impressões pessoais sobre o clima presente nas relações políticas de Campinas:

Ninguém poderá jamais esquecer a tolerancia que então distinguia a política desta cidade. Naquelles tempos, luctava-se, é verdade, com ardor, mas a lucta era **tão franca, os processos empregados tão correctos e leaes**, que aquelles prélios não geram ódios. Era famosa a regularidade das eleições, mesmo as mais movimentadas. Brigava-se, discutia-se, disputavam-se os votos — mas fechadas as urnas, vencedores e vencidos confraternizavam, festejando o triumpho, sentados amigavelmente **á mesma mesa** [...] Deve-se, em grande parte, a Bento Quirino este bello exemplo de civismo: vê-se por elle que, bem ao contrario do que muitos suppõem, não é impossivel no Brasil a pratica da democracia. Basta que haja quem, á semelhança do prestigioso chefe, se interponha, como um poder moderador, entre os partido em choque, e os oriente para um terreno onde possam todos, passada a batalha, abraçar-se com aquelle santo affecto que deve unir os filhos de uma mesma pátria (p. 27). [grifo meu]

Interessante atentar para os adjetivos utilizados pelo autor, referentes à lisura dos processos eleitorais na cidade. Se comparados aos **rodízios eleitorais** e às **tricas** que aparecem no texto de Pelágio Lobo, fica o convite à reflexão sobre a forma como essas atividades políticas vieram a público, por meio de registros históricos — cercados de subjetividades, interesses e portanto, pouca (ou nenhuma) neutralidade, como já alertava Jacques Le Goff (p. 9 deste trabalho).

Em comum nos dois discursos, o temperamento equilibrado de Bento Quirino, aplacando disputas, mas mantendo-se firme na liderança, no controle. Talvez a mesa citada por Simões Magro pudesse ser aquela do *café de NHÔ BENTO*...

Sobre os legados de Bento Quirino para a educação, o orador diz:

O seu maior título de glória, porém, foram os legados que deixou para as instituições de ensino. Sempre aliás, o haviam preocupado os problemas relativos á instrucção publica. Sem ter filhos para educar, foi um dos fundadores do Culto á Sciencia e seu thesoureiro. Como Presidente da Directoria Politica do Partido Republicano Paulista, interessou-se vivamente pela installação do Gymnasio e da Escola Complementar. Agora ia cumular os serviços que assim prestára a essa causa sagrada, deixando importantes quantias para o

Instituto Profissional e para a Escola de Commercio, que se honram em decorar-se com o nome de seu benfeitor. São attestados vivos de um atilado espirito

Porque é muito commum contemplarem os nossos homens ricos, nas suas disposições de ultima vontade, egrejas e hospitaes com importantes sommas, mas é raro quem se lembre de consignar tambem um legado para escolas e outros estabelecimentos congêneres. O Instituto Anna Rosa, em São Paulo, o Escolástica Rosa, em Santos e as Escolas Bento Quirino de Campinas são das poucas instituições, ás quaes a magnanimidade dos testadores forneceu elementos de vida [...]

Nisto, Bento Quirino mostrou bem a sua exacta comprehensão **do momento actual, que exige, de qualquer trabalhador, um alto nível de saber profissional, para poder vencer na vida** [grifo meu] (p. 28).

As palavras proferidas estão, portanto, em acordo com os princípios preconizados pela nova forma de governo, pois: “No momento de sua instituição, a propaganda republicana coloca como fundamental, para legitimar o Estado republicano, alicerçado no sufrágio universal, a formação do cidadão, a sua educação” (MORAES, 2006, p.215). Havia a premissa de que a ignorância é a grande freio para o progresso.

O positivismo de Comte e a heterodoxia científica, com o darwinismo, o spencerismo, o materialismo — que embasaram o ideário da República (e da Maçonaria) — se manifestam nos trechos finais do discurso de Simões Magro:

Há, por ahi, quem pense poder quebrar-se a tradição, romper-se com o passado, começar-se enfim, uma nova vida desligada dos antepassados. Puro engano, Augusto Comte, talvez o mais lucido dos philosophos do século das luzes, synthetizou essa impossibilidade neste princípio incontestável: — “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”. Nós somos producto de nossos paes, como as instituições são a resultante das que elles constituíram. [...]. A geração espontanea<sup>25</sup> não existe e o presente é um momento tão fugaz, que a palavra que acabei de pronunciar já cahiu no passado” (p. 29).

O texto do Professor Jorge Leme, redator-gerente da Revista, faz alusão às práticas abolicionistas de Bento Quirino: “Na agitação social que precedeu a República, o seu coração bem formado, levou-o à Campanha Abolicionista, colocando-o entre os que mais se bateram pela redenção dos escravos. *De um pecado, dizia, nunca terei de penitenciar-me: é o de haver negociado a compra ou venda de escravos*” (p.7).

---

<sup>25</sup> Teoria que tentava explicar a origem da vida na Terra. Os defensores dessa hipótese supunham que determinados materiais brutos conteriam um "princípio ativo", isto é, uma "força" capaz de comandar uma série de reações que culminariam com a súbita transformação do material inanimado em seres vivos. Experimentos diversos de Pasteur e os estudos de Darwin haviam derrubado essa crença, no início do século XX [Nota de minha autoria].

Aqui também comenta sobre o fato de Bento Quirino ter permanecido em Campinas, no início de 1889, quando ocorreu uma grande epidemia de febre amarela. Num discurso inflamado, diz:

Pois foi nesta quadra de invejável prosperidade que desabou, qual mortífero ciclone, sobre a indefesa cidade, a primeira das tremendas epidemias que trágicamente a assolaram, por anos consecutivos. Houve colapso de todas as atividades. A vida da cidade estancou. Mas o campineiro coração de Bento Quirino não podia de forma nenhuma, conformar-se com tamanha desgraça. Fácil lhe teria sido, e muito natural, como todos que dispunham de recursos o fizeram, deixar a cidade, fugindo à incalculável calamidade. [...] quando tudo era desolação e morte, surgiu no cenário dos dantescos acontecimentos, um pugilo de destemerosos obreiros do bem. Bento Quirino era um deles (p. 10).

Consta do discurso proferido pelo Dr. Joaquim de Castro Tibiriçá — por ocasião da inauguração da estátua de Bento Quirino, em abril de 1937, em Campinas — que ele não apenas permaneceu na cidade, como também prestou ajuda efetiva: “E Bento Quirino não partiu. Abriu de par em par, as portas de seu lar. Abrigou médicos e enfermeiros; acudiu doentes e alimentou os pobres” (p. 31).

Esta teria sido a razão de Bento ter recebido o reconhecimento da população: foi colocada uma placa em sua homenagem, na fachada de sua residência e estabelecimento comercial<sup>26</sup>, com os dizeres:

*“Gratidão eterna do povo de Campinas à Casa Santos, Irmão & Nogueira, pelos relevantes e inolvidáveis serviços prestados durante a epidemia de 1889”.*

Além da quantia considerável de mil contos de réis, destinada à construção e manutenção do Instituto Profissional, a íntegra do testamento de Bento Quirino dos Santos exhibe outros legados, que apontam seus vínculos com instituições de ensino e hospitais.

Na abertura da apresentação do testamento, na mesma Revista que tem servido de consulta nesta etapa do trabalho, lê-se o seguinte: “Os brasileiros precisam conhecer o testamento de Bento Quirino. É ele uma lição de vida e um exemplo. Por isso, publicamo-lo no seu inteiro teor. Assim o imitem os ricos de nossa terra” (p. 41).

“Disponho mais os seguintes legados”:

- Santa Casa de Misericórdia: 100 contos de réis

---

<sup>26</sup> <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/> Acesso em 13/6/2007.

- Asilo de Órfãos de Campinas: 100 contos de réis
- Maternidade de Campinas: 50 contos de réis
- “Para auxiliar a construção ou aquisição de um prédio para uma creche ou asylo para crianças em Campinas”: 50 contos de réis
- Liceu de Campinas: 20 contos de réis
- Igreja Matriz de Santa Cruz de Campinas: 20 contos de réis
- Colégio de São Benedito de Campinas, “mantido pelos homens de côr”: 10 contos de réis
- Escola noturna mantida pela Loja Maçônica Independência de Campinas: 10 contos de réis
- Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: 50 contos de réis
- Maternidade de São Paulo: 10 contos de réis
- Orfanato Cristóvão Colombo de São Paulo: 10 contos de réis

Segundo Rocha (2005), também foi diretor da Companhia de Iluminação a Gás; ajudou a organizar a Companhia Campineira de Carris de Ferro; foi presidente da Companhia Campineira de Águas e Esgotos; participou do Clube Semanal<sup>27</sup> – entidade que promovia leilões e bailes beneficentes; participou da fundação da Santa Casa de Misericórdia, de onde também foi tesoureiro e provedor.

Morreu aos 77 anos, em 26 de dezembro de 1914, deixando marcas de sua influência nos mais diversos setores da sociedade de Campinas.

---

<sup>27</sup> Hoje é o Clube Cultura Artística.

## 2.4. Do anúncio do legado aos tijolos da construção

Logo após seu falecimento, foi organizada uma associação integrada por cafeicultores e profissionais liberais — amigos e conhecidos de Bento Quirino — de modo a administrar da melhor forma o legado de mil contos de réis destinado à criação da escola. O grupo adquiriu uma chácara em um terreno próximo ao renomado Culto à Ciência (MORAES; ALVES, 2002 a).

O parágrafo abaixo apresenta uma transcrição de um trecho do testamento de Bento Quirino, datado de 1912, em que é especificado o destino a ser dado ao valor deixado por ele e também são enumerados os companheiros de confiança que serão responsáveis pelo cumprimento de seus últimos desejos:

*“Deixo para a fundação de um Instituto de ensino profissional masculino em Campinas, isto é, para a construção de um prédio apropriado e mais elementos de patrimonio, mil contos de réis, desejando eu que, no Instituto Profissional, sejam dados a cada uma das três principaes salas, respectivamente, os nomes de Antonio Telles, Domingos Netto e José Paulino, como tributo de amizade aos meus velhos companheiros de trabalho Antonio Carlos da Silva Telles, Domingos Luiz Netto e José Paulino Nogueira<sup>28</sup>.”*

*“[...] Nomeio meus testamenteiros, na ordem em que vão mencionados, a José Paulino Nogueira, Antonio Carlos da Silva Telles, Domingos Luiz Netto, Coronel Manoel de Moraes e Francisco de Paula Simões dos Santos; para cumprimento deste codicillo, marco o prazo de trez annos. É este meu codicillo, com as disposições de minha ultima vontade por mim dictadas e por meu mandado escriptas pelo doutor João Mendes de Almeida Junior. Rogo ás Justiças da Republica, que o façam cumprir e executar tão inteiramente, como nelle se contém e declara, sendo que o testamento a que se refere este condicillo foi aprovado no anno de mil, oitocentos e noventa e quatro pelo tabelião de Campinas Coronel Joaquim de Pontes. São Paulo, oito de Março de mil novecentos e doze. Bento Quirino dos Santos”. (REVISTA DE CIÊNCIAS E LETRAS p. 41 e 42).*

---

<sup>28</sup> A esse respeito, tanto o Professor Osmar Salles de Figueiredo, quanto o Professor Armando José Geraldo, ex-diretores do COTUCA entrevistados, declararam nunca terem visto as salas com nomes de homenageados.

A **Figura 2**<sup>29</sup> exibe o trecho inicial da 1ª Ata da Assembléia Geral da “Associação Instituto Profissional Bento Quirino”, realizada em 25 de julho de 1915 — ocasião em que o testamenteiro, senhor José Paulino Nogueira, tornou pública a intenção do falecido, lançando a idéia da escola. O segmento da página do Livro de Atas foi fotografado com câmera digital, atendendo às determinações de preservação do material, já explicitadas anteriormente. A transcrição do texto manuscrito teve por objetivo facilitar ao leitor o acesso às informações ali contidas.

O texto prossegue, justificando aos presentes os motivos do convite para a reunião: “afim de crearem e cuidarem dos meios de manutenção do Instituto Profissional Masculino, conforme verba testamentaria daquellle finado, solicitando que aclamassem um dos associados para presidir aos trabalhos da assembléia.”

Conforme declarou Dr. Antonio Lobo, nesta primeira reunião de associados (25/7/1915), os Estatutos da Associação foram baseados nos do Lyceu de Artes e Officios de São Paulo pois, “por incumbência do testamenteiro (José Paulino Nogueira), havia estudado os referidos Estatutos”(LIVRO DE ATAS 1915 a 1973, Fls.2)<sup>30</sup>.

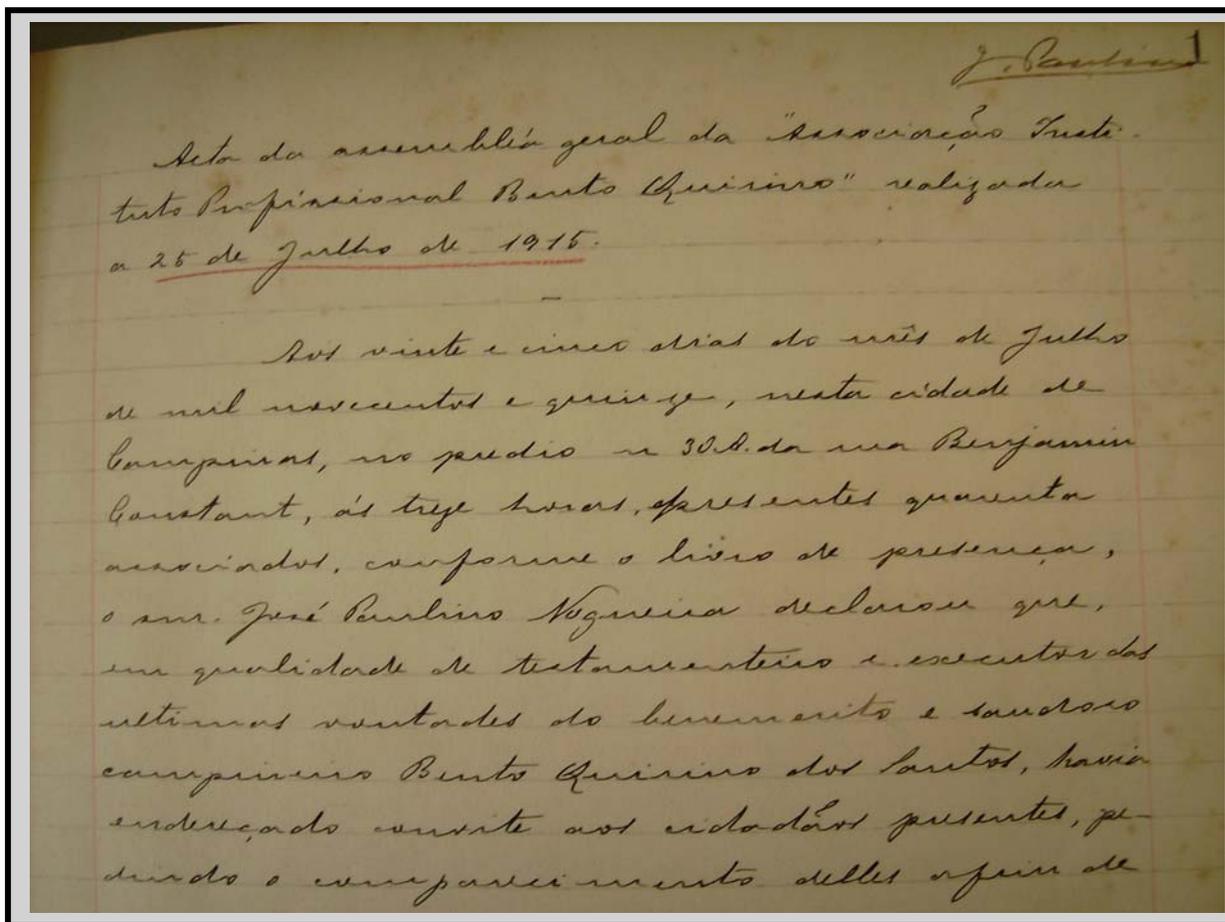
O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo serviu de modelo para criação e funcionamento desta e de várias outras instituições de ensino profissional. Nota-se que o senhor Antonio Lobo foi especialmente designado para cumprir a tarefa de estudar os estatutos daquela escola e, assim, divulgar e posteriormente aplicar os mesmos princípios na escola a ser construída.

---

<sup>29</sup> O grifo em vermelho que aparece na página fotografada do Livro de Atas foi feito por pessoas que o consultaram há algum tempo, sem a orientação necessária para evitar alterações que produzissem danos à originalidade do material.

<sup>30</sup> Como o Livro de Atas é citado repetidas vezes no decorrer do trabalho e a data de cada reunião sempre aparece discriminada no texto, adotei uma convenção para fazer a citação, qual seja: **LV ATA**, seguido do número da folha correspondente. Por exemplo: LV ATA, Fl. 2).





**Figura 2** – As primeiras linhas da Ata da 1ª Assembléia Geral da “Associação Instituto Profissional Bento Quirino”, registrada na Folha 1 do Livro de Atas.

Acta da assembleia geral da “Associação Instituto Profissional Bento Quirino”, realizada a 25 de julho de 1915.

“Aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil novecentos e quinze, nesta cidade de Campinas, no prédio 30 da Rua Benjamin Constant, às treze horas, presentes quarenta associados, conforme livro de presença, o Sr. José Paulino Nogueira relatou que, em qualidade de testamenteiro e executor das ultimas vontades do benemérito e saudoso Bento Quirino dos Santos, havia endereçado convite aos cidadãos presentes, pedindo o comparecimento delles afim de” [...]

O senhor Alfredo Monteiro de Carvalho e Silva secretariou a reunião e redigiu o documento, com caligrafia regular e elegante.



A **Figura 3** apresentada a seguir é uma fotografia datada de 1917, mostrando o edifício em fase adiantada de construção. É bem possível que a disponibilidade financeira para cumprir a tarefa tenha sido fator importante para acelerar o processo.

A título de esclarecimento, a data de 26 de dezembro de 1918 é a que consta das Atas para uma festa marcasse a inauguração da escola. Porém, nos documentos que compõem o processo de tombamento desta construção, solicitado em 1983, está explicitado o seguinte: “as obras foram iniciadas em abril de 1916, sendo que em 02 de abril de 1918, as aulas foram ministradas no novo prédio do Instituto Profissional Bento Quirino, sob a direção do Engenheiro Bruno Simões. Conforme relatório da Instituição” (CARNEIRO, 1984) <sup>31</sup>.

Merece destaque o arquiteto responsável pela obra, Francisco de Paula *Ramos de Azevedo*. Nascido em São Paulo, durante breve passagem de sua mãe pela cidade em 1851, sempre se declarou cidadão campineiro. Estudou na Bélgica e incorporou a influência da arquitetura européia em seu trabalho. Em virtude de uma série de conflitos de ordem administrativa envolvendo outras equipes de arquitetos, foi chamado para assumir a responsabilidade da conclusão das obras da Catedral de Campinas, em 1880. O resultado impressionou a aristocracia da época, o que contribuiu de forma marcante para impulsionar sua vida profissional.

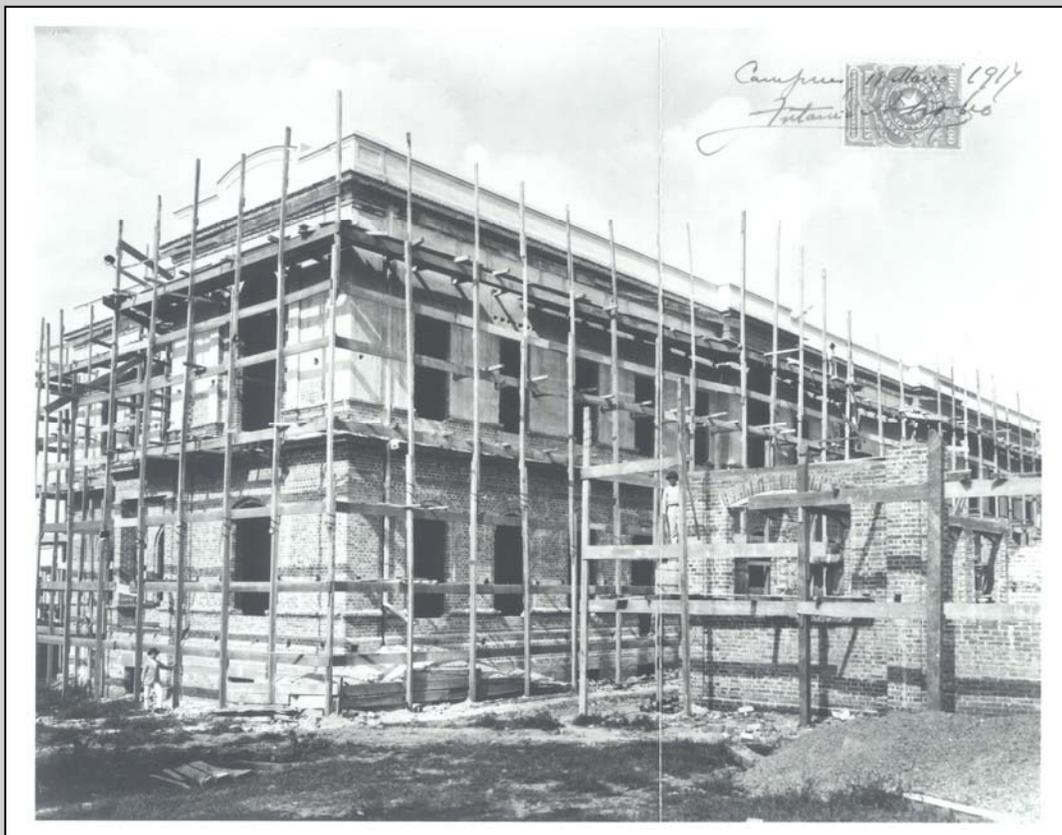
Denise Soares Moura em estudo sobre a obra do historiador José Roberto do Amaral Lapa, a respeito da cidade de Campinas, comenta:

Muito vagarosamente a cidade foi deixando de lado a taipa de pilão e substituindo-a pelos tijolos. O arquiteto Ramos de Azevedo levou monumentalidade para a cidade, promovendo uma remodelação urbanística e arquitetônica com aspirações cosmopolitas. O traçado do perímetro urbano — largura das vias e vias e calçadas — passou a levar em conta o coletivo, o circular das pessoas e as posturas detiveram-se no aformoseamento das fachadas e ruas, procurando padronizar os prédios, disciplinar a privacidade e os olhares através da proibição das rótulas de madeira, cancelas, balcões e folhas que abriam para fora (MOURA, 1996, p. 1).

---

<sup>31</sup> Maria Luiza Tucci **Carneiro** é a historiadora que assina o levantamento histórico realizado para compor o dossiê de documentos encaminhados para se justificar a solicitação do Processo de Tombamento do edifício. Este trabalho é datado de 30 de julho de 1984 e está registrado na Fls. 52 do Processo 6 de Tombamento do Colégio Técnico da UNICAMP, disponível para consulta no CMU-UNICAMP.





**Figura 3** – Construção do Instituto Profissional Bento Quirino (Campinas, SP). 19 de março de 1917. TJC.03. Arquivo Tribunal de Justiça de Campinas (CMU. Unicamp)

O selo presente no canto superior direito da fotografia tem a assinatura do senhor Antonio Álvares Lobo, membro da Associação Profissional Bento Quirino.

É possível observar que a estrutura do prédio construído pelo arquiteto Ramos de Azevedo, está em fase adiantada de construção. Observam-se as grandes janelas características da escola.

Há três pessoas que aparecem na imagem. Dois homens - usando chapéu e roupas claras - estão sobre andaimes, sendo um na parte mais alta, na direção do selo e o outro mais no meio da fotografia, parece emoldurado pelo madeiramento. No canto esquerdo, no chão, apoiado em uma viga, está um menino, trajando roupas claras, paletó, botas e chapéu.



Além de inúmeros projetos em Campinas — entre outros: rede de saneamento da cidade, escolas, o Bosque dos Jequitibás, o Mercado Municipal, fachadas da Casa de Saúde e da Companhia Mogiana e mansões dos grandes cafeicultores — Ramos de Azevedo recebeu reconhecimento e passou a executar serviços na capital do Estado. Foi o arquiteto oficial do Governo do Estado de São Paulo e é considerado como o mais importante e prestigiado construtor da nova imagem institucional de São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX. Dentre suas principais obras estão: o *Theatro* Municipal, o Palácio das Indústrias, a agência central dos Correios e Telégrafos e o Liceu de Artes e Ofícios (atual Pinacoteca do Estado). Falecido em 1928, além do talento artístico, seu trabalho se destacou também por ser inovador e apresentar novos conceitos aos padrões de construção, como é o caso da preocupação com questões sanitárias nos projetos — aspecto inédito naquela ocasião<sup>32</sup>.

À parte as qualidades profissionais do arquiteto neoclássico, ícone da modernidade, é importante lembrar que seu grande envolvimento com o governo e com os demais homens de destaque na sociedade de Campinas e de São Paulo também está relacionado a seus fortes vínculos de ordem política. Republicano e membro da Maçonaria, Ramos de Azevedo transitava facilmente nos diversos setores sociais e administrativos da elite.

É interessante ressaltarmos o envolvimento de Ramos de Azevedo com o ensino técnico, seja como arquiteto ou como mestre. Em 1895, foi aclamado Diretor Geral do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, [...] firmando-se o estabelecimento definitivamente, neste que foi o seu período áureo e, posteriormente na Escola Bento Quirino, onde foi responsável pelas primeiras aulas em 1919” (CARNEIRO, 1984) [ver Nota de Rodapé nº. 31]

Sobre as “questões sanitárias” com as quais se preocupava Ramos de Azevedo, cabem aqui algumas considerações que permitem contextualizar seu trabalho na época.

O processo de crescimento vivido pela cidade de Campinas começava a desencadear certas medidas de controle, por parte das autoridades. O adensamento de casas fez com que a Câmara determinasse em “27 de dezembro de 1871, a numeração das casas com placas” em uma cidade que “vai deixando de ser o espaço social onde todos se conhecem pelo nome, pelo

---

<sup>32</sup> FONTES: MARTINS, José Pedro. **Catedral é referência para renovação**. Correio Popular, Campinas, 14 jul. 2002; NEVES, Washington de Carvalho. **Ramos de Azevedo: o inventor de paisagens**. Correio Popular, Campinas, 16 dez. 1999. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp; <http://www.itaucultural.org.br>, acesso em 21/9/2007 e <<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=558>>, acesso em 23/9/2007.

apelido, por referências, assim se localizando. Uma impessoalidade começa também a marcar essas relações” (LAPA, 1995, p.123).

Homens livres e pobres, quando não escravos circulando por toda a cidade, os carroceiros e cocheiros precisam enquadrar-se nas regras de urbanidade e, para tanto, seu comportamento, movimentos, sua fala e até os sons que provocam são objeto de zelo da autoridade, sem falar naturalmente da licença e alvará para poderem exercer essa atividade profissional (LAPA, 1995, p. 130).

As regras de urbanidade que iam sendo delineadas exibem um movimento de higienização dos costumes que, pouco a pouco, apresentará múltiplas facetas. “Em 1877, uma comissão de cinco médicos defendeu a retirada das cocheiras da cidade, provocando os protestos dos cocheiros e proprietários de carros de aluguel” (Brito, 1960, v. 21, p. 32). Percebe-se, no entanto, por este pequeno exemplo, que a travessia da “desordem urbana à ordem racional” (Rocha, 2001) não se faz sem tensões e conflitos nas relações sociais.

Sucessivos e intensos surtos de febre amarela a partir de 1889 e ao longo dos anos 90, em Campinas, fizeram com que se implementassem medidas de saneamento fundamentadas nos conhecimentos da época: desde a desodorização de locais públicos — pois atribuíam aos maus cheiros a causa do mal — até a reformulação da rede hídrica e regularização de atividades de limpeza e drenagem, sob a supervisão do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito (LAPA, 1995).

Lapa ainda apresenta uma interessante descrição feita por Alfredo Moreira Pinto, na obra *Campinas: Impressões de Viagem*, de 1898, em que Bento Quirino dos Santos e Ramos de Azevedo se unem em uma iniciativa pró-higienação: atitude coerente com o ideário republicano.

Há referências a um matadouro público que ficava na rua 11 de Agosto, onde hoje está o prédio que foi sede da Cia. Mojiana de Estradas De Ferro. [...] Em 1881, uma empresa particular, tendo à frente Bento Quirino dos Santos, Francisco Glicério e o engenheiro Ramos de Azevedo, a Cia. Campineira do Matadouro Municipal, criou o Matadouro Municipal em prédio que ficava na Vila Industrial (Piçarrão), encampado pela Câmara Municipal em 15 de julho de 1885. Era um edifício de 2 pavilhões, com escritório, cômodos de matança do gado, salga, depósito de porcos e outros animais. A sua planta e a direção de construção foram de Ramos de Azevedo (LAPA, 1995, p. 210).

A higiene no Brasil inseria-se então como um “agente coercitivo, na medida em que incorporava a cidade e a população à esfera do saber médico” (MARQUES, 1992, p.3). Agente

este que busca, pela homogeneização das normas, apagar a diversidade que se expandia na população.

Nas palavras de Rocha (2003), os médicos higienistas e sanitaristas, “ávidos por fazer da cidade um espaço civilizado, procurarão produzir um novo modo de vida, cuja legitimação contará com a desqualificação dos hábitos e costumes assumidos pela maioria da população” (ROCHA, 2003, p. 13).

A autora ainda acrescenta que a criação do Instituto de *Hygiene* de São Paulo, no início da década de 1920, permitiu que fosse articulado um modelo de política sanitária que culminou, em 1925, com uma Reforma do Serviço Sanitário. Tal reforma teve na educação sanitária sua grande expressão e melhor veículo de divulgação. Ou seja, o Instituto inova e organiza um curso de educadores sanitários, partindo da premissa de que um redirecionamento das medidas de policiamento para outras, de formação da “consciência sanitária”, representará a solução dos graves problemas que assolavam o país, neste setor (ROCHA, 2003).

E assim, o público-alvo desses cursos oferecidos pelo Instituto de Hygiene eram os professores “diplomados por escola normal do Estado”, cuja atuação deveria possibilitar a ampliação do alcance da obra de disseminação de conhecimentos de higiene (ROCHA, 2003, p.148).

Considerava-se, portanto, a potencialidade da criança como elemento multiplicador de novos hábitos e atitudes junto à família, na comunidade a que pertencia. Por este motivo:

Concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas disciplinares, a escola seria chamada a oferecer sua poderosa colaboração para o sucesso da *ampla reforma de costumes* visada pelos *homens da ciência* (ROCHA, 2003, p.179). [grifos da autora]

A série de regras e as práticas a serem seguidas eram divulgadas por meio de cartazes, jogos<sup>33</sup>, cartilhas ilustradas, de modo a facilitar a compreensão e assimilação pelo público escolar. O conjunto de normas continuou servindo de paradigma e desponta de forma intensa nas próximas décadas de 30 e 40, concretizadas em políticas de caráter eugênico, em “pról do aperfeiçoamento da raça”.

---

<sup>33</sup> Os princípios que compunham um jogo utilizado pelas crianças nas escolas eram os seguintes: “1- Tomar mais de um banho completo por semana; 2- Escovar os dentes uma vez ao dia, no mínimo; 3- Dormir longo tempo com as janellas abertas; 4- Beber a maior porção possível de leite, e não café ou chá; 5- Comer vegetaes ou fructas todos os dias; 6- Beber, no mínimo, quatro copos de agua durante o dia; 7- Brincar ao ar livre parte do dia; 8- Evacuar os intestinos todas as manhãs” (ROCHA, 2003, p. 219).

Este assunto voltará a ser abordado no momento em que se apresentar o Dispensário de Puericultura, criado nas dependências do Bento Quirino, em 1933.

Foi diante deste cenário que Ramos de Azevedo já incluía em seus projetos os inovadores cuidados sanitários, fazendo do Instituto Profissional uma escola no melhor padrão estético e funcional possível para a época.

As massas escolares só afluíram à escola quando esta esteve pronta e organizada para conformar comportamentos, educar corpos e transformar gestos. Embora apresentassem direções diferenciadas no que diz respeito aos fins da educação e ao acesso à escola as décadas de 20 e 30 [as idéias de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo] encontram-se ligadas pelo *Manifesto dos pioneiros da educação* cuja escritura repôs na orientação prática da educação durante a década de 1930, o imaginário profilático da década de 1920 (Paulilo e Baeza, 2003, p. 8).

No período entre 1918 e 1927, a Associação tentou manter o funcionamento regular da escola. Porém, uma série de dificuldades registradas nas atas de reuniões do grupo levou a que o Estado assumisse a responsabilidade integral pelo estabelecimento — inclusive com um evento de inauguração realizado em 24 de março de 1927, “com a presença do presidente do Estado, Carlos de Campos, do secretário do interior, José Lobo e do deputado estadual, Antônio Álvares Lobo” (MORAES; ALVES, 2002, p. 121).

No próximo item, serão apresentados — a partir dos textos registrados nas Atas — os diferentes períodos de obstáculos e superações por que passaram os mantenedores, tentando conservar os princípios e os objetivos da escola, definidos pelo seu idealizador, e trabalhando também em função do jogo de interesses intrínseco às relações de poder que foram se constituindo, nos vários momentos políticos do país e da cidade de Campinas.

## 2.5. Os desafios e as superações ao longo dos anos

### *De 1915 a 1927: Do germinar à reinauguração*

É um edifício de grandes proporções, vistoso e elegante embora não haja nele o que, verdadeiramente se chama de luxo. São salas amplas, oficinas e demais dependências, todos compartimentos enfim muito claros, banhados de ar e luz, dão idéia nítida do cuidado e do zelo que presidiram a toda construção.<sup>34</sup>

As reuniões dos membros da Associação Bento Quirino dos Santos registradas em atas, em um livro especialmente aberto para este fim, tinham como principal e constante pauta questões de ordem administrativa. Comumente, são expostos dados provenientes da Comissão de Contas, criada com a finalidade de zelar e preservar o patrimônio deixado em testamento pelo patrono da instituição.

Detalhes de ordem pedagógica, referentes a metodologias de ensino, corpo docente e fluxo de alunos, são informações que surgem esporadicamente no decorrer dos registros.

Os documentos vão exibindo, além das discussões sobre diferentes modos de se enfrentarem determinadas dificuldades e respectivas soluções encontradas, breves momentos sobre a trajetória dos participantes da Associação, quer pela função que desempenhavam na entidade, quer pelas notas de pesar pelo falecimento daqueles que a constituíam.

Como exemplo, pode-se citar que consta dos registros da reunião de 18 de dezembro de 1915, na casa do Cel. Manoel de Moraes, a consignação do voto de pesar pela morte de José Paulino, “executor das últimas vontades do testador Bento Quirino dos Santos e pela sua dedicação à causa da educação operária” (LV ATA, Fls.3).

Ou ainda, a informação registrada na Ata da reunião de 6 de janeiro de 1919: “A “inauguração festiva” marcada para 26/12 [1918] não se realizou em virtude da epidemia gripal que assolou o Estado, flagelando esta cidade [...]” (LV ATA, Fls.8).

A este respeito, Werle diz que:

A história das instituições escolares trabalha também com representações no sentido de tornar presente o que está ausente — presentificação do ausente —, como um

---

<sup>34</sup> FONTE: Relatório dos Trabalhos de 1933: Escola Profissional Secundária “Bento Quirino”. Campinas: Ed. Melhoramentos, 1933, p.14

esforço de construção de uma imagem da escola, como memória. Nessa dimensão dá a ver aspectos de um passado ausente, seus funcionamentos, relações entre demanda e procura, organização de espaços e seus usos... (WERLE, 2004, p. 15-16).

A **Figura 4** exhibe uma imagem da fachada do prédio recém-inaugurado. Atribui-se o ano 1919 ou 1920 como época provável da fotografia.

A planta de Ramos de Azevedo contava de 4 grandes pavimentos entremeados por áreas ajardinadas. Parte do orçamento elaborado previa os seguintes gastos: 16 contos, 610 mil réis, oficina de marcenaria; 13 contos, 640 mil réis, oficina de mecânica; 25 contos, mobiliário completo. [ver Nota de Rodapé N. 34]

A exemplo do que ocorreu por ocasião dos surtos de febre amarela no século XIX, o surto de gripe espanhola em 1918 atingiu a cidade de Campinas de forma contundente. Entre as medidas de controle visando debelar o surto, a prefeitura municipal proibiu reuniões de todo tipo, suspendeu as aulas e fechou casas de diversão.<sup>35</sup> Isto explica o cancelamento da festa para marcar a inauguração do Instituto.

Em 20 de fevereiro de 1921, o Relatório de Contas chama “atenção dos associados para as prementes dificuldades financeiras e economicas que ameaçavam o desenvolvimento, sinão a propria existência do ‘Instituto Profissiona’”, “o Senhor Presidente [*Coronel Manoel de Moraes – observação minha*] expoz à assembléia o alvitre de entregar ao Governo do Estado, ou à Camara Municipal, o patrimônio da associação, com o encargo de manter o referido Instituto, conservando a mesma denominação e fins deste, e dissolvendo-se a associação” (LV ATA, Fls. 11 e 12).

No texto registrado em ata de 08 de maio, surge como solução para a crise o uso de um empréstimo concedido pelo Governo do Estado (na época, o chamado Presidente do Estado era Washington Luís Pereira de Sousa), a juros de 7% ao ano.

---

<sup>35</sup> <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/LIANE%20BERTUCCI-MARTINS.pdf> Acesso em: 18/3/2007.



**Figura 4** – Fachada. Escola Profissional “Bento Quirino”. Campinas, SP.  
Data provável: 1919/20. SACOP 189 (CMU. Unicamp)

É possível observar o calçamento da Rua Culto à Ciência e as árvores ainda bem novas ao longo da calçada. Um homem trajando terno escuro e gravata aparece no portão, olhando em direção à rua.

Destacam-se ainda detalhes dos traços arquitetônicos neoclássicos da escola recém-inaugurada, as grades e os muros baixos.

O aparecimento do Neoclassicismo também é considerado uma reação contra os exageros do Rococó, cultuando principalmente a razão, a ordem, a clareza, a nobreza e a pureza, atributos que acreditavam ser inerentes às culturas gregas e romanas. Formas regulares, geométricas e simétricas e materiais como a pedra são valorizados neste estilo arquitetônico.

Fonte: <http://www.arq.ufsc.br>



[...] senhor Doutor Antonio Lobo, [...] vinha trazer ao conhecimento da assembléia uma felicíssima operação realizada pela Directoria e que beneficiando poderosamente as condições financeiras e econômicas da fundação que mantem o “Instituto”, veio resolver a crise premente dos recursos necessários à respectiva manutenção: tendo o Governo do Estado feito o lançamento de um empréstimo interno a juro de sete por cento ao anno e typo de noventa, elle, Vice-Presidente, de perfeito accordo com os demais membros da Directoria, fizera a troca da nota promissória do Thesouro Estadual, [...] (LV ATA, Fls.13 verso).

Os registros evidenciam uma prática comum, envolvendo mantenedores de entidades particulares de cunho assistencial e instituições estatais. As negociações que culminam em acordos e subsídios para o uso de verbas públicas são facilitadas pelas relações amigáveis entre os sujeitos envolvidos.

Os recursos necessários à manutenção das sociedades civis, inicialmente eram obtidas pelas quotas dos sócios e por doações. Com o passar do tempo, essas entidades passaram a gerir financeiramente as suas escolas de artes e ofícios mediante parcelas de recursos que eram provenientes do poder público, fato que só se tornou possível devido à influência dos quadros da burocracia do Estado que atuavam nas sociedades, como membros de suas direções (SANTOS, 2003, p. 209).

Mesmo com o apoio do governo estadual, os problemas não cessam e na reunião do dia 31 de julho de 1921, são discutidas propostas de redução no vencimento dos funcionários, como tentativa de resolver o impasse financeiro. São discriminadas na ata despesas com pessoal, incluindo servente, corpo docente, operários e alunos aprendizes, além de gastos com manutenção: luz, material para o curso noturno, jardineiro, conforme mostra a **Figura 5**. Entre os presentes nesta assembléia, estão nomes como: Carlos Stevenson, Orosimbo Maia, Antonio Alves da Costa Carvalho. Orosimbo Maia ocupou a prefeitura da cidade em mais de um mandato.



J. Laurin 1.

1 servente - 1:200,000; - "Corpo docente" (quadro n. 2)  
 - Professores do curso nocturno - 3:600,000, contra mes-  
 tres (2 a 225,000) - 5:400,000 - 9:000,000; - "Operarios" (qua-  
 dro n. 3) - Professores do curso nocturno, diz-se, 1 car-  
 pinteiro a 8 - 2:400,000, 1 marceneiro a 7 - 2:100,000  
 - 4:500,000; - "Alunos aprendizes" - 1 de \$800 - 240,000,  
 1 de \$700 - 210,000, 1 de \$600 - 180,000, 2 de \$500 - 300,000,  
 4 de \$400 - 480,000, 5 de \$300 - 450,000, 9 de \$200 - 540,000,  
 10 de \$100 - 300,000 - 2:700,000; - "Luz" - 600,000; - "Material  
 para o curso nocturno" - 600,000; - "Jardineiro" -  
 540,000. Total - 19:140,000. Campinas, 9 de Maio  
 de 1921. (a) Manoel da Rosa Martins, C. Stevenson,  
 Orosimbo Maia, Antonio Alves da Costa Car-  
 valho; com restricções, e Antonio Alvares Lobo. >>  
 Após a discussão desse parecer, durante a qual  
 compareceu o director-gerente do estabelecimento,

**Figura 5** – Trecho da ata da assembléia realizada em 31 de julho de 1921, no escritório do senhor Orosimbo Maia. No texto, estão discriminadas despesas a serem analisadas pelos associados, frente à necessidade de corte de custos.

[...] 1 servente - 1:200,000; - "Corpo docente" (quadro n. 2)  
 - Professores do curso nocturno - 3:600,000, contra mes-  
 tres (2 a 225,000) - 5:400,000 - 9:000,000; - "Operarios" (qua-  
 dro n.3) - Professores do curso nocturno, diz-se, 1 car-  
 pinteiro a 8 - 2:400,000, 1 marceneiro a 7 - 2:100,000  
 - 4:500,000; - "Alunos aprendizes" - 1 de \$800 - 240,000,  
 1 de \$700 - 210,000, 1 de \$600 - 180,000, 2 de \$500 - 300,000,  
 4 de \$400 - 480,000, 5 de \$300 - 450,000, 9 de \$200 - 540,000,  
 10 de \$100 - 300,000 - 2:700,000; "Luz" - 600,000; - "Material  
 para o curso nocturno" - 600,000; - "Jardineiro" -  
 540,000. Total - 19:140,000. Campinas, 9 de Maio  
 de 1921. (a) Manoel da Rosa Martins, C. Stevenson,  
 Orosimbo Maia, Antonio Alves da Costa Car-  
 valho; com restricções, e Antonio Alvares Lobo.  
 Após a discussão desse parecer, durante a qual  
 compareceu o director-gerente do estabelecimento,

Observa-se pela caligrafia, que o senhor Alfredo Monteiro de Carvalho e Silva continua como Secretário e Redator da Ata. Há anotações na lateral direita do livro.



“[...] tendo examinado com a devida atenção o projeto do orçamento da receita e despesa para 1921, elaborado pelo seu digno Director, o snr. engenheiro Bueno Magro, resolveram propôr as seguintes reduções na despesa, sem prejuízo para o regular funcionamento deste estabelecimento de ensino e nem do louvavel ideal do saudoso e benemerito testador” (LV ATA, Fls.14 verso e 15).

Mais uma tentativa de reduzir custos foi a supressão dos cursos noturnos oferecidos pela escola. Consta na ata da assembléia de 9 de abril de 1922 (Fls.16), que o Governo Estadual resolveu manter os cursos, às custas dos cofres públicos.

As propostas continuavam insuficientes e a seriedade das questões financeiras levou a que se sugerisse a redução do pessoal administrativo — não só no número de funcionários, mas também nos vencimentos dos que ficassem — além da supressão do cargo de diretor (Ata de 10 de abril de 1922, Fls. 17 e 18).

No ano de 1923, o prefeito de Campinas (Miguel de Barros Penteadado) propõe a compra do edifício do Instituto, mas a idéia não foi levada adiante, talvez em função do auxílio e das pendências já assumidas com o governo estadual (Ata de 26 de abril de 1923, Fls. 24).

Em 29 de julho (Fls. 25) e 12 de setembro de 1923 (Fls. 26) estão registradas, respectivamente, propostas para a locação do prédio e arrendamento das oficinas para obtenção de recursos para a escola. Surgiram manifestações favoráveis ao arrendamento, “pois fechado se estragaria”, em 04 de outubro de 1923 (Fls. 30). Em 05 de dezembro a sugestão foi levada a efeito, com um contrato de três anos e anunciada na assembléia de 12 de dezembro de 1923 (Fls.32-verso).

A próxima reunião registrada em ata só acontecerá em 31 de março de 1925 (Fls. 33) e trata sobre “condições gerais do Instituto ainda longe de serem prósperas”, pois o arrendamento das oficinas ainda não trouxe a solução desejada.

Um comentário sobre condições equilibradas das contas do Instituto aparece quase como exceção neste período, durante a assembléia de 17 de outubro de 1926 (LV ATA, Fls. 34 - verso e 35).

A ata de 07 de novembro de 1926 acena com uma novidade interessante: a de proporcionar o ensino profissionalizante a um determinado número de meninas. O arrendamento

das oficinas vem permitindo a manutenção do Instituto, levando a que também seja arrendado o prédio central do Instituto que, “fechado como se acha, acabará por deteriorar-se completamente” (LV ATA, Fls. 36 verso).

Onze anos depois de apresentados os desígnios de Bento Quirino sobre a criação de uma escola masculina de ensino profissional, a proposta de se abrir espaço para meninas pode representar uma adaptação à demanda da população. Uma breve discussão a respeito das políticas educacionais brasileiras dos anos 20, apresentada mais adiante, pode servir de base para melhor compreensão dessa mudança.

Para Enriquez (1997, p.73 apud Werle, 2004): “A instituição é transpassada e constituída por relações de poder vinculada à figura de uma pessoa principal, inaugural, que nos primórdios da instalação da instituição contribuiu para criá-la e a seus ‘herdeiros’ que interpretam o ideário, aspirações e necessidades institucionais em diferentes momentos temporais”.

Em 16 de janeiro de 1927, numa das salas do Clube Campineiro, “obsequiosamente cedido por sua Diretoria”, o então Presidente da Associação, Antonio Álvares Lobo, apresenta a idéia de se passar a Escola para a administração estadual. Ele busca o apoio do professor Apyrgio Gonzaga<sup>36</sup> — educador paulista de autoridade comprovada, apontado como competente em ensino profissional e Diretor da Escola Profissional de São Paulo — para dar suporte à sua argumentação (Fls. 37 e 38). Anuncia “um plano de remodelação do Instituto Profissional Masculino Bento Quirino, para que entre em acordo com o governo do Estado de São Paulo para imediato funcionamento do Instituto nos moldes das escolas profissionais estaduais” (Fls. 37). Sugere-se também a supressão do termo “masculino” do nome, ficando *Instituto Profissional Bento Quirino*.

Fica esclarecido que o Governo do Estado “assuma a direção e manutenção das classes e officinas entrando na posse do Instituto e recebendo uma anuidade tirada das rendas do

---

<sup>36</sup> O Professor Apyrgio de Almeida Gonzaga teve sua trajetória profissional voltada a essa modalidade de ensino que vinha se implantando no Brasil. Consta que nos primórdios da Escola Profissional Masculina do Brás — bairro em que se concentravam imigrantes e operários — na capital, entregava pessoalmente impressos divulgando o estabelecimento ou ainda visitava pais de família, recomendando que ali matriculassem os filhos. Depois de ter fundado a instituição que hoje é a Escola Técnica Getúlio Vargas, na cidade de São Paulo, em 1910, instalou ou reorganizou escolas profissionais em Campinas, Ribeirão Preto e Belo Horizonte. Nomes da arte como Rebollo, Volpi, Manoel Martins passaram pelo curso de desenho da Escola Profissional Masculina do Brás.

Fonte: Revista do Professor. Ensino Profissional — Jubileu de Ouro. Out-Dez. 1961 e NOVELLI, G. Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t0910.pdf>>

patrimônio”. Esta proposta foi explicada por seus autores, mostrando que não se tratava de transmitir ao Estado a propriedade do edifício e sim, o uso e gozo dele e dos bens da associação, com o encargo de fazer funcionar as oficinas e aulas. O governo assume maior controle da escola, mas o acordo garante que não haja rupturas no aspecto financeiro, de modo que a Associação privada continua repassando valores ao órgão público.

Merece comentário também, algo referente ao local da reunião do grupo, nestes 16 de janeiro de 1927. Embora já tivessem ocorrido outras assembléias no espaço do Clube Campineiro, chama a atenção o termo “obsequiosamente”, que remete ao substantivo obséquio e ao verbo obsequiar. No dicionário Aurélio século XXI, versão 3.0, há entre os significados: Obsequiar: prestar serviços, tratar com agrados, favorecer. Pode-se inferir que a sala do clube foi cedida sem cobrança de ônus, evidenciando a proximidade das relações entre os integrantes da diretoria da Associação Profissional e a diretoria do clube freqüentado pela elite da cidade.

A ata de 20 de março de 1927 aponta que, em reunião ocorrida no escritório de Álvares Lobo, foi marcada a “inauguração oficial dos cursos profissionais do Instituto para as 14 horas de 24 de março de 1927”. Estão ainda registradas as seguintes informações:

“Compareceriam à solenidade, os Exmos. Srs. Drs. José Manoel Lobo e Bento Bueno, Secretários d’Estado; Professor Pedro Nass, Diretor Geral de Instrução Publica; autoridades locais e representantes das famílias de Bento Quirino dos Santos, José Paulino Nogueira, Domingos Luiz Netto e Antonio Carlos da Silva Telles e jornalistas. O Doutor Antonio Lobo comprometteu-se a hospedar em sua residência o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado [*Carlos de Campos* – observação minha], seus secretários de Governo, assim como a comitiva presidencial” (Fls. 38).

A Ata da Assembléia de 14 de outubro de 1928 aborda a assinatura do contrato com o Governo do Estado e sobre a entrega do prédio da *ESCOLA PROFISSIONAL MIXTA BENTO QUIRINO*<sup>37</sup>, criada pela Lei N°. 2228, de 20 de dezembro de 1927.

---

<sup>37</sup> A escola passou por mudanças de nome, no período estudado. Por exemplo: Instituto, Escola, Ginásio Industrial. Os diferentes nomes aparecem citados ao longo do texto. A associação mantenedora permaneceu denominada Associação Instituto Profissional Bento Quirino.

“[...] A Diretoria da Associação obriga-se a entregar ao Tezouro do Estado, mediante guia da Secretaria do Interior a importância de doze mil contos de réis (12:000\$000) no mez de janeiro de cada ano, como auxílio anual à Escola, de acordo com o artigo 2º da Lei Nº. 2228, enquanto funcionarem<sup>38</sup> os cursos profissionalizantes” (LV ATA, Fls. 40).

Considerada a primeira escola técnica mista do Estado, oferecia cursos técnicos que contavam com aulas de português, educação física, aritmética, geometria e desenho industrial e cursos profissionais, como: costura em geral (bordados a máquina, cursos de flores, roupas brancas, chapéus e artes aplicadas), mecânica geral (ferraria, fundição, serralheria, ajustagem, forno e *fresza*); marcenaria (3 anos, torneado em madeira, entalhes e confecção de móveis e outros artefatos), técnico prático de economia doméstica (feminino; noções de culinária, defesa, higiene sanitária e cuidado com as crianças).<sup>39</sup>

No campo educacional brasileiro, a década de 1920 foi marcada por várias reformas, entre elas: a baiana coordenada por Anísio Teixeira, em 1928; a mineira, que teve à frente Francisco Campos e Mário Casassanta, em 1927/28, e a do Distrito Federal promovida por Fernando de Azevedo, em 1928. A primeira delas em São Paulo, no ano de 1920, foi desencadeada por Sampaio Dória e estava fundamentada em um conjunto de idéias vigentes na Europa e nos Estados Unidos e reunidas com o nome de Movimento de Escolas Novas, de cunho renovador. Pretendiam romper com as premissas da escola tradicional, dando ênfase à metodologia do ensino e propondo a democratização da sala de aula e modificações nas relações entre docentes e alunos; a gratuidade, obrigatoriedade do ensino, assim como sua laicidade — sugeriam considerar a educação também em seus aspectos psicológicos e sociológicos (ROMANELLI, 2003).

Em setembro de 1920, pouco antes da promulgação da Reforma Sampaio Dória — Lei 1750, de 1920 —, a disciplina de Economia Doméstica e Puericultura foi introduzida no setor feminino do Ensino Profissional. Para Moraes, “à medida que o discurso racionalizador invade o espaço social, propondo-se a domesticar a classe operária, surge uma nova concepção do papel a ser desempenhado pela mulher trabalhadora: o de esposa e mãe” (2002 c, p. 188). Porém, não houve uma aceitação imediata do curso, pois se entendia que os conhecimentos a respeito de

---

<sup>38</sup> Não entendi a caligrafia.

<sup>39</sup> <<http://www.cotuca.unicamp.br:9080/institucional/historia/predio.html>> Acesso em 06/4/2007.

tarefas domésticas e cuidados com a prole já eram constituídos naturalmente na própria vivência familiar, não precisando, assim, ocorrer em ambiente escolar. Após uma reestruturação, Economia Doméstica e Puericultura se estabelecem no Ensino Profissional feminino (MORAES, 2002 c).

Os desdobramentos deste curso e a presença de um Dispensário de Puericultura instalado de maneira associada, no mesmo espaço da Escola, aparecem melhor esclarecidos no item intitulado “De 1928 a 1965: A trajetória nas mãos do Estado e a desocupação do espaço” deste trabalho.

Nas duas páginas seguintes, está reproduzido o texto integral da Lei que criou a Escola Profissional, após o acordo com o governo estadual <sup>40</sup>. Com base no papel atribuído à mulher na época e as possibilidades que lhe eram permitidas explorar fora do contexto familiar, teço algumas considerações a seguir:

Quanto ao corpo de funcionários, aparecem distintamente um professor e uma professora para as áreas de Português, Aritmética e Desenho Profissional. Isto sugere que professores lecionem apenas para os meninos e professoras, apenas para as meninas. Ao professor de Aritmética também cabia lecionar Geometria — assunto sobre o qual a professora de Aritmética não deveria tratar. Nos demais setores, as atribuições relacionando profissão e gênero dos integrantes do corpo docente são bem evidentes. Para as mulheres: Costuras, Roupas Brancas, Bordados, Flores e Chapéus e Economia Doméstica; para os homens: Mecânica, Ferraria, Fundição, Marcenaria e Entalhação. O cargo de guarda-livros também aparece designado a um homem, pois é uma atividade desvinculada das funções que uma mulher poderia desempenhar.

O artigo 2º deixa claro o acordo referente ao repasse de verbas da Associação para o Governo — assunto tratado durante a Assembléia de 14 de outubro de 1928.

No tocante aos vencimentos, a tabela que consta do texto da Lei (ver página 65 desta dissertação) apresenta em ordem decrescente a relação entre cargos e salários.

---

<sup>40</sup> Este material foi enviado pelo correio, pela Assembléia Legislativa de São Paulo, atendendo a solicitação que fiz por e-mail.

## LEI N. 2.228 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1927

Cria uma escola profissional mixta na cidade de Campinas, com a denominação de Escola Profissional Mixta “Bento Quirino”

O doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica creada uma escola profissional mixta na cidade de Campinas, com a denominação de Escola Profissional Mixta “Bento Quirino”.

Paragrapho unico — O pessoal da Escola será o seguinte:

um director;  
uma inspectora almoxarife;  
um guarda-livro;  
um professor de portuguez;  
uma professora de portuguez;  
um professor de arithmetica e geometria;  
uma professora de arithmetica;  
um mestre de desenho profissional;  
uma metra de desenho profissional;  
uma mestra de costuras;  
uma ajudante de costuras;  
uma ajudante de roupas brancas;  
uma mestra de bordados;  
uma ajudante de bordados;  
uma ajudante de bordados a machina;  
uma mestra de flores e chapeus;  
uma ajudante de flores e chapeus;  
uma mestra de economia domestica;  
uma ajudante de economia domestica;  
um mestre de mechanica;  
um mestre de ferraria;  
um mestre de fundição;  
um mestre de marcenaria;  
um mestre de entalhação;  
um ajudante de marcenaria;  
um porteiro;  
seis serventes.

Artigo 2.º — O Governo entrará em accôrdo com o Instituto “Bento Quirino”, daquella cidade, relativamente ao auxilio pecuniario que essa associação prestará á Escola, bem como sobre a entrega do edificio de sua propriedade, para o funcionamento da mesma, sem onus para o Estado.

Artigo 3.º — A escola reger-se-á no que lhe fôr applicavel, pelo Regulamento das actuaes escolas professionaes.

Artigo 4.º — Os vencimentos do pessoal da Escola serão os constantes da tabella annexa.

Artigo 5.º — O Governo poderá por conveniencia do ensino, transformar as actuaes escolas professionaes masculinas em mixtas.



### *De 1928 a 1965: A trajetória nas mãos do Estado e a desocupação do espaço*

Em 18 de novembro de 1928, a reunião realizada no edifício da Escola trata sobre a distribuição e critérios de classificação de prêmios aos melhores alunos de cada área do Instituto<sup>41</sup>, ofertados pelos parentes de Bento Quirino, José Paulino Nogueira e Antonio Carlos da Silva Telles, num total de 200 contos de réis. Foi aplaudida a criação dos prêmios durante o encontro da diretoria da Associação, presidido por Antonio Álvares Lobo (LV ATA Fls. 41 - verso).

Em 27 de julho de 1929, foram destacados três itens durante a assembléia de associados: solicitação de empréstimo para a Associação, no valor de 3 contos e 100 mil réis (3:100\$00); a proposta para que o Diretor da Escola seja dispensado de pagar o aluguel do prédio em que vive; solicitação da compra de uma biblioteca de “livros profissionais” para o Instituto, para a consulta de professores e alunos.

A assembléia marcada para o dia 18 de agosto de 1929 não ocorreu por falta de número mínimo de sócios e foi realizada em 26 do mesmo mês, durante a qual foram lembradas fases vividas pelo Instituto. O assunto de destaque foi a passagem da escola aos auspícios do Estado e o fato de que as propostas surgiram em 1921 e só se efetivaram em 1927 (Fls. 43 - verso). O senhor Antonio Benedicto de Castro Mendes faz observações e pede que constem da ata detalhes sobre a transmissão ao Governo do Estado “tão somente o uso e gozo dos bens para o desempenho de sua missão, qual a de manter os cursos da Escola Profissional, conforme conteúdo assinado com o Dr. Fabio Barreto, Secretário do Interior, em 15 de outubro de 1928” (Fls. 44 - verso). “O Sr. Fortunato Passos, mostrando a benevolência do governo atual, quis pela lei nº. 2.228 de 20 de dezembro de 1927 e em virtude da mensagem do Sr. Presidente Júlio Prestes, dar organização legal à Escola Profissional Mixta Bento Quirino, já criada, propôs que constasse da ata um voto de perfeito reconhecimento e fosse o mesmo transmitido ao Chefe do Estado, digo do Executivo Nacional” (LV ATA, Fls.44 - verso).

Interessante observar que as relações “obsequiosas” aparecem neste documento, quando um participante da reunião pede que conste em ata exaltação e agradecimento efetivos à “benevolência” do governo, que veio organizar o Instituto. Ele solicita que seu profundo

---

<sup>41</sup> **Seção Masculina** – Ferraria, Fundição, Mecânica, Entalhação, Marcenaria.  
**Seção Feminina** – Bordado, Costuras, Flores.

reconhecimento seja encaminhado ao governador Júlio Prestes. Por que o Poder Executivo agiria de forma generosa? Quero crer que benevolência é atributo que não cabe em relações comerciais.

De fato, não cabe, pois no final da década de 1920, diante da intensa crise no setor cafeeiro, configura-se um conflito entre ruralismo e urbanismo, uma vez que o país essencialmente agrário tem à frente os novos valores do capitalismo: desenvolvimento e progresso. O Ensino Profissional representa a possibilidade de se atender a essa nova demanda e o governo tem enorme interesse em propagar escolas que preparem o trabalhador para atuar nas indústrias que se instalam. Além disso, com a instabilidade do café, muitos produtores começam — já em 1910 — a fazer investimentos na indústria (NAGLE, 1974).

A leitura de algumas Atas, com assinaturas de poucas pessoas, dá indícios de um possível arrefecimento do interesse em participar das reuniões. Além de poucos participantes, há registros de cancelamentos e/ou adiamentos por falta de quorum. O intervalo entre as reuniões também passou a ser maior do que antes da escola ser vinculada ao governo do Estado. É possível, então, que os membros da Associação tivessem seus interesses deslocados para outros assuntos, uma vez que a Escola tinha agora uma nova maneira de ser administrada, a partir do modelo de outras instituições de ensino profissional, de cunho estadual.

No cenário nacional, os anos de 1930 e 1940 — dentro da chamada Era Vargas (1930-1945) — foram marcados pela expansão industrial e por processos de urbanização no país. Movimentos políticos de extrema importância tiveram espaço neste período: a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo, em 1937 (ANDREOTTI, 2006).

A Revolução de 1930 representou uma ruptura entre produtores de café e militares. A Primeira República tinha sido marcada por sucessivas eleições pactuadas entre os grandes fazendeiros, gerando descontentamentos nos demais segmentos da sociedade. A crise econômica no setor agroexportador do café e a quebra da Bolsa de Nova Iorque foram catalisadores para os conflitos de outubro de 1930 — o que significou uma importante diminuição da força política do setor agrário (ANDREOTTI, 2006).

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento desencadeado no Estado de São Paulo que, embora mostrasse um caráter pró-constituição, tinha o objetivo de fazer retornar ao poder as elites com interesses latifundiários que o ocupavam durante a Primeira República. Em 1934, o governo Vargas promulga uma Constituição que não atende aos interesses dos paulistas (ROMANELLI, 2003).

O Golpe de 1937 contou com o apoio da Forças Armadas e fez surgir o “Estado Novo”. Derrubou de forma contundente os interesses latifundiários, favorecendo o desenvolvimento do setor industrial. Romanelli ainda acrescenta que entre os especialistas neste assunto existem dissensões sobre a maneira de entender as influências que o movimento representou para a sociedade: há os que consideram que o Golpe trouxe vantagens às classes populares, com Programa de Previdência Social e fortalecimento de entidades sociais; outros ainda entendem que o Estado Novo foi resultante de forças convergentes vindas dos setores moderno e arcaico e do capital internacional, contrários aos interesses dos trabalhadores (ROMANELLI, 2003).

De qualquer forma, já no início da década de 1930, as mudanças de ordem econômica — com a transição do modelo agroexportador para o que valoriza a produção industrial — representaram novas possibilidades para a área educacional. “Às aspirações republicanas sobre a educação como propulsora do progresso, soma-se sua função de instrumento para a reconstrução nacional e promoção social” (ANDREOTTI, 2006, p.105).

A História da Educação registra uma fase que se estende até 1961, considerada por Saviani (2004) como sendo o período da regulamentação nacional e do ideário pedagógico renovador. Evidências disso estão fundamentadas em ações governamentais, como a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930 (Decreto nº. 19.402, de 14 de novembro de 1930) e a promulgação da Constituição de 1934, estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, além de tornar o ensino elementar obrigatório e gratuito (ANDREOTTI, 2006).

Nos primeiros anos do Governo que assumiu o poder em 1930, o Ministro Francisco Campos, responsável pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, tomou uma série de iniciativas no setor educacional. Legitimadas por um conjunto de Decretos, constituíram a chamada Reforma Francisco Campos. O Conselho Nacional de Educação foi criado pelo Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931 (ROMANELLI, 2003).

Entre outras decisões, constam da Reforma: a organização do Ensino Superior, do Ensino Secundário e a criação do Ensino Comercial (ensino de nível médio profissionalizante). O Ensino Primário e o Normal, assim como os demais segmentos do Ensino Profissional não foram contemplados pelas novas mudanças educacionais; em plena fase de expansão das indústrias, a Reforma falhou seriamente ao não estabelecer diretrizes para o Ensino Industrial. As prioridades ficaram concentradas no nível Secundário, procurado pelas camadas médias e altas da

população, com vistas aos cursos superiores — o que faz manter o caráter elitista destes ramos do ensino. Apesar disso, o conjunto de Decretos ainda teve o mérito de oferecer, pela primeira vez em caráter nacional, estrutura organizacional à Educação Brasileira (ANDREOTTI, 2006 e ROMANELLI, 2003).

Romanelli (2003) aponta que na Constituição de 1934 está explícito o compromisso do Estado no que diz respeito à Educação. No artigo 148 consta que a educação é um direito de todos e é responsabilidade dos poderes públicos proporcioná-la, concomitantemente com a família. Estabelecido o Estado Novo em 1937, a nova Constituição atenua significativamente o grau de compromisso da União com a educação e o artigo 129, afirmando:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios, assegurar pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.<sup>42</sup>

O mesmo artigo prossegue fazendo referência à formação profissional e diz o que se segue:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às *classes menos favorecidas* [grifo da autora] é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar na esfera de sua especialidade, escolas de aprendiz destinadas aos filhos de operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Cunha (2000) faz uma reflexão sobre as deliberações deste artigo, dizendo que embora o referido texto tenha sido elaborado por juristas sem prévia experiência educacional no ensino profissionalizante, ele parece ter-se inspirado em um projeto de lei apresentado à Câmara, ainda em 1927, pelo Deputado Graco Cardoso. O projeto que não foi aprovado na época atribuía ao ensino profissional a solução para diversos problemas de ordem social, econômica e cultural do país.

Em 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema, ainda sob o governo de Getúlio Vargas, apresentou reformas parciais do ensino para os ramos Secundário e Profissional. As

---

<sup>42</sup> <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)> Acesso em 20/8/2007.

chamadas *Leis Orgânicas do Ensino* visavam a: criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942); estruturar o ensino Industrial (Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942); reformar o Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942) e reformar o ensino Comercial (Decreto-lei 6.141, de 20 de dezembro de 1943)<sup>43</sup> (ANDREOTTI, 2006).

No que se refere ao Ensino Secundário, a Reforma Capanema instituiu os chamados cursos colegiais, com três anos de duração; oferecia opções para o Clássico (com ênfase nas Ciências Humanas) e Científico (com ênfase nas Ciências Naturais e Exatas) e tinha por objetivo preparar os alunos para ingresso nas universidades. Os cursos Normal, Agrotécnico, Técnico Comercial e Técnico Industrial, embora tivessem conquistado a equivalência ao curso colegial, não asseguravam ingresso em cursos superiores, pois seu conteúdo programático ainda estava distante do teor propedêutico desenvolvido no Clássico e no Científico (KUENZER, 2000).

A mentalidade conservadora persistia, mantendo um tipo de educação para atender a elite e outro para as classes trabalhadoras. Otaíza Romanelli traduziu a situação da seguinte maneira:

[...] a legislação acabou criando condições para que a demanda social da educação se diversificasse apenas em dois tipos de componentes: os componentes dos estratos médios e altos que continuaram a fazer opção pelas escolas que ‘classificavam’ socialmente e os componentes dos estratos populares que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social (ROMANELLI, 2003, p.169).

No cenário mundial, merece destaque a informação de que os conflitos da II Guerra estão bem intensos. O Brasil já havia rompido relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em 1942 e em 15 de março de 1943, Getúlio Vargas aprova o envio de tropas brasileiras para combater na Europa. Com a participação do Brasil no confronto, a importação de técnicos europeus que atendiam a demanda de mão-de-obra especializada foi prejudicada. A importação de produtos industrializados também sofreu conseqüências e o Estado precisou tomar medidas, de modo a preparar trabalhadores aptos e expandir setores da indústria, para atender as necessidades da população. “Daí o recurso para o engajamento das indústrias no treinamento de pessoal” (ROMANELLI, 2003, p.155).

---

<sup>43</sup> O Primário, o Normal, o Ensino Agrícola e a criação SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) só foram contemplados mais tarde, em 1946, após a queda de Getúlio Vargas, tendo José Linhares na presidência da República e Raul Leitão da Cunha como Ministro da Educação (ROMANELLI, 2003).

Diante de acontecimentos que vinham impondo fortes modificações nos contextos econômico, político, social e educacional brasileiros, é possível ver por meio das Atas da Associação, às vezes de maneira mais velada, as mudanças que emergem ao longo do tempo. Não houve encontros durante um intervalo de quase três anos e, em 26 de julho de 1931, em assembléia ocorrida em terceira convocação (ou seja, que acontece com qualquer número de participantes, ainda que abaixo do número considerado mínimo). As pautas foram:

“Sobre a biblioteca ‘Carlos de Campos’, que passou já 313 volumes, assinaturas de revistas *OUVRAGES DES DAMES, MODES ET TRAVAUX FÉMININS*, que concorrem para o aprendizado” (LV ATA, Fls. 45).

Em uma das poucas referências aos aspectos pedagógicos abordados pelo Instituto Profissional, constam em ata informações sobre o progresso da formação da biblioteca e os títulos das revistas ali disponíveis. Ambas estão relacionadas aos cursos femininos — “Obras das Senhoras” e “Modas e Trabalhos Femininos” [em tradução literal] — e devem servir de material de apoio para os cursos de Bordados, Costuras e Flores.

Sobre as matrículas em 1930: “768 alunos, sendo de 299 para a secção masculina e de 247 para a feminina e de 222 alunos para o curso de aperfeiçoamento; sendo diplomados 42 alunos (6 em Mecânica, 2 em Marcenaria, 12 em Costuras, 9 em Bordados e 13 em Flôres)”. A produção da Escola foi de 84:655\$750. O estado financeiro é auspicioso [...] patrimônio constituído pelo edifício e acessórios é de 1:224:470\$132 e a 31 de maio do corrente ano (1931), o saldo importava em 23:524\$100”. Assinaram a ata: Orosimbo Maia, Adalberto Maia, João Nogueira Ferraz Filho e F. Egydio de Souza Aranha (LV ATA, Fls.45 - verso).

Seis anos mais tarde, em 21 de fevereiro de 1937, foi registrada a ata de uma assembléia, com nove associados presentes. Orosimbo Maia assumiu a presidência da associação, eleita para o triênio 1937 até fins de 1939. Adalberto Maia secretariou a reunião, em virtude do falecimento do secretário da Diretoria. Foram apresentados os balancetes de 1934, 1935, 1936 e dos meses de janeiro e fevereiro de 1937. “O patrimônio atual do Instituto: em dinheiro, com o thesoureiro nos bancos e na caixa econômica: treze contos novecentos e quarenta e sete mil quatrocentos e vinte réis (13:947\$420); em títulos do Estado 478 contos de réis (478:000\$000); em letras da Câmara Municipal de Campinas: 663 títulos no valor de 66 contos e 300 mil réis (66:300\$000), Total: 558:247\$420” (LV ATA, Fls. 46-48).

Outra parte do patrimônio “é representada pelo seu grande edifício e terreno, suas bem montadas oficinas e do prédio onde reside o Director actual do Instituto com frente para a rua Saldanha Marinho que, pelo relatório da Directoria apresentado em assembléia geral de 26 de julho de 1931 era computada em mil duzentos e vinte e quatro contos, quatrocentos e setenta mil cento e trinta e dois réis (1.224:470\$132)”( LV ATA, Fls. 46 e 47).

Foi anunciado também o voto de louvor “à Directoria dos trez últimos annos que elevou o patrimonio grandemente”, além do voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antonio Álvares Lobo (Presidente) e Candido de Oliveira (1º Secretário) em pleno exercício de seus cargos. O gerenciamento dos títulos do Estado e as aplicações nos bancos provavelmente renderam dividendos que ampliaram o patrimônio disponível, embora não tenham sido encontradas informações mais específicas a este respeito.

As assembléias de 23 de fevereiro de 1937, 17 de março de 1938 e 10 de março de 1939 limitaram-se a questões burocráticas, com leitura de atas e apresentação de relatórios dos balancetes e pareceres da Comissão de Contas. Consta que não houve manifestações ou pedidos de palavra de nenhum dos presentes. Isso talvez denuncie, uma vez mais, um desinteresse dos associados pelas questões envolvendo a escola. É possível que os assuntos específicos sejam atribuições delegadas ao Diretor da instituição.

Em 21 de fevereiro de 1940, além dos dados referentes a títulos de renda e patrimônio, ocorre a eleição da nova (não há grandes alterações no grupo) Directoria, para a gestão de 1940-1942. Aparecem discriminadas em Ata, informações sobre o “Movimento da Escola Profissional durante o triênio que terminou:”<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> No Livro de Atas, os dados quantitativos aparecem por extenso. A tabela foi organizada apenas com a intenção de facilitar a leitura. Foi adotado o mesmo procedimento com as informações da página 87 deste trabalho.

	<b>ANO</b>	<b>ALUNOS</b>
<b>MATRICULADOS</b>	1937	735
	1938	742
	1939	675
<b>DIPLOMADOS</b>	1937	48
	1938	72
	1939	102

DIPLOMADOS NO TRIÊNIO 1937-1939: **109** – MASC e **113** – FEM, “demonstrando assim um número sempre crescente de diplomados” (LV ATA, Fls. 50 - verso).

A reunião seguinte veio a ocorrer em 08 de março de 1942 no *Club* Campinas e consistiu na apresentação do “Relatório do Tesoureiro” e do balanço e parecer da Comissão de Contas. Nenhum dos presentes pediu a palavra e estão discriminados no livro dados referentes: ao patrimônio atual do Instituto (1.748:318\$420 réis), a despesas (não especificadas) de 21:285\$100 réis; ao auxílio de 12:000\$000 réis, repassado ao Estado (de acordo com o contrato estabelecido em 1929) e ao valor de 2:200\$000 réis distribuídos como prêmio aos alunos e “custos das oficinas e despesas geraes, entre outras” (LV ATA, Fls. 50 – verso).

No mesmo local, o Clube Campineiro, ocorre, um ano mais tarde (10 de março de 1943), outro encontro. É feita a eleição da Diretoria para o triênio 1943-1945, que apresentou o seguinte resultado: para Presidente: Mário Estevão de Siqueira; para Vice-presidente: Annibal de Freitas; 1º Secretário: Adalberto Maia; 2º Secretário: Bruno Duarte de Camargo, 1º Tesoureiro: Hilário Magro e 2º Tesoureiro: Henrique Hussemann Filho.

O presidente, Mário E. Siqueira, que vem na função desde 1939, sugere o nome do Dr. Joaquim Álvaro de Souza Camargo<sup>45</sup> para assistente de direção da Escola Bento Quirino, proposta aceita por unanimidade dos participantes da reunião e também pelo indicado, que assim respondeu ao convite: “que hia cumprir com o maximo prazer procurando sempre ser útil no que

<sup>45</sup> **Joaquim Álvaro de Souza Camargo:** Membro da elite campineira e um dos mentores do Colégio Progresso de Campinas, juntamente com os demais republicanos: Orosimbo Maia, Antonio Álvaro de Souza Camargo, Artur Leite de Barros e Luiz de Campos Salles. O colégio foi fundado em 1900, deveria voltar-se à formação feminina, de ensino laico, inspirada na modalidade de internato. <http://www.metrocamp.com.br/memorial/galeria.html>. Acesso em 17/9/2007.

estivesse ao alcance de suas forças ao Instituto Profissional Bento Quirino, que considerava uma instituição de grande valor para Campinas” (LV ATA, Fls. 52 - verso e 53). O papel do Sr. Souza Camargo seria o de representar a Associação perante a Direção da Escola.

O distanciamento entre as duas entidades (Escola e Associação) já vem ocorrendo desde que Instituição passou a ser vinculada ao Governo do Estado, em 1927, e foi discutido anteriormente. Como havia um patrimônio envolvido e ainda um valor que era anualmente repassado ao Estado, buscou-se uma forma de controlar o andamento das atividades oferecidas pela Escola. A pessoa escolhida para cumprir este papel deveria ser alguém de destaque na sociedade e que, por isso, tivesse trânsito garantido pelas dependências da escola. Nas palavras do presidente: “um assistente da Directoria (da Associação) perante a Direção da Escola Bento Quirino para poder visitar a escola as vezes que julga-se preciso” (LV ATA, Fls. 52).

Ainda nestes 10 de março de 1943, é apresentada, como de hábito, a prestação de contas. Chama a atenção o fato de que o balancete está em cruzeiros, indicando a recente alteração no padrão monetário do país — ocorrida em 01 de novembro de 1942: mil réis passaram a valer, então, Cr\$1 – um cruzeiro, com a perda de três zeros no valor anterior.<sup>46</sup> Assim, os dados expostos foram: “Balanco Geral do Patrimônio: 1.764.827,02 cruzeiros; obrigações do Estado: 458.000,00 cruzeiros; consolidado do Estado: 19.600,00 cruzeiros” (LV ATA, Fls. 52).

Em 20 de abril de 1944<sup>47</sup>, nas dependências do mesmo Clube Campineiro, a reunião limitou-se a apresentação de balancete e prestação de contas do período. Patrimônio de 1.789.577,42 cruzeiros; Imposto de Renda — 140,80 cruzeiros; “entre as despesas para o Dispensário de Puericultura auxílio de 4.200,00 cruzeiros”. (LV ATA 1915-1973, Fls. 53).

Alguns aspectos se destacaram neste documento acima citado: aparece, pela primeira vez discriminado no texto das Atas, o valor destinado ao Imposto de Renda. Tal tributo passou a ter *status* Constitucional a partir da Constituição de 1934, promulgada no governo de Getúlio Vargas. Também surge nos registros, valor destinado ao Dispensário de Puericultura, criado nas dependências da Escola Bento Quirino (MORAES; ALVES, 2004 b).

Sobre a origem deste espaço, consta no histórico da Escola que durante a Revolução Constitucionalista de 1932, foi necessário montar uma enfermaria para os combatentes paulistas

---

<sup>46</sup> [http://www.receita.rj.gov.br/sub\\_adj\\_rec/sear/padrao\\_monetrario\\_brasileiro.shtml](http://www.receita.rj.gov.br/sub_adj_rec/sear/padrao_monetrario_brasileiro.shtml), acesso em: 03/5/2007.

<sup>47</sup> A data que consta na abertura do registro desta ata é a de 20 de março de 1944. Acredito que possa ter havido um engano do escrevente pois, a data que precede a lista de assinaturas é 20 de abril de 1944.

e o “Bento Quirino” foi o local escolhido para sediá-la. Com o fim dos conflitos, foram feitas adequações e passou a servir para preparar mulheres para a vida doméstica e cuidar de crianças.

A inauguração aconteceu em 15 de outubro de 1933 e a imagem apresentada a seguir — **Figura 6** — mostra uma fotografia tirada neste dia: um grupo de mulheres segurando crianças no colo.

O Dispensário de Puericultura contava com lactário, cozinha dietética, sala de espera, consultório médico, aparelho de raios ultra-violeta, autoclaves, esterilizadores etc. Só nos primeiros meses atendeu a mais de 1.000 crianças.<sup>48</sup>

De acordo com Laurindo (1962, apud Corrêa, 2005), a presença de um Dispensário, porém, estava vinculada à existência de cursos de Educação Doméstica. Diz o autor:

“A alçada estadual arcava com as escolas profissionais primárias e secundárias, com as escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento, com as escolas agrícolas, com os cursos pré-vocacionais e vocacionais, com os cursos de aperfeiçoamento de mestres para o ensino profissional, e de mestras de educação doméstica e auxiliares em alimentação nos cursos regulares de educação doméstica, nos quais se incluía a instalação de dispensários de puericultura” (p. 58).

Em 15 de outubro de 1941, quando o Dispensário comemorava 8 anos de sua inauguração oficial, o jornal Correio Popular em reportagem alusiva à data, escreve:

Este Dispensário, como já é do conhecimento geral, foi criado **tendo como escopo principal o ensino absolutamente prático de Puericultura às alunas que fazem o curso de Economia Doméstica nesta escola**, portanto, às futuras mães; e, secundariamente, para o ensino e educação sanitária das mães que o desejarem, sem distinção de classe ou posses. [grifo meu]

Mais tarde, em 1945, também foi instalado um gabinete biométrico e dentário, nas dependências do Instituto — durante a gestão do Professor Antonio Vilaça.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Fonte: Fonte: Relatório dos Trabalhos de 1933: Escola Profissional Secundária “Bento Quirino”. Campinas: Ed. Melhoramentos, 1933, p. 23-26.

<sup>49</sup> < <http://www.cotuca.unicamp.br:9080/institucional/historia/predio.html>>. Acesso em: 13/2/2007.





**Figura 6** – Inauguração do Dispensário de Puericultura 15/10/1933.

Fonte: Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma História de Imagens, 2002. p. 101.

A fotografia exibe um grupo de mulheres com crianças pequenas ao colo. Estão todas em pé, distribuídas em ordem, pelos degraus da fachada do Instituto Bento Quirino.

No alto da escada, um pouco à esquerda, pode-se ver um homem de rosto longilíneo.

Por comparação com outras imagens examinadas nos arquivos, é possível que este seja o Dr. Domingos Boldrini, médico do Dispensário. No canto direito da imagem,

no alto da escada, há um homem usando roupa formal e chapéu côco.

Nas colunas centrais aparecem as inscrições manuscritas: Inauguração do Dispensário

15-10-933 (à esq.) e Grupo de Crianças matriculadas (à dir.)



O relatório dos balancetes apresentados no encontro do dia 07 de maio de 1945 trouxe as seguintes informações, quanto às despesas: Auxílio ao Dispensário de Puericultura: 2.400,00 cruzeiros; ao Prato Escolar: 6.000,00 cruzeiros; doação à Escola Bento Quirino: 1.000,00 cruzeiros; Imposto de Renda: 522,80. Observa-se que o valor destinado ao Dispensário é metade do citado na prestação de contas do ano anterior. Neste documento não há referências sobre algum motivo a que se deva essa redução. Por outro lado, aparece um tipo de gasto inédito até então, nesta série de Atas: o Prato Escolar. É possível que os custos com a alimentação destinada aos alunos estivessem incluídos em despesas gerais da escola e, por isso, não tenham sido discriminados à parte, anteriormente. Outra leitura leva em conta que o valor com esta refeição tenha-se tornado muito significativo, merecendo assim, ser apresentado separadamente. Mas pode-se considerar também que o Prato Escolar não era oferecido e passou a ser uma nova iniciativa, diante dos primeiros esboços da elaboração de políticas públicas voltadas à alimentação de crianças e estudantes.

A seguir, apresento algumas informações que podem contribuir para melhor compreensão deste processo que envolvia tanto as funções do Dispensário, quanto do restante da Escola Profissional.

Com mudanças no cenário econômico brasileiro, decorrentes da perda da hegemonia agrário-exportadora e do advento de uma estrutura produtiva industrial, surgiu no início da década de 1930, “um estilo populista de governo que pretendia conseguir sua legitimação e, ao mesmo tempo, o controle sobre a população” (PIPITONE, 1997, p. 12).

Desse modo, o governo, preocupado em assegurar a produção industrial do país, movimentou as atenções no campo da alimentação ao trabalhador, designando ao Ministério do Trabalho os assuntos referentes a este setor. A alimentação escolar não estava incluída neste rol, fazendo com que as organizações burocráticas relacionadas ao atendimento da criança, padecessem da carência de recursos (VIANNA, 1997, p. 22).

Dentro da Medicina, o campo da nutrição começa a se ampliar em meados dos anos 30 e a alimentação infantil e escolar chama a atenção de especialistas — os nutrólogos. Para eles, fundamentados no cientificismo na época, era possível resolver o problema da má alimentação daquela faixa da população valendo-se de três alicerces: educação, conhecimentos científicos e participação de pais e professores. Acreditavam que difundir bons hábitos alimentares por intermédio das crianças na escola seria uma estratégia eficaz para se educar também a população

adulta. Em outras palavras, com o não envolvimento do Estado nesta seara, a responsabilidade seria transferida a pais e professores (VIANNA, 1997).

Desta forma, os rituais das grandes campanhas, organizadas para educar a população sobre os preceitos da boa alimentação, estavam imbuídos do sentido de *educar para regenerar* ou *instruir para progredir*, fazendo com que o Brasil se transformasse numa nação civilizada, onde os problemas nutricionais e alimentares desapareceriam, na medida em que fossem ensinados todos os cidadãos sobre como deveriam se alimentar convenientemente” (PIPITONE, 1997, p. 10). [grifos da autora]

Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), dentro do Ministério da Educação e Saúde, para atender a área materno-infantil. Sem recursos próprios, limitava-se a divulgar idéias e recomendações. Em 1941, aparecem, sem maiores especificações, as primeiras características que deveriam compor a merenda escolar no Brasil: alto valor calórico, para suprir as eventuais carências da alimentação caseira, e baixo custo, evitando onerar o orçamento das administrações escolares ou das famílias — reafirmando o caráter privado da oferta desse tipo de refeição (PIPITONE, 1997 e VIANNA, 1997).

Faço aqui um convite para uma análise mais atenta da imagem da **Figura 6** (página 75 deste trabalho), questionando sobre quem seriam aquelas mulheres e crianças. Em reportagem publicada no Jornal Correio Popular de 07 de outubro de 1945, quando das festividades do aniversário do Dispensário, encontra-se o seguinte título: “O Dispensário de Puericultura da Escola Industrial Bento Quirino é um empreendimento que honra a terra campineira” e prossegue no subtítulo: “Como se desenvolve a sua obra de assistência à infância e à lactante — Onde **mães ricas e pobres** se encontram, em busca de sábios conselhos que ajudarão na consecução de uma raça forte — O concurso de Saúde Infantil, que se realiza por ocasião da Semana da Criança, é uma campanha das mais eficientes em prol do aperfeiçoamento da raça.”

As premissas governamentais voltadas à educação de um trabalhador considerado ignorante e cuja ignorância torna incompatível o desenvolvimento, leva a crer que uma instituição como o Dispensário tenha sido projetada para atender aos pobres, embora o discurso apregoe um *encontro* entre ricos e pobres. O rico tem a boa comida, a boa escola e já constitui a “raça forte” que se pretende. É possível observar entre as inscritas, algumas mulheres negras.

Ainda nos anos 40, o grupo liderado pelo médico nutrologista Josué de Castro preconizava que as questões relacionadas à alimentação passassem a ser de ordem política e alvo

de atuação pública. São criadas, assim, duas instituições dirigidas pela referida equipe: o SAPS — Serviço de Alimentação da Previdência Social, de cunho estadual e a SBA — Sociedade Brasileira de Alimentação, ligada à sociedade civil. Um dos grandes méritos de Josué de Castro foi o de relacionar os problemas de alimentação e nutrição do povo brasileiro a raízes sociais e não a fatores como raça ou clima, como pensavam os representantes da aristocracia agrária, dominante no Brasil até 1930 (PIPITONE, 1997 e STEFANINI, 1997).

Entre 1942 e 1944, o SAPS organiza entre outros, o programa “Serviço de Desjejum Escolar”: era oferecido um lanche às crianças no momento da chegada à escola, com a condição que trouxessem de casa uma merenda, para ser consumida mais tarde. Embora previsto no programa, o acompanhamento médico desses alunos raramente acontecia (VIANNA, 1997).

Segundo Pipitone (1997), em 1942, também foi criado um outro órgão chamado STAN — Serviço Técnico da Alimentação Nacional — com a finalidade de realizar pesquisas experimentais e desenvolver vitaminas para trabalhadores e para as forças armadas. Observa-se mais uma vez, a ação controladora do governo junto à classe trabalhadora, uma vez que o Serviço também realizava campanhas em nível nacional e palestras no rádio, sobre a importância da boa alimentação. Embora tivesse suas atividades encerradas em 1945, o STAN deu início às publicações dos Arquivos Brasileiros de Nutrição (ABN)<sup>50</sup> — a primeira revista brasileira na área de nutrição e alimentação e que continuou a ser publicada depois, até 1968.

Sobre as finalidades dos ABN, a mesma autora coloca em destaque o editorial do vol. 1, nº. 1, publicado em 1944:

“As elites que constituem objeto desta campanha educacional estão formadas de médicos, de químicos, de higienistas, de agrônomos, de tecnologistas alimentares, de educadores, de sociólogos, os quais possuindo um conhecimento mais amplo e mais profundo do assunto, irão constituir o estado maior deste exército empenhado a fundo na campanha do levantamento do *standart* de nutrição do povo brasileiro. A publicação dos ‘Arquivos Brasileiros de Nutrição’ tem como primeiro objetivo contribuir com a difusão de conhecimentos seguros da ciência da nutrição para a formação deste corpo de nutricionistas, especializados em quaisquer dos diferentes setores da matéria. Seu segundo objetivo é, dar conhecimento mais efetivo e mais amplo dos resultados dos trabalhos e dos estudos realizados no Brasil, no campo da nutrição” (p. 5, apud PIPITONE, 1997).

---

<sup>50</sup> Os Arquivos Brasileiros de Nutrição — ABN — foram editados no período de 1944 a 1968, sob a responsabilidade do STAN — Serviço Técnico de Alimentação e Nutrição — em convênio com a *Nutrition Foundation* de New York. A edição desta revista objetivava divulgar os conhecimentos da ciência da nutrição produzidos, sobretudo, pelo Brasil e Estados Unidos (PIPITONE, 1997, p. 14).

Portanto, estão nas elites com formação de nível superior e “conhecimentos seguros” os sujeitos capazes de lutar contra o inimigo: a desinformação do povo brasileiro. Dentro desta perspectiva, faz sentido que ações deste exército se façam notar em cursos de ensino profissional — freqüentados por aqueles que jamais terão acesso a nível mais alto de escolaridade.

Apesar dos avanços no que se refere a maior participação estatal na alimentação escolar, o processo permanecia difuso e apenas os Estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo tinham programas de merenda escolar, que sofriam com a descontinuidade, em função de falta de recursos financeiros e orientação técnica adequada (VIANNA, 1997).

Conforme a pesquisa apresentada por Pipitone (1997): diversos informes a respeito da merenda escolar foram publicados a partir de 1947, pelos ABN. O primeiro deles trazia alterações de instrução da Portaria nº. 153, de 02 de maio de 1939, do Ministério do Estado da Educação e Saúde, com especificações bastante minuciosas e incisivas sobre a alimentação racional de escolares. O texto inclui vários tópicos: desde o extremo detalhamento das diversas categorias de alimentos que deveriam compor o cardápio oferecido, suas respectivas proporções em peso ou volume, a forma de higienizá-los, passando ainda pelas proibições e restrições (a bebida alcoólica, refrigerantes, uso excessivo de gorduras e condimentos); acrescenta orientações sobre os horários das refeições e a prática de esportes (ver **Figura 7**, p. 81). Os cozinheiros e ajudantes também deveriam atender a requisitos, sendo admitidos apenas mediante apresentação da Carteira de Saúde. Chama a atenção também o item sobre Fiscalização e Penalidades, reproduzidos abaixo:

7 - Fiscalização e Penalidades. A execução da presente portaria ficará, na Primeira Região Federal de Saúde (Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), a cargo da Secção de Nutrição da D.O.S. e, nos outros Estados, a cargo dos delegados e outros técnicos federais de saúde em ação conjunta com os inspetores de ensino de acordo com instruções especiais, respectivamente, dos Direitos do Departamento Nacional de Saúde.

Caberá a uns e outros remeterem mensalmente aos respectivos departamentos um relatório sucinto de visitas, que se realizarão preferentemente em conjunto; ficando os técnicos do Departamento Nacional de Saúde com os encargos da fiscalização do que



**Figura 7** – Demonstração de Ginástica Masculina da Escola Bento Quirino de Campinas, SP. Campo do Guarani. 24 de setembro de 1939.

Fonte: OF, 146-2 (CMU. Unicamp).

A pirâmide é um símbolo de força, de afirmação e mais do que isso, fazendo com que todos possam se sentir fortes, juntos na criação de uma coisa em comum (FIORIN, 2002, p. 53).

A função do exercício é de todo eugênica. Opõe-se-lhe a do vício, que é disgênica. [...] se é verdade que quereis promover a regeneração moral do indivíduo e da nação, é começar por uma larga política de defesa e de educação sanitária (...). Não levássemos por diante, não continuássemos ao contrário a fomentar a educação física, cujos benefícios tão amplamente repercutem na moral individual e coletiva, acabaria por esgotar-se, nas suas fontes mais puras, a vida nacional, quando podíamos fazer surgir uma nova ordem de coisas por meio de uma educação enérgica e integral e por isto apta a transformar as gerações novas, radicando-as no país por uma corrente vigorosa de nacionalismo.” (AZEVEDO, 1920 apud PAULILO; BAEZA, 2003, p.1)



diz respeito ao regime higiênico-dietético, sendo esta tarefa atribuída aos inspetores de ensino onde não existirem aquelas autoridades sanitárias do Departamento Nacional de Saúde. Nestas visitas serão levadas muito em conta a qualidade dos gêneros alimentícios e o modo de preparo dos alimentos, verificado o desenvolvimento dos alunos pelas pesagens mensais, que constarão das fichas do registro individual. A inobservância de qualquer dos itens das presentes instruções será registrada, cada mês, em ficha especial, e a classificação geral do estabelecimento sofrerá alterações correspondentes às deficiências observadas, podendo ser impedido o seu funcionamento sob regime de internato ou semi-internato, desde que o mínimo de condições, que é precisamente constante destas instruções, não seja atendido. Estas instruções poderão ser modificadas temporariamente dentro dos princípios gerais aqui estabelecidos, a conselho justificado do médico do estabelecimento, feita a comunicação aos delegados ou técnicos federais de saúde (apud PIPITONE. 1997, p. 20).

O texto evidencia o cunho prescritivo, disciplinador e punitivo da referida Portaria, além de atribuir à escola o papel da autoridade sanitária, em caso de falta desta. O caráter disciplinador também pode ser observado nas formas de controle postas em prática pelas pesagens regulares dos alunos, acompanhadas dos devidos registros, à disposição das autoridades, que têm em “inspetores” e “delegados” seus representantes. A referência à presença “do médico do estabelecimento” corrobora a ação de um Estado regulador. Não é demais lembrar Foucault (1989) quando, em *Vigiar e Punir*, é mostrada a identidade entre a prisão, o manicômio, a fábrica, o quartel e a escola, todas como instituições de seqüestro: instituições capazes de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submetê-los a variadas tecnologias do poder. No caso do Dispensário do Bento Quirino, havia o Dr. Domingos Boldrini como responsável. Consta do texto da reportagem do *Correio Popular* sobre os 12 anos da instituição, em outubro de 1945, que o Dr. Boldrini era “auxiliado pela educadora sanitária D. Joanina de Seixas Martinelli e pela encarregada do lactário, D. Gioconda Fernandes Faxio”.

A Diretoria eleita para o triênio 1946-1948, durante a assembléia realizada em 20 de fevereiro de 1946, no mesmo Clube Campineiro, teve poucas modificações em relação ao quadro anterior. Permanecem nas mesmas funções: Mario Estevam de Siqueira (Presidente); Aníbal de Freitas (Vice); Adalberto Maia (1º Secretário) e Henrique Hussemann Filho (2º Tesoureiro). Cleso de Castro Mendes é eleito 2º Secretário e Oscar Hellving<sup>51</sup>, como 2º Tesoureiro. Aparecem neste documento (LV ATA, Fls. 55), algumas informações referentes às despesas do ano anterior. Foram destinados seis mil cruzeiros para o Dispensário de Puericultura “que atendeu a 5.660 crianças, o Lactario atendeu a 410 crianças, fornecendo 55.707 mamadeiras; o Gabinete

---

<sup>51</sup> A caligrafia do escrevente deixou dúvidas sobre a grafia correta do nome deste membro da Diretoria.

Dentário atendeu 120 alunos; o Prato Escolar com o auxílio de 11.220 almoços completos aos alunos”. Números relativos a serviços específicos do Dispensário, como o lactário e os serviços de dentista não constavam de atas anteriores. No balancete apresentado na assembléia de 07 de maio de 1945, havia o valor em dinheiro destinado ao Prato Escolar e não o número de refeições oferecidas. A partir da documentação utilizada neste trabalho, não foi possível verificar se há equivalência entre os dois tipos de dados.

Em 10 de junho de 1947, é registrado em ata o falecimento de Adalberto Maia, o 1º Secretário da Diretoria eleita para o triênio 1946-1948. O filho o substituiu na função e lança no Livro da Atas 1915-1973 (Fls. 55 - verso e Fls. 56 - frente e verso) uma reunião que não ainda constava, realizada no salão do Clube Campineiro — em 03 de junho de 1947, “3ª feira passada”. As informações traziam um detalhamento maior sobre as atividades do Dispensário de Puericultura e da Escola Profissional no ano de 1946, a saber:

- Comparecimento de crianças durante o ano – 4.256
- Crianças matriculadas – 412
- Crianças pesadas – 7.078
- Crianças que receberam consulta médica – 3.366
- Receitas médicas – 2.701
- Receitas aviadas – 201
- Regime e demonstrações teóricas – 932
- Palestras educativas para mães – 54
- Aulas práticas às alunas – 275
- Remédios distribuídos – 331

Sobre o movimento do Lactário:

- Mamadeiras distribuídas – 38.714
- Leite de vaca consumido – 4.298 litros
- Leite em pó distribuído – 1.011 latas

Movimento do Gabinete Dentário – tratamento em 97 alunos durante o ano.

Movimento do Prato Escolar – “oferecidos 12.500 almoços, compostos de 4 a 5 pratos variados, sendo o cardápio organizado pelas professoras de Educação Doméstica”.

Conforme apresentado acima, a variedade de pratos de diferentes categorias e a participação direta dos integrantes do curso de Economia Doméstica na organização e execução do cardápio faziam parte do conjunto de deliberações oficiais sobre a alimentação racional dos escolares.

A respeito do movimento da Escola, consta nesta Ata:

Curso profissionalizante do ano de 1946:

<b>ALUNOS</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
PROMOVIDOS	119	40	159
REPROVADOS	66	43	109
DIPLOMADOS	105	40	145

“Nos totais masculinos estão incluídos 64 promovidos, 10 reprovados e 30 diplomados do Curso Ferroviário” (Fls. 56).

“Por estes ligeiros dados se pode avaliar o benefício, que vem prestando a população o funcionamento, desta Instituição, que vem cumprindo a vontade de seu doador, o benemérito Bento Quirino dos Santos” (Fls. 56).

Um detalhe a se reparar na tabela acima é que o número de meninas reprovadas (43) é maior que o de aprovadas (40), perfazendo cerca de 52% das alunas, naquele ano.

O documento também registra voto de pesar pelo falecimento de outros associados, neste um ano entre uma assembléia e outra: “Sr. Heitor Teixeira Penteadado; Dr. Araújo Mascarenhas; Carlos Gerin; Dr. Carlos W. Stevenson; Dr. Carlos Braga” (LV ATA, Fls. 56 - verso).

No ano de 1948 não houve assembléia dos associados, pois na pauta do encontro de 24 de maio de 1949 estava a leitura e aprovação da ata de 10 de junho de 1947. A reunião ocorreu no “Salão Nobre do Instituto Profissional Bento Quirino, sito nesta cidade, à Rua Culto à Ciência, nº. 177” (LV ATA, Fls. 57).

Após a inauguração do prédio da Escola Profissional, as reuniões dos associados aconteceram ali entre 06 de janeiro de 1919 e 09 de abril de 1922. Ao longo de 25 anos, no período entre 10 de abril de 1922 e 10 de junho de 1947, constam apenas dois encontros

registrados nas dependências do Instituto (em 23 de setembro de 1923 e 18 de novembro de 1928). Outros espaços que abrigaram as assembléias foram: o escritório de Orosimbo Maia (um dos presidentes da Associação); o escritório de Antônio Lobo<sup>52</sup> (que também ocupou a presidência); a sede da Companhia Campineira de Água e Esgotos (que teve Bento Quirino dos Santos como um dos presidentes) e a sede do *Club* Campineiro. Esta última foi inaugurada em 1925, na Praça Antonio Pompeu, e tinha a fachada e a decoração inspiradas em palacetes franceses. Era palco de eventos, como recitais de piano, violino e canto, declamações e grandes festas carnavalescas, no melhor estilo da época. Em 1958, retoma uma sociedade com o Jóquei Clube de Campinas e passa a se chamar Jóquei Clube Campineiro<sup>53</sup>. O espaço era freqüentado, portanto, pela classe dominante da cidade. Uma possibilidade de interpretar o grande número de encontros ocorridos nos locais referenciados é o cunho administrativo deste grupo de sócios. Marcar as reuniões nesses outros locais parece sugerir um distanciamento entre os aspectos financeiros e burocráticos e os pedagógicos. Além disso, o Instituto tinha um caráter assistencial e vinha sendo gerenciado por representantes da elite sócio-econômica e política de Campinas.

Chama a atenção, portanto, a assembléia de 24 de maio de 1949 voltar a acontecer no Salão Nobre da escola, 21 anos depois do último encontro transcorrido ali. Com exceção de uma (em 08 de fevereiro de 1956), as reuniões que se seguiram até o dia 19 de novembro de 1965 ocorreram nas dependências do prédio da Rua Culto à Ciência. Também merece destaque a presença do Diretor do Instituto, Dr. Edmundo Barreto que pediu a palavra ao Presidente da Associação (Aníbal de Freitas) e “teceu considerações sobre as necessidades do Instituto que vem se norteando com estatutos elaborados em 1915, isto é, há 34 anos, sugerindo que fossem atualizados” (LV ATA, Fls. 57 - verso). O pedido foi aceito e foram criadas duas comissões: uma para elaborar os novos estatutos e outra para verificar a situação financeira do Instituto. Agendou-se nova reunião para o dia 27 de junho próximo com o objetivo de apresentar e discutir as propostas sugeridas. Também constaram em ata os votos de pesar pelo falecimento de: Mário

---

<sup>52</sup> **Antônio Álvares Lobo** foi Prefeito da cidade de Campinas, em mais de uma ocasião: 1895 (compondo junta de intendentess); 1902; de janeiro de 1903 a maio de 1904, quando **Orosimbo Maia** assumiu o cargo até o mês de julho. Este voltou à Prefeitura entre abril de 1926 e novembro de 1930 e entre março de 1931 e setembro de 1932. ([www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)). Acesso em 04/9/2007.

<sup>53</sup> Conforme informações encontradas em: [http://www.campinas.sp.gov.br/portal\\_2003\\_sites/conheca\\_campinas/cc\\_atracoos\\_culturais\\_patrimonio\\_joquei\\_clube\\_campineiro.htm](http://www.campinas.sp.gov.br/portal_2003_sites/conheca_campinas/cc_atracoos_culturais_patrimonio_joquei_clube_campineiro.htm). Acesso em 15/9/2007.

Estevam de Siqueira (Presidente em exercício); Adalberto Maia (Secretário); Antonio Vilaça (antigo Diretor do Instituto) e Mário Alves de Andrade Cruz (membro do Conselho Fiscal).

O fato de os encontros voltarem a acontecer no interior da escola e haver a participação do Diretor com sugestões e propostas pode significar um indício de mudanças nas relações envolvendo os responsáveis pela administração do patrimônio e os relacionados às funções pedagógicas do Instituto Profissional.

Alterações significativas de ordem social e econômica vêm ganhando corpo na cidade, nesse período. De acordo com Semeghini (1988), entre 1939 e 1949 há um considerável aumento no índice de emprego na indústria de Campinas. O número de empregados neste setor passou de 6.627, em 1939, a 11.436, em 1949 — uma variação da ordem de 72,6%. A respeito do processo de industrialização que ocorreu no município e região, depois dos anos 30, o autor traça um cenário das transformações em andamento:

Em Campinas, assim como nos maiores municípios próximos localizados no eixo da Cia. Paulista de Estradas de Ferro (Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Americana e Rio Claro) já se desenvolvera uma implantação industrial importante no bojo da economia cafeeira. Com a mudança nos padrões de acumulação na década de 30, a agricultura transformou-se nesses municípios, erradicando-se o café e introduzindo-se as principais culturas industrializáveis e de exportação (cana, algodão e laranja). Ao mesmo tempo, aumenta a população urbana, os setores de comércio e serviços desenvolvem-se, integrando-se também ao processo de ocupação do território, a Oeste. Nesse quadro, estimula-se a indústria previamente implantada, que cresce a taxas apreciáveis, e desenvolvem-se mais os ramos ligados à agricultura, tanto ao fornecimento de máquinas, ferramentas e equipamentos quanto ao processamento da matéria-prima. [...] Nesse decênio (a década de 40), é intenso o aumento do emprego industrial no município, pois além das agro-processadoras, foi grande o crescimento da produção em ramos como o têxtil, vestuário, couros, etc e começa a acentuar-se a diversificação do segmento metal/mecânico (SEMEGHINI, 1988, pg. 146).

A imagem da **Figura 8** é uma fotografia tirada em 1946 e mostra um grupo de alunos do curso de Ferroviários, criado em 1935. Ilustra a informação trazida por Semeghini, quando se refere ao desenvolvimento do segmento metal/mecânico na região de Campinas.





Locomotiva construída pelos alunos. Estação Ferroviária de Campinas, Maio de 1946.

**Figura 8** — Locomotiva construída pelos alunos: Estação Ferroviária de Campinas. Maio de 1946.

Fonte: Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma História de Imagens, 2002, p. 107.

Alunos do curso de Ferroviários, criado na década de 1930, em sistema de cooperação com a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro.

Os dezesseis rapazes que aparecem na imagem estão distribuídos sobre a locomotiva, fruto de seu trabalho.

É possível ver os janelões da estação e os trilhos sobre os quais está a máquina. Usam o que parece ser um tipo de macacão de trabalho e vários têm uma espécie de boina na cabeça.



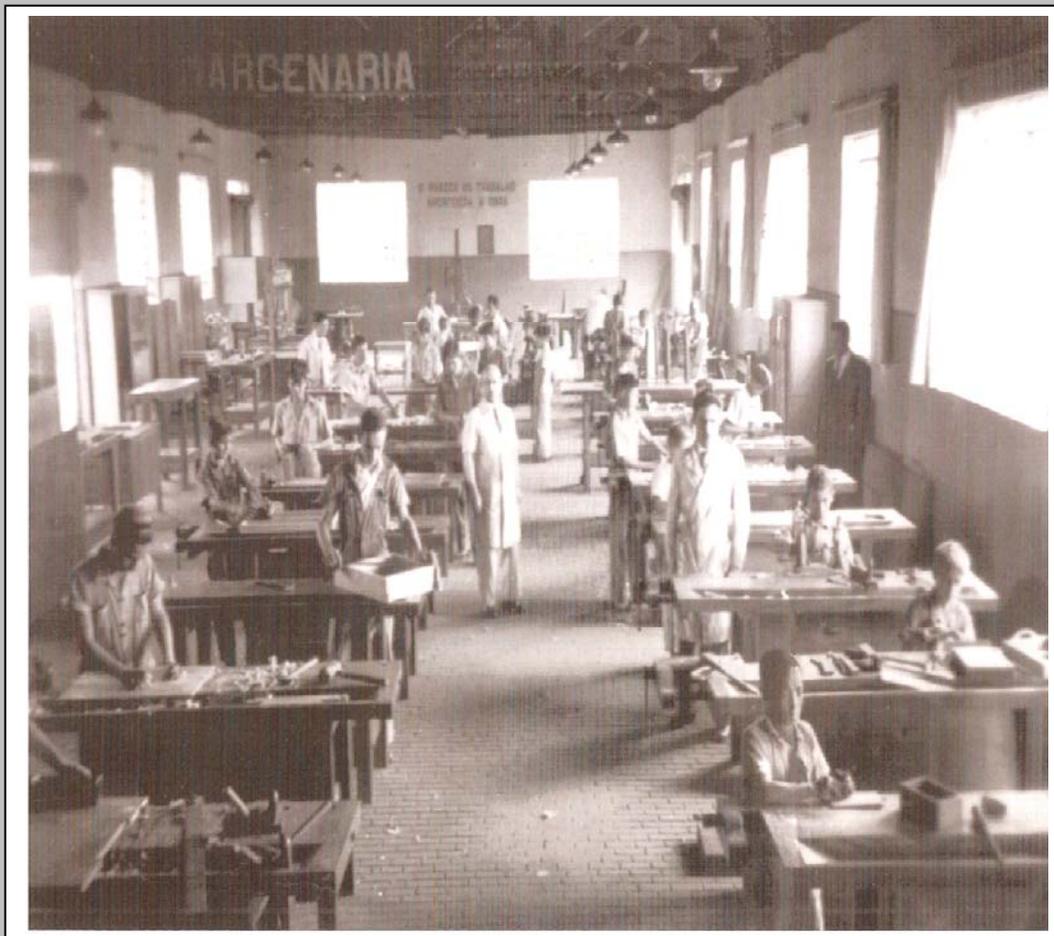
Logo a seguir, a **Figura 9** refere-se ao trabalho realizado nas oficinas de Marcenaria do “Bento Quirino”, na década de 40. A inscrição na parede da oficina (*O prazer de trabalhar aperfeiçoa a obra*) dá indícios claros da mentalidade vigente: estimula a qualidade do trabalho pelo prazer que ele deve proporcionar ao trabalhador.

A Assembléia Geral Extraordinária agendada na reunião anterior aconteceu na data prevista de 27 de junho de 1949. Realizou-se a eleição da nova Diretoria, com o seguinte resultado: Professor José Minervino (Presidente); Professor Aníbal de Freitas (1º Vice); Dr. Azael Lobo (2º Vice); Alcides Maia (1º Secretário — filho de Adalberto Maia, falecido em 1947); Dr. Heitor Nascimento (2º Secretário); Alberto Pinto de Carvalho (1º Tesoureiro); Dr. Edmundo Barreto (2º Tesoureiro). Houve ainda a apreciação do relatório da Comissão de Finanças e a leitura do Projeto de Estatutos de Fundação do Instituto Profissional Bento Quirino.

A respeito deste último, um dos aspectos que aparece discriminado nos artigos nº. 33 e 34, refere-se ao destino do patrimônio, em caso de dissolução da Associação criada em 1915. Diz o artigo 33: “Resolvida a dissolução, nos termos dêstes estatutos, ou da lei, o patrimônio ficará pertencendo ao Estado ou ao Município, de preferência a este, sob a condição, em qualquer dos casos, de continuar a manter a fundação e os seus fins. Artigo 34º - Qualquer alteração do contrato mantido atualmente com o govêrno do Estado para a manutenção do Instituto Profissional “Bento Quirino”, deverá ser obrigatoriamente aprovada pela assembléia geral” (LV ATA, Fls. 62). Tal cuidado sugere que se vislumbra a possibilidade da associação deixar de existir. Com a substituição gradativa dos membros da diretoria ao longo do tempo, embora o grupo permaneça circunscrito a certos representantes, parece que vai ficando mais tênue o interesse pelas questões da escola — outrora pautado na amizade profunda que unia os primeiros sócios, há mais de trinta anos.

Em 30 de abril de 1951, os assuntos apresentados em assembléia referem-se a examinar os relatórios de contas, a deliberar sugestões para ajustes no texto do Estatuto e a eleger nova diretoria. Também consta que a Diretoria (da Associação) fica autorizada a resgatar e/ou adquirir títulos do Estado. A eleição define poucas alterações no quadro anterior: Carlos Francisco de Paula fica como 1º Secretário e Alcides Maia como 2º; o Dr. Edmundo Barreto é substituído por Heitor Nascimento, que assume agora como 2º tesoureiro (LV ATA, Fls.63 a 65).





**Figura 9** — Professores e alunos na Oficina de Marcenaria, em foto de 1947.  
Fonte: Álbum Fotográfico, CEETEPS, 2002, p. 109.

A demanda era tão grande, que nem sempre era possível atender a todos os pedidos. Na parede ao fundo, lê-se:  
“O prazer de trabalhar aperfeiçoa a obra”



Quase dois anos depois, em 17 de março de 1953, os associados se reúnem no salão nobre do Instituto Profissional. Em um primeiro momento, o encontro versou sobre “Deliberar a proposta do Govêrno do Estado (governador Lucas Nogueira Garcez) para aumento do prédio e construção de novos pavilhões, a fim de ampliar o ensino técnico profissional ministrado no Instituto” (LV ATA, Fls. 65).

Importantes modificações no panorama econômico do país, apresentadas por Semeghini (1998) servem de base para compreender o interesse do governo estadual em estimular a formação de técnicos:

A partir da primeira metade dos anos 50, outro movimento viria acoplar-se a essa industrialização em curso: a implantação de grandes empresas estrangeiras, dos setores de bens intermediários, bens duráveis de consumo e de capital<sup>54</sup>. Esse movimento, que representava um desdobramento para os países não desenvolvidos (de maior porte econômico e crescimento industrial) do processo de internacionalização das grandes corporações industriais americanas, japonesas e européias, vai adquirir uma grande expressão no Governo Juscelino Kubitschek, em meados dos anos 50, quando há um salto concomitante na implantação da indústria de base e da infra-estrutura de transportes e energia (Plano de Metas) (SEMEGHINI, 1998, p.147).

E sobre a cidade de Campinas, ainda acrescenta:

Além da região metropolitana, duas outras regiões paulistas engajam-se desde o início, com mais intensidade nesse movimento de implantação industrial: a de Santos, com o pólo petroquímico e siderúrgico e a de Campinas. Nesta última, a evolução econômica e populacional anterior possibilita a oferta, em condições vantajosas, daquele conjunto de fatores determinantes da implantação das grandes empresas. Isso colocou-a em posição singular no confronto com as demais regiões do Estado, e fez com que, desde o início pudesse representar, dentro de certos limites, uma alternativa locacional à Grande São Paulo (SEMEGHINI, 1998, p. 148).

Ainda na mesma assembléia de 17 de março de 1953 teve espaço, em uma segunda parte do encontro, uma discussão sobre as obras de ampliação da escola. Para que as reformas propostas pelo governo estadual fossem executadas, seria necessária “[...] a doação do imóvel do Instituto, ao Govêrno do Estado, sem prejuízo da finalidade da Fundação, cujo nome também será mantido” (Fls. 65 - verso). Sobre o destino do patrimônio do Instituto, constava no artigo 33º dos Estatutos que seria dada a preferência ao Governo Municipal. Porém, “foram lidos o ofício dirigido ao sr. Prefeito Municipal (Antônio Mendonça de Barros), e o ofício recebido em

---

<sup>54</sup> Bens Intermediários: São aqueles bens absorvidos na produção de outros, como aço, carvão, cimento, zinco, papel e celulose. Bens duráveis de consumo e de capital (automóveis, eletrodomésticos).

resposta, desistindo dessa preferência em favor do Estado, para que sejam executados os referidos melhoramentos” (LV ATA, Fls. 65 - verso).

Uma vez firmado o acordo entre os governos municipal e estadual, relativo ao imóvel e ao patrimônio do Instituto, foi convocada uma Assembléia extraordinária para o dia 25 de março de 1953, para o anúncio das decisões e discussão das providências necessárias para dar andamento à reforma. O número baixo de participantes exigiu a 2ª convocação, com o comparecimento de 13 sócios. Em 3ª convocação (quando a reunião acontece qualquer que seja o número de participantes), marcada para o dia seguinte — 26 de março — e com 10 associados presentes, o Presidente, Professor José Minervino, apresenta os seguintes itens a serem apreciados:

Primeiro: “Fica o presidente da Diretoria do Instituto Profissional Bento Quirino autorizado a assinar a escritura de doação dos bens imóveis da Fundação ao Estado, devendo constar da escritura, além das cautelas úteis constantes do contrato já assinado da cessão do uso dos referidos imóveis, mais as seguintes condições: a) O Estado obriga-se a manter em funcionamento nos referidos imóveis uma escola profissional devidamente instalada; b) o nome de Bento Quirino não poderá ser retirado da denominação do estabelecimento; c) ao Instituto Bento Quirino será reservada uma sala destinada à guarda de seu arquivo e onde possa realizar as reuniões de sua diretoria, ficando igualmente autorizada a Fundação a realizar as suas Assembléias Gerais numa das salas do edifício” (LV ATA, Fls. 67). Houve aprovação deste item.

Segundo: “O patrimônio restante continuará a ser administrado pela diretoria do Instituto, devendo suas rendas, de acôrdo com as disposições testamentárias de Bento Quirino, ser aplicadas exclusivamente na escola profissional em bôlsas de estudo, prêmios aos alunos que mais se destacarem em estudos, sôpa escolar, auxílio aos quadros esportivos da escola e outros a critério da diretoria” (LV ATA, Fls. 67 - verso). Item também aprovado.

Desde a apresentação do relatório de atividades do ano de 1946, não havia aparecido nas atas referências à alimentação oferecida aos alunos. Naquela ocasião, constava que o Prato Escolar servido dispunha de quatro ou cinco tipos de alimentos diferentes e era preparado sob a orientação das alunas do curso de Educação Doméstica do Instituto. Observa-se no último registro exposto (26 de março de 1953) que parte do patrimônio disponível deveria contemplar entre outras, despesas com a sopa escolar. Subentende-se que uma sensível mudança foi

implantada no Instituto, com a substituição de refeição completa por apenas uma sopa. Uma hipótese para explicar a mudança pode estar nas informações a seguir.

No Estado de São Paulo, um programa de alimentação escolar, de responsabilidade da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, começou em 1945, atendendo financeiramente a quinze escolas. O programa precisou ser ampliado devido ao grande aumento do número de alunos atendidos. Em 1947, o número de escolas passou a 82, sendo que dos 45.000 alunos servidos, 15.000 recebiam a refeição gratuitamente: em 36 havia **sopa** e em 46, merendas. Mais adiante, em 1948, o número de refeições gratuitas superou as vendidas. A distribuição se fez possível devido ao apoio da Legião Brasileira de Assistência, do Sesi e de várias indústrias (Coimbra, 1982).

No Brasil da década de 50, as políticas públicas que sistematizassem a merenda escolar em nível federal permaneciam indefinidas. Terminada a II Guerra, surge a Organização das Nações Unidas — ONU — e outros organismos a ela vinculados, como a UNICEF — *United Nations International Children Emergency Found* —, que teve importância no processo de implementação da alimentação ao escolar. Entretanto, o aumento da abrangência da distribuição dos recursos provenientes deste órgão internacional afetou o atendimento à população carente e o aporte financeiro só retornou mais tarde, em 1954. Em 1955, o Decreto Federal nº. 37.106/55 regulamentou a Campanha Nacional da Merenda Escolar no Brasil, depois do governo federal ter-se apropriado das experiências ocorridas em estados e municípios e iniciar uma política de alimentação escolar. (STEFANINI, 1997 e VIANNA, 1997).

A exemplo de outros momentos, dificuldades financeiras impuseram cortes em despesas e, assim, pode ser esta a justificativa para tal decisão. Por outro lado, o caráter assistencialista da Instituição e sua finalidade de oferecer o ensino para a camada popular também podem servir para explicar a alteração registrada.

Nos estatutos aprovados e em vigor desde 1951, consta claramente: “O Instituto Profissional ‘Bento Quirino’, de acordo com a vontade de seu instituidor, que lhe dá o nome, é uma fundação de *assistência social* que tem por objeto e fim a manutenção de um estabelecimento de *instrução popular*, onde por meio de aulas e ensino prático, se ministrem gratuitamente conhecimentos de artes e ofícios, para alunos de ambos os sexos, procurando elevar o nível profissional das *classes trabalhadoras*” (LV ATA, Fls. 59).

O processo de transferência de imóvel e bens do Instituto já iniciado, ainda passaria por outras instâncias até ser anunciado seis anos mais tarde, conforme atestam documentos a serem apresentados mais adiante.

A Assembléia Geral Ordinária de 08 de fevereiro de 1956 teve lugar “em uma das salas do Clube Semanal de Cultura Artística, à rua Barão de Jaguará, nesta cidade” (Fls. 69). Foi mantida a rotina de se fazer a leitura do Balanço Geral, encerrado em 31 de dezembro de 1955, com as seguintes informações: Receita – Cr\$ 136.152,90; Despesa – Cr\$ 75.435,90, com o Saldo de Cr\$ 60.717,00. O patrimônio calculado em Cr\$ 2.220.147,30. Com o fim do mandato da diretoria anterior, procedeu-se nova eleição para o triênio de 1956-1958. Continuaram os mesmos ocupantes dos cargos de Presidente (Professor José Minervino); 1º Vice (Annibal de Freitas); 2º Vice (Azael Lobo); 1º Secretário (Professor Carlos Francisco de Paula) e 2º Tesoureiro (Heitor Nascimento). Dr. Edmundo Barreto (Diretor do Instituto Profissional) agora é eleito para a função de 2º Secretário e Dr. Waldemar José Strazzacappa aparece pela primeira no quadro da direção do Instituto, como 1º Tesoureiro.

A permanência das mesmas pessoas, praticamente apenas trocando de funções na Diretoria, pode dar a entender tanto o desinteresse de outros associados em assumir as responsabilidades intrínsecas aos cargos, como pode sugerir o interesse de que o controle continue nas mãos de alguns poucos. Esta hipótese ganha dimensão, quando se lembra de que os sócios compõem a elite local e alguns são descendentes diretos dos pioneiros do Instituto. As relações de poder e o rol de amizades que facilitam os contatos políticos representam fator considerável ao se analisar as poucas mudanças no grupo.

Iniciada em 2ª convocação na sala da Diretoria do Instituto Profissional Bento Quirino, a reunião de 08 de novembro de 1956 foi marcada pela presença do “Exmo. Sr. Doutor Sílvio do Amaral, representante do Ministério Público”. A finalidade desta visita é fazer avançar mais alguns passos o processo de transferências de imóvel e bens da Fundação para o governo estadual. Foram apresentados os itens que constam da ata de 26 de junho de 1953, sobre as condições de se executar a operação. As cláusulas foram unanimemente ratificadas e Dr. Sílvio Amaral ficou de emitir seu parecer. O engenheiro Waldemar José Strazzacappa (membro da diretoria recém-eleita) foi “encarregado da avaliação circunstancial dos imóveis constantes da doação” (LV ATA, Fls. 70 verso).

Informação que não aparece nesse conjunto de atas, refere-se aos problemas estruturais apresentados no prédio, na década de 1950. Diante da situação, o governo estadual propõe que a seção masculina da escola seja transferida para um outro espaço a ser construído na rua Orosimbo Maia, Vila Estanislau (MORAES; ALVES, 2002 b).

Em 30 de dezembro de 1959, na sala da diretoria do Instituto Bento Quirino ocorreu a eleição da diretoria para o período de 1959 a 1962. Foi mantido idêntico o quadro de pessoas e funções da gestão anterior. O Presidente anunciou que: “Já foram entregues ao Govêrno do Estado, os imóveis constantes no balanço, no valor de Cr\$ 1.089.756,10 naquela época” (Fls. 71 verso). Informa também que “foram concedidos dois prêmios em dinheiro, no valor de Cr\$ 4.000,00 a cada um dos dois primeiros alunos da Escola Industrial Bento Quirino e também auxílio ao Dispensário e Gabinete Dentário dessa Escola”. O Balanço Geral apontou um déficit de Cr\$ 30.904,00, “motivado pelo não recebimento de juros de apólices que não foram creditados na conta com o Banco Comércio e Indústria de São Paulo” (LV ATA, Fls. 71 - verso).

Apesar de o triênio da diretoria anterior ter vencido em 1962, apenas em 25 de setembro de 1963, ocorreu assembléia para prestação de contas e eleição do novo grupo diretor. Aparecem pela primeira vez, os senhores Flávio César (2º Vice) e Octacílio Vilela (1º Secretário). O falecimento de Carlos de Paula (engenheiro e professor no Colégio Culto à Ciência por três décadas) mereceu voto de pesar durante o encontro. As contas mostram alguma fragilidade, porque foi lançada uma proposta para melhorar a renda da Associação — cada associado deveria contribuir com mil cruzeiros por ano, “a serem aplicados em prêmios aos alunos da Escola Industrial Bento Quirino” (Fls. 72). Em momentos anteriores, tais prêmios eram provenientes de verba disponível, sem precisar de reforços como os solicitados. Outra evidência de dificuldades: o presidente José Minervino foi autorizado pela assembléia a vender títulos do patrimônio e aplicar em outros títulos mais rentáveis. Foi autorizado também a ir à sede da Companhia Paulista de Representações, na capital do estado, para receber trinta mil cruzeiros em ações (LV ATA, Fls. 72 a 73 - verso).

O falecimento do professor Aníbal de Freitas e do Dr. Azael Lobo determinou uma eleição de dois sócios para se ocuparem os cargos vagos — durante a assembléia de 19 de novembro de 1965, na sala da Diretoria do Ginásio Industrial Bento Quirino. O professor Álvaro França Barros como 2º secretário e Joaquim Olavo Sampaio e Nivaldo de Novais, na Comissão de Contas. Ainda neste encontro, o Presidente, professor José Minervino, apresenta proposta

para que a Associação Instituto Profissional Bento Quirino se filie à Federação de Entidades Campineiras (FEAC) — Fundação Odila e Lafayette Álvaro de Souza Camargo. Entidade beneficente de assistência social começou a atuar em abril de 1964. Talvez tenha sido a forma encontrada para se manter, a Associação criada no início do século XX. A sugestão foi aprovada pelos presentes (LV ATA, Fls. 74 verso a 75).

Outro esclarecimento anunciado nestes 19 de novembro de 1965 é sobre as mudanças nos estatutos, em virtude “da doação feita por esta entidade, dos bens imóveis constando do prédio e anexos ao mesmo onde funciona o Ginásio Industrial Bento Quirino. Nessas condições compete à associação gerir a parte financeira da Fundação, constantes de títulos do Tesouro Nacional e outros. Com os juros desse dinheiro, a associação vem proporcionando prêmios aos melhores alunos do Ginásio Bento Quirino, reconhecidamente pobres que freqüentam o educandário” (idem, Fls. 75 - verso).

O senhor José Minervino procura, mais uma vez, deixar bem claro que a escola se destina à população carente, daí a importância de serem mantidos os prêmios em dinheiro aos que mais se destacam. Procura, dessa forma, reiterar os objetivos primeiros do mentor da escola, o senhor Bento Quirino dos Santos. Destaca também que a retirada do valor dos prêmios é feita de modo a não abalar o patrimônio da entidade.

A reunião de novembro de 1965 foi a última realizada no edifício construído por Ramos de Azevedo, à Rua Culto à Ciência. Com o agravamento dos problemas estruturais, em 1967, a Escola Industrial Bento Quirino foi totalmente transferida para o novo prédio, na rua (hoje avenida) Orosimbo Maia (Moraes e Alves, 2002 b). Foi um longo tempo entre as primeiras sugestões de mudança, na década de 1950, e a efetivação da transferência.

No dia 23 de fevereiro de 1973, na sala da Diretoria do Ginásio Industrial Estadual Bento Quirino, à Avenida Orosimbo Maia s/n — Vila Estanislau, teve lugar a Assembléia da Associação (Instituto Profissional Bento Quirino). Foi apresentado o balanço encerrado em 31 de dezembro de 1972 e eleita nova diretoria, composta pelos seguintes membros: Professor Homero Taiciros Ramos (Presidente); Professor Affonso Rodrigues de Oliveira (1º Vice); José Antonio Teles (2º Vice); Professora Maria Célia Bellini de Menezes (1ª Secretária); Antonio Gomes Carneiro (2º Secretário); Rubens Balsas (1º Tesoureiro) e Professor Antônio Corrêa Pereira (2º Tesoureiro). Alguns representantes da diretoria anterior ficaram na Comissão de Contas: Dr. Edmundo Barreto, Professor José Minervino e Professor Octacílio Vilela. O Professor Álvaro

França de Barros, eleito 2º secretário em 1965, pede a palavra e põe em destaque “a inestimável contribuição dos membros da antiga diretoria, cujo mandato ora finda e que durante longos anos deram o melhor de seus esforços no sentido de fazer cumprir os elevados ideais de Bento Quirino dos Santos [...]” (LV ATA, Fls. 77).

Diferente das demais diretorias eleitas em assembleias, cujas atas foram registradas no Livro que serviu como uma das fontes de minha investigação, esta, de 1973, tem uma mulher, a Professora Maria Célia, em seu quadro. O fato merece menção, diante da absoluta dominância masculina dos dirigentes da instituição — homens poderosos, vinculados a cargos políticos ou atividades de destaque na cidade. O grupo recém-eleito parece ser formado de pessoas com perfil diferente daqueles que ocuparam os cargos ao longo do tempo, principalmente nos primeiros anos.

De acordo com o artigo 32º do Estatuto da Associação Instituto Profissional Bento Quirino, “a dissolução da fundação só poderá ser resolvida pela Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, e desde que obtenha no mínimo o voto de  $\frac{3}{4}$  (trez quartos) dos sócios presentes” (LV ATA, Fls. 80). Não encontrei registros da dissolução.

O Livro de Atas aberto em 1915, com o objetivo de documentar o ocorrido durante as assembleias, tem a numeração das folhas até 100. Depois da reunião de 1973, não foi feito qualquer outro registro.

Em sua nova sede, o antigo Instituto Profissional passou por algumas alterações, frente às mudanças nas políticas públicas educacionais. “Em 1977, são fechados os cursos de aprendizagem e profissionalização. Surge a *Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Bento Quirino”*, oferecendo apenas cursos técnicos de Economia Doméstica, Mecânica, Marcenaria, Desenho Industrial, Eletrotécnica e, posteriormente, Contabilidade” (MORAES; ALVES, 2002 b, p. 95).

Em 1994, incorporada ao Centro Paula Souza, recebe o nome de Escola Técnica Estadual (ETE) Bento Quirino. O nome do mentor e o tipo de instituição — escola destinada ao ensino profissional — foram mantidos, conforme acordos citados em atas desde as primeiras propostas para que o Estado assumisse a escola (em 1921).



### **CAPÍTULO III – NASCE O COTUCA: a nova escola em um velho berço**

Escola profissional pública, o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) é uma unidade de Ensino Técnico e Ensino Médio da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Este capítulo trata das primeiras articulações para que, em meados dos anos 60, fossem criadas a Universidade e a Escola Técnica a ela vinculada e prossegue até ser concluída a instalação oficial do Colégio, em 1970.

Além dos arquivos de documentos e bibliografia consultada, a construção deste trecho do trabalho contou com a participação do Professor Osmar Salles de Figueiredo, Diretor do Colégio entre 1970 e 1974, e do Professor Armando José Geraldo, ex-aluno da turma de Eletrotécnica ingressante em 1974 e Diretor da Instituição no período de 2003 a 2006. Ambos contribuíram com depoimentos disponíveis integralmente, nos anexos desta dissertação. As entrevistas não seguiram um modelo previamente determinado e cada uma tem suas peculiaridades: a do Professor Armando ocorreu no dia 02 de outubro de 2007, em uma das salas do COTUCA; foi mantido um diálogo com perguntas e respostas mais objetivas.

A entrevista do Professor Osmar Salles ocorreu na residência dele, em Campinas, no dia 11 de outubro de 2007 e foi praticamente uma narrativa baseada em suas memórias, com pouca interferência minha, fazendo perguntas. O Professor Osmar completará 90 anos de idade, em 26 de maio próximo. Dotado de impressionante memória, comenta que a sensível redução da acuidade visual atrapalha sua atividade de leitura e limita suas atividades artísticas de desenho e pintura. Fortemente ligado ao COTUCA por elos afetivos, orgulha-se de ter dado sua colaboração e emprestado sua extensa e reconhecida experiência no Ensino Profissional, defendendo a recuperação daquele espaço e reorganizando seu funcionamento nos primeiros anos de existência, como escola técnica vinculada à Unicamp.

Conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, na fase inicial da pesquisa, quando visitei o Colégio em busca de informações, fui orientada por uma docente a procurar no Arquivo Central da Unicamp (SIARQ) documentos relativos à instalação do colégio, quando de sua criação em 1967.

Em um fichário organizado com o nome de Inventário de Processos Permanentes, encontrei diversos documentos que revelavam as primeiras negociações relativas à criação e implantação da escola. A partir das primeiras leituras deste material, percebi que seria importante

buscar informações a respeito da criação da Universidade Estadual de Campinas, uma vez que o Colégio Técnico é uma das unidades que a constitui. O processo de formação teve início com a Faculdade de Medicina.

Algumas informações sobre as diversas etapas envolvidas na instalação do Ensino Superior no Brasil podem contribuir para melhor compreender a origem da Unicamp.

Os movimentos para a criação de cursos superiores no Brasil vêm de um processo complexo que se estende desde o período Colonial quando, após a expulsão dos jesuítas em 1759, alguns embriões de cursos bastante desestruturados despontavam no Rio de Janeiro e no Recife. Para Cunha, as aulas eram oferecidas de modo improvisado, mostrando que além do profundo desconhecimento do conteúdo, havia ainda “uma ausência absoluta de senso pedagógico” (1986, p. 56).

No período colonial, as condições eram contrárias ao desenvolvimento científico pela ausência de universidades, proibição da imprensa, deficiências no sistema escolar e ausência de intercâmbios com centros avançados de outras partes do mundo. Aconteceram isoladas e esporádicas manifestações de estrangeiros que desenvolveram estudos sobre os habitantes e as riquezas naturais do país, e de brasileiros que estiveram fora do Brasil dedicando-se, na Metrópole e posteriormente na Colônia, a atividades científicas (AZEVEDO, 1971 apud CARVALHO, 2003, p. 23).

Mais tarde, com a vinda de D. João VI e a família real ao Brasil, foram tomadas as primeiras providências que tiveram reflexos nos campos da cultura e da educação. A partir abertura dos portos a nações estrangeiras, seguiram-se, entre 1808 e 1818, a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Pública, do Jardim Botânico e do Museu Real (Carvalho, 2003).

Com relação ao Ensino Superior, as escolas tinham por objetivo formar um corpo de profissionais de elite para atender às necessidades dos membros da Corte aqui instalada: Academia Real da Marinha e Academia Real Militar, que originaram mais tarde a Escola Militar e a Escola Politécnica; Cursos de Cirurgia e Anatomia; Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois Escola Nacional de Belas Artes; Cursos jurídicos, que se transformaram depois nas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, já em 1827 (ROMANELLI, 2003).

A mesma autora ainda esclarece que: com a preocupação voltada ao ensino superior, os demais níveis ficaram relegados a iniciativas pouco abrangentes, acentuando-se, portanto, a tradição da educação aristocrática. Após a Independência, a educação dos “letrados” garantiu o

suprimento de cargos políticos e administrativos, principalmente com os oriundos das Faculdades de Direito, caracterizadas por oferecer uma formação acadêmica, humanística e retórica — de reconhecida supremacia na formação dos quadros do Império.

Finda a Monarquia, a Constituição republicana de 1891 só fez manter o dualismo entre a educação da classe dominante (ensino secundário acadêmico e ensino superior) e a educação popular (ensinos primário e profissional) — pois a primeira ficava a cargo da União e a segunda caberia aos Estados. A descentralização deu origem a disparidades e conseqüente desorganização dos sistemas educacionais no país (ROMANELLI, 2003).

A criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, reunindo as já existentes escolas de Medicina, de Direito e Politécnica, fez despertar discussões a respeito do Ensino Superior e suas finalidades. Em debates promovidos pelo jornal O Estado de São Paulo, em 1926, e pela ABE (Associação Brasileira de Educação), em 1928, foram apresentadas questões a respeito da “criação de Universidades com a preocupação de elaborar ciência”, ocupando-se “da formação profissional” e do atendimento “às necessidades do meio”; e sobre a “rejeição da idéia de Universidade como mero aglomerado administrativo de escolas isoladas”. Também foi sugerida “a autonomia universitária como exigência indispensável para o desenvolvimento das atividades acadêmicas” (MENEGHEL, 1994, p.17-18).

Nos anos 30, as propostas relativas à organização do Ensino Superior aparecem polarizadas em duas correntes, uma autoritária e outra liberal. A primeira sintetizava a finalidade que o governo Vargas via na educação qual seja, “orientar mental e moralmente os cidadãos”, atribuindo aos intelectuais a função de intermediários entre o governo e o povo (MENEGHEL, 1994, p. 23).

Nas próprias palavras de Vargas, em trecho de entrevista apresentado por Cunha (1986, p. 312):

A Educação da mocidade nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado será um elemento, não só eficaz, como até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas aspirações cívicas, segundo as quais a juventude, agora mais do que nunca, será formada.

Entre os liberais, defendia-se a autonomia deste setor do ensino, “diante de interesses particulares e de classe, de credo religioso ou político”. Os liberais elitistas, como Fernando de Azevedo, “pensavam em construir a democracia através das elites instruídas”, enquanto os

igualitaristas, como Anísio Teixeira, “buscavam partir das massas ignorantes, às quais deveria ser assegurado o ensino gratuito” (MENEGHEL, 1994, p. 24).

Em meio ao clima político que antecedeu o Estado Novo, um grupo de intelectuais liderado por Fernando de Azevedo e com apoio do jornal O Estado de São Paulo criou a Universidade de São Paulo (USP) em 25 de janeiro de 1934. No ano seguinte, 1935, Anísio Teixeira coordenou a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2003).

A USP era proveniente da conjunção entre um grupo de escolas já existentes, de cunho profissionalizante, e a recém-criada Faculdade de Filosofia. Conforme (SGUISSARDI, 2003, p. 3):

Na criação da USP, o espírito inovador de Fernando de Azevedo e seus pares, representado na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como centro integrador da busca e da crítica do saber, assim como da própria universidade — marca do modelo germânico/humboldtiano — iria também sofrer a reação conservadora das escolas profissionais. A universidade sobreviveu, porém mais como federação de escolas do que como efetiva universidade e revestindo-se dos traços do usual modelo napoleônico, profissional.

A UDF pretendia desenvolver uma formação crítica, trabalhando com o ensino, a pesquisa e a extensão indissociados e, como a USP, tinha também o desenvolvimento da pesquisa e dos altos estudos como eixo central. A primeira acabou sendo fechada pelo autoritarismo do Estado Novo (CARVALHO, 2003).

Em 1937, por iniciativa de Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934 e 1945, foi fundada a Universidade do Brasil (UB), com o propósito de servir de padrão a ser utilizado em todas as instituições de Ensino Superior já existentes ou que viessem a ser fundadas depois. “A intenção do governo federal era assumir o controle, o monopólio de formação de elites dirigentes, sob disfarce da preservação cultural, como confirmava a ideologia autoritária do Estado” (CARVALHO, 2003, p. 31).

As idéias positivistas propagadas por Augusto Comte — que ressaltavam o “culto à ciência” e o método científico como fonte exclusiva de conhecimento válido — influenciaram fortemente os militares brasileiros, que vislumbravam a concretude do progresso nos avanços nas áreas de industrialização e tecnologia. A escola seria, então, a grande unidade de reconstrução social (CARVALHO, 2003).

Desse modo, entre 1945 e 1964, como decorrência da industrialização, ocorre aumento na demanda do ensino, em busca por melhor formação profissional, mas a estrutura do Ensino Superior mostrava-se despreparada para atender a essa necessidade. Neste momento, são criadas a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1951, e a Universidade de Brasília, em 1961 (MENEGHEL, 1994).

Neste contexto histórico, uma campanha lançada em Campinas pelo jornalista Luso Ventura solicita a instalação de uma faculdade de Medicina na cidade. Na ocasião, não havia estabelecimentos de ensino superior fora da capital, pois só em 1948 foi aprovada a Lei n°. 161, de 24 de setembro que dispõe sobre a criação de tais instituições.

A Lei n°. 2.154, de 30 de junho de 1953, do governador Lucas Nogueira Garcez, cria a Faculdade de Medicina e uma campanha pró-instalação tem início em 1955. O movimento foi disparado por um Conselho de Entidades de Campinas (CEC), criado “com a finalidade de debater problemas sociais e defender os interesses da cidade e sua coletividade.”<sup>55</sup>

A luta para que a instalação se efetivasse foi bastante longa e intensa e envolveu jornais, como Diário do Povo e Correio Popular, e vários membros de destaque na política, entre eles, os deputados Rui de Almeida Barbosa e Sólton Borges dos Reis; na sociedade local, como os médicos Paulo Mangabeira Albernaz, Antônio de Almeida; o presidente do Centro de Ciências, Letra e Artes, senhor Herculano Gouveia Neto, além do próprio arcebispo metropolitano, D.Paulo de Tarso Campos (Jornal da Unicamp, p. 4, 1987).

Os argumentos apresentados para justificar a importância da existência de um curso de Medicina não eram considerados suficientes pelos governadores do Estado que estiveram no poder ao longo da campanha: Lucas Nogueira Garcez (1951 a 1955) e Jânio Quadros (1955 a 1959) (Jornal da Unicamp, p. 4, 1987).

O governador Carvalho Pinto (1959 a 1963) chegou a nomear um Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade da instalação do curso e acabou dando uma declaração que dizia “novas escolas médicas, além de dispensáveis, têm o inconveniente de onerar pesadamente as finanças do Estado”. A decisão criou enorme descontentamento e aqueceu os embates políticos. Mais argumentos e estudos sobre as condições que a cidade oferecia para receber a Faculdade foram reunidos e apresentados ao Legislativo. Em julho de 1962, Carvalho Pinto termina, finalmente, por autorizar a instalação da Faculdade (Jornal da Unicamp, p. 4, 1987).

---

<sup>55</sup> <<http://www.fcm.unicamp.br/sobre/historico.php>> Acesso em 12/2/2007.

A Faculdade de Medicina — criada em 1959 e incorporada à UEC (Universidade Estadual de Campinas) — passa então a ocupar, em caráter provisório, os três primeiros andares do prédio ainda inacabado da Maternidade de Campinas. A Faculdade de Ciências Médicas passou a funcionar depois na Santa Casa de Campinas, onde permaneceu até fevereiro de 1986, quando foi transferida para instalações próprias no *campus* da Universidade.<sup>56</sup>

Paralelamente, há uma outra luta em andamento: em 11 de dezembro de 1961, através da Portaria G.R. nº. 81, o professor Antonio Barros de Ulhôa Cintra, reitor da Universidade de São Paulo, constitui um “Grupo de Trabalho, integrado pelos Professores Cantídio Moura Campos, Ruy Aguiar da Silva Leme, Paulo Emílio Vanzolini e Isaías Raw, incumbido de estudar e propor a criação de núcleo universitário em Campinas, no qual poderá ser integrada a Faculdade de Medicina já prevista em lei”. Foram criadas comissões pelo Conselho de Entidades, de modo a mobilizar a comunidade, envolver a imprensa e prefeitos da região e pressionar o governo estadual e a Assembléia Legislativa.

Na época em que tiveram início os movimentos pela implantação de um curso superior, a cidade — com excelente localização geográfica — já dispunha de um novo sistema rodoviário (a Rodovia Anhanguera havia sido inaugurada em 1948); era servida por uma boa malha ferroviária e já existiam planos para a construção do aeroporto de Viracopos desde 1950 (SEMEGHINI, 1998).

Com um processo de urbanização em desenvolvimento, também foram registrados avanços no que se refere à abrangência dos serviços de rede de água e esgotos, desde o final da década de 30. O índice de alfabetização da população também apresenta um crescimento, passando de 66,0% em 1940, a 73,2% em 1950 e a 79,9%, em 1960 (SEMEGHINI, 1998).

Outro indicador importante é o índice de mortalidade infantil (número de óbitos por 1000 nascidos vivos). Em 1940 era de 132,0 (abaixo da média do Estado de São Paulo) e reduziu-se para 55,0 em 1950<sup>57</sup> (SEMEGHINI, 1998).

Diante deste cenário que situa a infra-estrutura da cidade em determinado momento histórico e com o objetivo de atender a uma crescente demanda de alunos que ia até a capital buscar formação universitária (Meneghel, 1994), foi publicada no Diário Oficial de 29 de

---

<sup>56</sup> <[http://www.unicamp.br/siarq/destaques/notas\\_historia.pdf](http://www.unicamp.br/siarq/destaques/notas_historia.pdf)>. Acesso em 12/2/2007.

<sup>57</sup> As tabelas completas com mais dados provenientes de informes demográficos encontram-se em SEMEGHINI, Ulysses C. **Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização**. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1988

dezembro de 1962, a “Lei nº. 7655, de 28 de dezembro de 1962, [que] dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências” (PR PERM, Processo 3176/70, Fls.11) <sup>58</sup>.

A precariedade no funcionamento e a limitação a um só curso, o de Medicina, fez com que fosse criada uma Comissão Organizadora, com a missão de planejar uma Universidade, que deveria se constituir de várias Faculdades e Institutos. Neste momento, o Professor Zeferino Vaz é convidado para compor a Comissão e, à frente dela, teve atuação “decisiva para os rumos que a Unicamp iria tomar nos primeiros anos de sua implantação” (MENEGHEL, 1994, p. 145).

Professor Zeferino já acumulava em sua trajetória acadêmica: a direção de Faculdade de Medicina Veterinária da USP; a criação e direção da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto; a presidência do Conselho Estadual de Educação, além de ter sido reitor-interventor da UnB.

Esta trajetória do Prof. Zeferino Vaz deu-lhe não só experiência administrativa, mas também trânsito político nos governos estadual e federal, beneficiando a Unicamp na aquisição de recursos para sua implantação e em seu desenvolvimento, que se deu à margem de perseguições políticas e ideológicas comuns nas instituições públicas da época (MENEGHEL, 1994, p. IX).

Assumi a Reitoria em 1966 e permaneceu na função até 1978. Atualmente, o *campus* tem o nome de seu fundador.

Para Zeferino Vaz: “A instalação de uma Instituição de Ensino Superior não depende exclusivamente da questão financeira: o problema material é o capital humano, professores capacitados para o ensino de alto nível, que possuam interesse pelas pesquisas e pelas atividades pedagógicas” (Folha da Manhã, 31/03/53 apud MENEGHEL, 1994).

E assim, para que fossem organizados quadros docentes, providenciadas as compras de equipamentos específicos e organização de espaço físico para as instalações das demais unidades constituintes da Universidade Estadual de Campinas, foram convidados cientistas altamente conceituados em suas respectivas especialidades <sup>59</sup>. A partir de 1967, formaram o Conselho

---

<sup>58</sup> A exemplo do que foi feito sobre a citação do Livro de Atas, aqui também adotei uma convenção e este documento — o Inventário de Processos Permanentes, Processo 3176/70 será citado como **PR PERM** e o número da folha.

<sup>59</sup> Prof. Dr. Marcello Damy de Souza Santos (Instituto de Física); Prof. Dr. Giuseppe Cillento (Instituto de Química); Prof. Dr. Rubem Murillo Marques (Instituto de Matemática e Estatística); Prof. Dr. Walter Hadler (Instituto de Biologia); Prof. Dr. José F. Valverde (Faculdade de Engenharia Elétrica); Prof. Dr. André Tozello (Faculdade de Engenharia de Alimentos); Prof. Dr. Antônio Augusto de Almeida (Faculdade de Ciências Médicas) (MENEGHEL, 1994, p.100).

Diretor da Unicamp (MENEGHEL, 1994). A finalidade da Universidade de Campinas está explicitada no artigo 2º da Lei nº. 7655, de 28/12/1962:

- I. ministrar o ensino universitário e pós-graduado;
- II. promover pesquisa pura e aplicada;
- III. **formar e treinar técnicos de nível médio** e superior [grifo meu].

O artigo 3º sobre as Unidades que constituem a Universidade de Campinas, discrimina:

- I. Faculdades;
- II. Institutos de Ensino;
- III. Institutos de Pesquisa;
- IV. **Escolas Técnicas**; [grifo meu]
- V. Reitoria

Segundo o artigo 7º: “As **Escolas Técnicas** dedicar-se-ão à **formação e treinamento de técnicos de nível médio**” (PR PERM, Fls.12).

Segundo o Relatório da Comissão Organizadora da Universidade, de 19 de dezembro de 1966, as deliberações destacadas acima, em negrito, estão em sincronia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61. A criação de escolas técnicas tem a finalidade de “abrir perspectivas para o preparo de mão-de-obra técnica especializada de nível elevado, tentando suprir a deficiência de elementos intermediários entre o engenheiro e o técnico” (MENEGHEL 1994, p.101).

A autora chama a atenção ainda para trechos dos relatórios da mesma Comissão que revelam as negociações entre a universidade que se instala e grandes empresas de Campinas e região. Estas anunciavam a carência de mão-de-obra especializada e ofereciam facilidades técnicas para que a Universidade, com seu corpo docente qualificado, implantasse um curso de Engenharia. Argumentavam que por mais recursos que tivesse, a Universidade não poderia “dispor dos grandes equipamentos que só as Indústrias podem adquirir e renovar, em função do progresso tecnológico e da natural competição entre as indústrias similares” (MENEGHEL 1994, p.102).

Como resultado deste encontro, foi produzido um relatório elaborado por uma comissão de engenheiros das empresas, com detalhamentos a respeito de tipos de curso a serem instalados, “número de vagas, carga horária, calendário”, de modo a formar “novos profissionais em um período menor de tempo do que era habitual nas escolas da época” (MENEGHEL 1994, p.102).

*Prestação de serviços à coletividade* era a forma de Zeferino Vaz se referir às boas relações que passaram a ser cultivadas entre a Universidade e a empresa: ora engenheiros das

indústrias lecionavam na Universidade, ora a Universidade permitia a utilização de seus equipamentos pelas indústrias.

Para deixar registrado em formas concretas o modelo de Universidade que Zeferino Vaz planejava implantar, ele disse ao engenheiro responsável pelo projeto que a partir de uma praça central com diâmetro de 300 metros, fossem construídas todas as unidades convergindo para ela e que entre um instituto e outro, a distância de 300 metros seria a máxima a ser adotada. A Unicamp deveria ser uma unidade multidisciplinar e ter a integração de uma orquestra, capaz de oferecer uma intensa e original produção científica. Segundo ele, o efeito estético produzido por um quarteto de câmara ou por uma sinfônica, jamais poderia ser comparado àquele obtido por virtuosos tocando isoladamente (MENEGHEL, 1994).

A Unicamp foi, portanto, organizada em consonância com os princípios que caracterizam a Universidade tecnocrática (racionalidade, eficiência, produtividade, economia), devendo ser vista como uma empresa que dá lucro, pois estava voltada para o desenvolvimento industrial do país (na formação de mão-de-obra especializada, de uma política de ciência e tecnologia), servindo ao modelo de crescimento econômico adotado pelo Estado.

[...] a despeito da preocupação da C.O. com a formação humanística dos alunos, não era seu objetivo formar as elites culturais nem os futuros dirigentes da nação; ela pretendia formar um pólo de desenvolvimento tecnológico que suprisse a demanda de indústrias e empresas. Para tanto, iria promover atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. (MENEGHEL, 1994, p. 148).

O texto da lei (Lei nº. 7655, de 28 de dezembro de 1962) oferece informações sobre o corpo docente a ser contratado.

Artigo 16 – O corpo docente da Universidade de Campinas, distribuído pelas Faculdades e Institutos de Ensino, será composto de:

- I. professores<sup>60</sup> catedráticos;
- II. professores contratados;
- III. auxiliares de ensino

Parágrafo Único – Nas Escolas Técnicas só haverá as categorias docentes indicadas nos itens II e III deste artigo.

Artigo 20 – Os professores das Escolas Técnicas serão contratados dentre especialistas de reconhecida competência.

---

<sup>60</sup> Conforme esclarecimento no capítulo I, será mantida a grafia original dos documentos utilizados neste trabalho.

Parágrafo Único – Os auxiliares de ensino das Escolas Técnicas serão contratados por propostas dos respectivos professores (PR PERM, Fls.12).

Eu entrei no COTUCA e era uma escola jovem. A tecnologia ainda não estava como é hoje — nesse ritmo alucinante: o que se aprende hoje, não vale no mês que vem. Eu me lembro dos laboratórios todos. Era uma coisa assim... Para a época, era moderno, mas algo bem mais simples. Os próprios professores nem tinham a formação que se tem hoje no quadro docente — eram técnicos.

Era gostoso! Aprendi muito e me serviu para o resto da vida. Eu tive até muita facilidade da universidade, por causa do que aprendi aqui. E também na minha vida profissional: eu comecei a trabalhar no 3º ano de faculdade [Politécnica – USP], por conta do COTUCA. Eu já fui trabalhar, pois eu morava em São Paulo e já fui trabalhar. (PROF.ARMANDO)

Como a construção dos primeiros edifícios no campus ainda demoraria a ser concluída (o primeiro inaugurado foi o Instituto de Biologia, em 1968), era necessário encontrar outros espaços que servissem para o funcionamento provisório de cursos criados e também da própria Reitoria.

“É... Como não tinha local, começou na Prefeitura [Palácio dos Azulejos], depois ali no prédio da Ultragás [Supergasbrás], na avenida...” (PROF.OSMAR).

Entre os documentos encontrados no Inventário de Processos Permanentes do SIARQ, havia uma carta assinada por Zeferino Vaz, dirigida ao Exmo. Sr. Professor Doutor Carlos Pasquale, Secretário de Estado para os Negócios da Educação, com data de 05 de maio de 1965. O documento apresentava-se identificado da seguinte forma:

Inventário de processos permanentes

Abertura 12/01/1967

Procedência: 01.00.00.00.00 – REIT

Interessado: (JU02771/78280896)

Assunto: Solicitação à Secretaria da Educação autorização para transferência do Ginásio Industrial “Bento Quirino” para prédio da Vila Estanislau e entrega do prédio da Rua Culto à Ciência para a UC (Universidade de Campinas).

O texto da carta trazia justificativas para a solicitação, em virtude da precariedade das condições do prédio “com a presença de infiltrações; oferecendo riscos para todos” (Inventário de Processos Permanentes, Fl. nº. 11).

Havia ainda a Escritura de Doação do terreno à Rua Culto à Ciência, para instalação da Escola Profissional, datada de 19/08/1958 (Anexo 3).

Retomando o Livro de Atas 1915-1973 que reúne os registros das assembleias dos mantenedores do Instituto Profissional Bento Quirino, encontra-se ali citada a proposta do governador (Lucas Nogueira Garcez) para ampliação do prédio e construção de novos pavilhões (dia 17 de março de 1953, Fls. 65). Lembrando que a ata não se referia a danos e reformas. Mais adiante, na mesma reunião (Fls. 67), foi comentada a necessidade da doação do imóvel ao governo estadual. Era preciso legitimar o processo. Em 26 de março de 1953, a assembleia autorizou o presidente, senhor José Minervino a assinar a escritura de doação. Em 30 de dezembro de 1959, o presidente anunciou que a entrega já tinha sido realizada (Fls.71 - verso). Esta era a escritura que acompanhava a carta de Zeferino Vaz.

Outro documento arquivado (PR PERM, Fls.33) é uma cópia do Diário Oficial, publicado em 28 de janeiro de 1967 e referente à ocupação legal do prédio onde estava o Ginásio Industrial Bento Quirino. Diz o texto: “Êsse prédio foi doado à Fazenda do Estado de São Paulo, pela Associação Instituto Profissional Bento Quirino, para o *expresso fim* [grifo meu] de ser mantido ali, em funcionamento, uma escola profissional”. E prossegue: “[...] autorizou a Universidade de Campinas a instalar e manter o seu Colégio Técnico, até que pudesse transferi-lo para os prédios a serem construídos na Cidade Universitária”.

Assim, em 1967, foi assinado um convênio entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e a Unicamp para funcionamento de seu Colégio Técnico. Enquanto o prédio servisse a Unicamp, ela assumiria a administração do prédio, o que vem ocorrendo até hoje, 40 anos depois.

Naquela época, havia uma campanha muito grande para o Colégio Técnico não ser construído na Universidade. Havia então aquele mal-estar — os universitários não se sentiam bem... (PROF.OSMAR)

Todo ano, desde minha época de estudante até hoje, no início do ano, a Direção reúne os pais dos ingressantes, para apresentar a Escola. Em 1974, quando eu entrei, meu pai veio à reunião à noite e voltou para casa dizendo que eu não iria estudar aqui. Eu perguntei o motivo e ele disse: “O COTUCA vai sair dali e irá para a Unicamp.”

Eu morava aqui, na José Paulino, quase ao lado da Escola. Na época, ir para a Unicamp era uma viagem! Você precisava se programar, levar comida: era mesmo uma viagem. Tinha quase que parar para almoçar no meio do caminho.

Pois então, estamos em 2007 e o COTUCA está no mesmo lugar. E por que o COTUCA não foi? Obviamente, questões políticas e orçamentárias. Só se constrói prédio, se há dinheiro. Mas, falar que não tem dinheiro de um ano para outro, poderia até ser... Mas se em 40 anos, você não conseguir construir um prédio — ou é má administração ou não há vontade política para fazer isso. (PROF.ARMANDO)

A escola já ocupava as dependências da Rua Culto à Ciência, mas para que fosse efetivada a instalação do Colégio Técnico, era necessário preparar uma série de documentos, reunindo informações que servissem de suporte ao processo, conforme previsto na Resolução 16/64 do Conselho Estadual de Educação (C.E.E.). O Diretor do Colégio Técnico Industrial da Universidade Estadual de Campinas — Professor Doutor Osmar Salles de Figueiredo — encaminharia o dossiê ao Professor Doutor Zeferino Vaz “Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Campinas”.

Constavam do Processo 3176/70, Fls.36, no artigo 2º, **item 3**, dados sobre o número de alunos concluintes dos 4º e 5º anos do chamado curso primário no ano de 1966, que transcrevo a seguir:

**Item 3** – Número de alunos concluintes das escolas primárias estaduais, municipais e particulares em Campinas, em 1966:

<b>ESCOLAS</b>	<b>CONCLUINTES 4º E 5º ANOS</b>
ESTADUAIS	4694
MUNICIPAIS	88
PARTICULARES	937
<b>TOTAL</b>	<b>5719</b>

*FONTE: Delegacia Regional de Ensino de Campinas e Auxiliar de Inspeção de Campinas – 1969*

Tal informação fornece uma estimativa dos candidatos que poderão vir a freqüentar a escola em formação.

O artigo 2º, **item 5** do mesmo processo 3176/70, Fls. 39 apresentava dados sobre empresas de produção e comércio do município, além de nomes daquelas interessadas em oferecer estágios aos futuros alunos da escola.

Entre elas, estão: Bendix do Brasil Equipamentos para Autoveículos Ltda.; Cerâmica Chiarelli; Cia. Swift do Brasil S/A; Cia. Mogiana de Estradas de Ferro; Fábrica de Doces Campineira S/A; General Electric S/A; Indústrias Gessy Lever S/A; Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis S/A; Robert Bosch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

O plano de Metas de Juscelino Kubitschek já havia aberto as possibilidades para diversos ramos da indústria como a automobilística, a de transportes e a de base. As estrangeiras Bendix ou Chiarelli, Bosch ou Swift, juntamente com a Fábrica de Doces Campineira, compunham o

parque industrial em expansão em Campinas, precisavam dos técnicos em seus quadros e tinham em Zeferino Vaz o apoio para a realização de parcerias, conforme discussão apresentada anteriormente.

**Item 5** – Dados relativos às empresas de produção e comércio do município

a) Número de empresas quanto ao número de empregados

<b>ANO</b>	<b>EMPRESAS</b>	<b>EMPREGADOS</b>
<b>1962</b>	565	21.901
<b>1964</b>	667	21.120
<b>1966</b>	709	21.170

*FONTE: IBGE. 1969*

Tal informação sobre o aumento do número de empresas na cidade de Campinas serve como importante justificativa para se consumir a instalação da escola. Além da possibilidade de emprego para os futuros egressos, o dado também evidencia a oferta potencial dos estágios que complementam o curso.

As políticas públicas educacionais na época ainda estavam sob a égide da Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, aprovada em 20 de dezembro de 1961. Por um lado, a promulgação dessa Lei significava um considerável avanço na história da educação brasileira, pois foi produto de longas discussões, incluindo diversos setores da sociedade e trouxe a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, oferecendo elasticidade e flexibilidade ao ensino médio, inéditas até então. Permitia ao aluno o ingresso em qualquer curso superior, tendo concluído tanto o ramo secundário quanto o profissional do ensino. De outro lado, a tentativa de se romper a dualidade entre o propedêutico e o técnico — diluindo o cunho de inferioridade que marcava este último — esbarrou em fatores como a permanência das duas redes de ensino do sistema educacional. Isto acaba contribuindo para manter o ensino secundário com a vantagem de ser reconhecido socialmente, mantendo-se a tendência que se arrasta desde o período colonial (ROMANELLI, 2003 e SANTOS, 2003).

Romanelli (2003) diz que: “[...] a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder” (p.188) e acrescenta: “[...] as forças conservadoras

tiveram uma forte aliada na burguesia, que temia, como aquelas, a democratização do ensino” (p.190). Desse modo, a autora propõe séria reflexão sobre a quem as políticas públicas atendem de fato e a quem realmente interessam, caracterizando a educação como campo de luta das relações de poder.

#### **Processo 3176/70, Fls. nº. 94**

Dos objetivos

“Formação geral do educando, propiciando o acesso aos estudos superiores, *de preferência nas modalidades de cursos que estiverem vinculados aos Colégios Técnicos*, pela natureza comum dos conhecimentos ou formação profissional.” [grifo meu]

A sugestão inserida faz lembrar os limites impostos aos alunos do ensino profissional pela já citada Lei Orgânica do Ensino Industrial (de 30 de janeiro de 1942), que permitia que egressos dos cursos técnicos tivessem acesso apenas a cursos superiores diretamente relacionados com os estudos já realizados. Contrária, portanto, a proposta de flexibilidade e de democratização do ensino apresentadas pela legislação em vigor (Lei 4024/61). É oportuno aqui retomar Romanelli, quando afirma que: “nenhuma lei é capaz por si só de operar transformações profundas, por mais avançada que seja [...]” e completa: “Enfim, a eficácia de uma lei depende dos homens que a aplicam” (ROMANELLI, 2003, p.179).

Prosseguindo a leitura do processo, encontrei informações a respeito dos cursos a serem oferecidos pela escola:

“O Colégio Técnico de Campinas manterá inicialmente, Cursos Técnicos de Máquinas e Motores, Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos; [...]” (PR PERM, Fls. 99, Livro III, Título I, Artigo 15).

Sobre a seleção para ingresso, dizia o documento que haveria provas de Português, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. As inscrições seriam no mês de janeiro de cada ano e as provas ocorreriam na primeira quinzena do mês de fevereiro (PR PERM, Fls. 109, Livro III, Título VII, Capítulo I).

Eu entrei em 1974 e passei por um exame de seleção. O exame era feito no Taquaral — no Ginásio de Esportes. Sentava todo mundo, ganhava uma prancheta e um cartão daqueles de computador. Perfurava a resposta. Era teste e se perfurava a resposta.

Eu entrei e já escolhi uma profissão: Eletrotécnica — técnico em Eletrotécnica. Eu já gostava de mexer com isso em casa, desde moleque. Ingressei, fiz o curso aqui e gostei muito. Prossegui e me tornei Engenheiro Elétrico. (PROF.ARMANDO)

A instituição de normas para o processo seletivo, já nos primórdios do funcionamento da escola, faz subentender o efeito discriminatório e configura um questionamento sobre que alunos poderiam se inscrever nas provas de seleção do novo colégio e quais deles seriam aprovados.

As políticas públicas educacionais trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1971 (Lei 5692/71) mostram os trilhos sobre os quais correrá o funcionamento do Colégio Técnico da Unicamp, em processo de organização.

Promulgada durante o regime militar, em 11 de agosto de 1971, a LDB determinava que a profissionalização deveria abranger a todos, indiscriminadamente. O governo militar pretendia articular a política e a organização educacional aos condicionamentos econômicos da época, assumindo a posição de dirigentes internacionais que entendiam a educação como fenômeno isolado do resto do contexto social e político do país (ROMANELLI, 2003). No início dos anos 70, o Ministério da Educação demonstrou grande receptividade à colaboração do BIRD<sup>61</sup> (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), pela possibilidade que se acenava de se corrigirem problemas estruturais da educação, além de outras vantagens técnicas e financeiras relacionadas à cooperação (TOMMASI, 2000).

Em análise sobre a política educacional nos chamados anos de chumbo, Thiago Pelegrini e Mário Luiz Neves de Azevedo acrescentam:

A 'nova' orientação dada à educação representava a preocupação com o aprimoramento técnico e o incremento da eficiência e maximização dos resultados e tinha como decorrência a adoção de um ideário que se configurava pela ênfase no aspecto quantitativo, nos meios e técnicas educacionais, na formação profissional e na adaptação do ensino as demandas da produção industrial (PELEGRINI; AZEVEDO, 2006).

Um aspecto importante que permeava as políticas de reformulação do Ensino Médio da época refere-se a um desvio da demanda social ao ensino superior. O aumento acentuado do número de excedentes dos exames vestibulares vinha gerando uma pressão social por mais vagas. Segundo Romanelli (2003), a profissionalização compulsória no ensino médio “teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos

capazes” (p. 235), criando-se assim uma política de contenção, que na verdade mascara o propósito de se formar mão-de-obra produtiva e barata, com alguma educação de base (ROMANELLI, 2003).

Kuenzer (2007, p. 1157) acrescenta que a expansão da oferta de escolas profissionais...

... não resulta em democratização, mas em aprofundamento das diferenças de classe. Contudo, este aprofundamento nem sempre foi claramente percebido, em face da relativa mobilidade social que a qualificação profissional propiciava no regime de acumulação rígida; esta modalidade, no entanto era limitada pelas dificuldades de acesso ao nível superior, obviamente imputadas à relação inadequada que a ‘vítima’ estabelecia com o conhecimento.

Deixando de ser aplicada por instituições especializadas, a responsabilidade da oferta de cursos profissionalizantes ficou difusa, desencadeando uma deterioração no sistema público de ensino, cujas escolas não receberam suporte — de equipamentos e corpo docente especializado — necessário para oferecer ensino profissionalizante de qualidade. Além disso, os empresários passaram a apresentar resistência para contratar em suas empresas profissionais egressos dos cursos profissionalizantes de segundo grau (CUNHA, 1977 e SANTOS, 2003).

Em sentido inverso, o Colégio Técnico da Unicamp foi conquistando prestígio junto a empresas de porte na região e veio a formar técnicos de reconhecida qualidade. Inegavelmente, a influência do Professor Zeferino Vaz teve papel marcante na manutenção das parcerias escola - empresa. O novo colégio técnico — que contará com a estrutura técnica de uma promissora universidade e que terá seus professores “contratados dentre especialistas de reconhecida competência” — já nasce estabelecendo nítidos limites ao acesso de grande faixa da população estudantil de Campinas e região. Desse modo, o processo seletivo a ser instaurado no COTUCA acaba por antecipar para o ensino profissional de nível médio, a política “dos mais capazes”, a que Otaíza Romanelli se referiu, quando comentava sobre a quem se destinava a universidade, segundo mensagem subliminar da legislação vigente.

Diante das considerações acima, é possível conjecturar que, nas provas para acesso à nova escola, muito provavelmente, poucos seriam os selecionados entre aqueles que têm a

---

<sup>61</sup> Análise ampla a respeito das ações do BIRD, com órgãos como a Agency for International Development (AID) e os acordos com o Ministério da Educação (acordos MEC-USAID), estão em ROMANELLI, 2003 e TOMMASI; WARDE e HADDAD (orgs.), 2000.

formação profissional como uma das únicas (senão a única) possibilidade(s) de acesso a emprego mais diferenciado.

Historicamente, os cursos profissionais eram destinados aos mais carentes, aos que precisavam exercer um ofício e, assim, contribuir com um orçamento doméstico restrito. O Instituto Profissional foi construído em 1917, especialmente para abrigar um “estabelecimento dedicado ao aproveitamento e aprendizado dos meninos campineiros que escolhem ou são guiados para a aprendizagem de uma profissão que venha a proporcionar uma vida útil e proveitosa [...]” [Diário Popular, 14/X/1943 – recorte encontrado na Coletânea de Notícias do Dispensário de Puericultura 1941-1946]. No momento da implantação do COTUCA, no início da década de 70, o cenário educacional mostra que o trabalhador instrumental sequer chegava ao segundo grau (atual Ensino Médio), excluído muito antes, devido aos altos índices de evasão e repetência que caracterizavam os alunos de baixa renda que freqüentavam o primeiro grau (KUENZER, 1997).

É sempre bom lembrar que o Ensino Médio no Brasil tem exercido entre outras, a função de referendar a inclusão dos incluídos, justificada pelos resultados escolares. Na verdade, os incluídos vivenciam um conjunto de experiências sociais e culturais que lhes assegura larga vantagem na relação com o conhecimento sistematizado, isso sem falar nas condições materiais favoráveis ao estabelecimento dessa relação. Assim é que, não por coincidência, os que permanecem na escola são também os que melhor se comunicam, têm melhor aparência, dominam mais conhecimentos e apresentam condutas mais adequadas ao disciplinamento exigido pela vida escolar, produtiva e social (KUENZER, 2007, p. 43).

As palavras do Professor Armando em sua entrevista reafirmam o comentário de Kuenzer (2007), acima citado.

Eu sempre estudei em escola do Estado, a vida inteira — porque naquela época, estudar na escola do Estado era sinônimo de conhecimento, de qualidade. Então, apesar de meus pais terem condições de pagar escola particular, punham no Estado, porque era melhor. (PROF.ARMANDO)

A complexidade do impasse aponta dois extremos convivendo em um mesmo espaço, em momentos históricos diferentes: contrastando com o caráter moralizante do ensino profissional oferecido pelo Instituto Bento Quirino aos carentes e desvalidos, o COTUCA (e a UNICAMP) surge com um caráter modernizador, próprio da dinâmica desenvolvimentista da época, estabelecendo o claro objetivo de não pretender resolver problemas sociais ou formar elites dirigentes, centrando seu foco na formação de técnicos da melhor qualidade.

O rol de informações que integrava o processo para a instalação da escola técnica da Universidade de Campinas, incluía também o currículo dos diretores da instituição, conforme discriminado abaixo:

**Processo 3176/70 Fls. nº. 59**

Artigo 2º

Item 6

a) Possibilidade de Organização de:

1. QUADRO DIRETIVO

[...] a função do Diretor foi exercida desde 01 de março de 1967, pelo Professor Álvaro França de Barros, até 14 de janeiro de 1970.

Nascido aos 04/12/1923, em Ourinhos (SP).

- Curso Normal em Botucatu (1943 – 1945)
- Assistente de Diretor do Ginásio Industrial Estadual “Bento Quirino” — Campinas (1960 - 1962)
- Diretor (substituto) do Ginásio Industrial Estadual “Bento Quirino” (1963 a 1967)
- Membro do Conselho Técnico Administrativo do Colégio Técnico Industrial “Conselheiro Antônio Prado” – Campinas (SP) — 1964 a 1968, como especialista em ensino Técnico Industrial, representando o Governo do Estado de São Paulo;
- Assessor Técnico da Reitoria e Diretor do Colégio Técnico Industrial da Universidade de Campinas – 1967 a 1969.

Sobre o diretor que assume a seguir, consta no Processo 3176/70, Fls. nº. 64:

A partir de 15 de janeiro de 1970, a diretoria está sendo exercida pelo Professor Doutor Osmar Salles de Figueiredo.

- Professor normalista (Rio Branco – SP)
- Químico industrial (Mackenzie)
- Advogado (PUC-CAMPINAS)
- Integrante da comissão encarregada de elaborar a Reforma do Ensino Industrial e proceder à reestruturação do Departamento do Ensino Profissional, de que resultou a Lei 6812, de 15 de junho de 1962 (Lei Básica do Ensino Industrial Paulista).

Ágil, competente, de visão prática, avesso às burocracias e de enorme talento administrativo, Zeferino Vaz não escondia seu temperamento autoritário e centralizador: “Eu, Reitor de Universidade, nomeio professores, nomeio diretores, nomeio os serventes, nomeio todo o mundo [...] porque o aluno, meus srs., não quer diálogo, o aluno quer ação; o aluno quer ser preparado para a vida...” (*in* MENEGHEL, 1994, p. 154).

Durante a entrevista concedida pelo Professor Osmar Salles de Figueiredo, foi narrada a maneira como o Professor Álvaro e ele próprio, foram nomeados os dois primeiros diretores do Colégio Técnico que se iniciava, ilustrando a forma de agir do Professor Zeferino Vaz, diante de seus objetivos explícitos quanto à qualidade dos cursos a serem oferecidos pela instituição.

Conta o Professor Osmar que, em 1966, exercia a Direção do COTICAP (Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antônio Prado) e convidou o Professor Zeferino Vaz para proferir uma aula inaugural. O Professor Osmar Salles já acumulava uma vasta experiência no Ensino Profissional, pois desde 1937 dedicava-se a esta modalidade na educação. O Professor Zeferino Vaz mostrou-se impressionado com as instalações e a forma como funcionava o colégio.

Naquele momento, o prédio que tinha sido ocupado pelo Instituto Profissional Bento Quirino desde 1918, estava desocupado desde 1965 e interditado, em virtude dos inúmeros problemas estruturais que apresentava. Convidou então, o Professor Osmar e o Professor Álvaro para visitarem as dependências da escola. Após a avaliação, Professor Osmar sugere que a “nova” escola técnica seja mesmo instalada ali, depois das reformas necessárias.

[...] eu ficaria aqui, porque este prédio não vai cair. Eu sei, porque foi Ramos de Azevedo que construiu; e quem fez pressão para inclinar, foi um ex-diretor daqui, que mandou tirar uma parede lá no fundo, na cozinha e isso desequilibrou o prédio. De modo que é só reforçar e ele não vai cair. Portanto, em minha opinião, o Colégio deve vir para cá. Como também a Reitoria foi para lá. (PROF. OSMAR)

E continua o Professor Zeferino:

“Osmar, e o Diretor?” Eu falei: “o senhor está conversando com ele.” Era o Álvaro França. “Ele está substituindo a Direção lá [no Ginásio Industrial Bento Quirino, recém-transferido para outro endereço]; o senhor o nomeie Diretor”. E foi feito assim: Álvaro França foi nomeado Diretor. (PROF.OSMAR)

Anos depois, em 1970, terminada sua gestão como Diretor do COTICAP, Professor Osmar havia sido convidado para ser assessor de Zeferino Vaz.

Então eu estava tomando as providências de assessor. Um dia, ele me chamou [...] e disse: “Você vai assumir a Direção do COTUCA”. Eu disse: “Professor, eu já fui Diretor de seis colégios....” Ele falou: “Você quer discutir ou quer tomar posse? [...] Se você quiser discutir, nós vamos discutir, mas eu estou chamando você para tomar posse.” (PROF.OSMAR)

Zeferino Vaz havia detalhado para o Professor Osmar Salles sobre uma campanha para destituí-lo da Reitoria: um general, Diretor da Faculdade de Engenharia, queria o cargo. Entendendo que o Professor Álvaro França de Barros tivesse alguma relação com o movimento, Zeferino Vaz demite ambos: Álvaro França e o general. E completa: “Olha, você vai com carta branca; você nomeia quem você quiser.”

Até aquele momento, a direção do Colégio Técnico era pró-forma. Segundo o Professor Osmar, havia uma comissão na Unicamp que “tomava conta” e que era dirigida pela Professora Ofelina Ribeiro, da Faculdade de Educação.

A comissão foi desfeita e o Professor Osmar Salles nomeou uma eficiente equipe e assumiu todas as tarefas para fazer funcionar a “nova” escola, de acordo com os preceitos da melhor qualidade técnica, vigentes na Unicamp. Durante sua gestão, de 1970 a 1974, contribuiu para fazer do COTUCA um modelo de referência para escolas técnicas “do Brasil inteiro”!

Eram cursos de Mecânica e Eletricidade só. Eu iniciei o curso de Enfermagem, que foi o primeiro do Brasil; o curso técnico de Tecnologia de Alimentos também foi o primeiro do Brasil. Éramos paradigmas dos cursos técnicos do **Brasil inteiro... do Brasil inteiro!**

Fiz o curso de Processamento de Dados, como era naquele tempo. Hoje é Informática e Computação. Também foi o primeiro curso de Processamento de Dados do Brasil! Então, veja que dei início... e depois eu ainda fiz a indicação de outros cursos que não foram realizados, como Tecnologia de Vidros. Mas esses três cursos foram pioneiros e paradigmas, principalmente o de Tecnologia de Alimentos que foi único e o primeiro do Brasil. E o de Enfermagem também! (PROF.OSMAR)

O número de alunos passou de cerca de 30, em 1970 a 1.600, em 1974 — um impressionante crescimento da ordem de 530%!

Em 1974, no ano de seu ingresso como aluno no curso de Eletrotécnica, o Professor Armando José Geraldo encontrou “uma escola jovem”:

Eu peguei o Colégio muito grande, com aquelas carteiras do tempo antigo, largas, dispostas em fileiras certinhas e as salas eram arejadas [...]  
[...] a escola estava maravilhosa. Eu não presenciei no meu tempo de estudante, nenhum problema hidráulico ou elétrico. Alguma coisa, do tipo: “está pegando fogo” ou “não tem água”. Não! Nunca presenciei isso. Os laboratórios eram amplos, tudo amplo. (PROF.ARMANDO)

Quando o Professor Osmar Salles deixou o cargo, indicou o Professor Mário Junqueira da Silva para ocupá-lo a partir de 1974. Roberto Sundfeld, contratado como Orientador Educacional, foi indicado para ser o Vice-diretor.

Nosso recorte de tempo neste trabalho termina em 1970, ano em que a instalação do Colégio Técnico da Unicamp é oficializada.

O Processo 3176/70 encontrado no SIARQ e que reúne a documentação referente à criação e instalação do Colégio Técnico da Unicamp, traz na folha de número 242, cópia do Parecer nº. 76/72, aprovado em 24 de janeiro de 1972:

“Autoriza-se a instalação e o funcionamento do Colégio Técnico Industrial de Campinas e do Colégio Técnico Industrial de Limeira, integrados à Universidade de Campinas, de acordo com a Resolução CEE nº. 46/66 e Deliberação CEE nº. 12/70”.

Era o documento para a instalação da escola, que já funcionava desde 1967. A seguir, a **Figura 10** mostra uma das salas do Colégio Técnico de Campinas, nesta ocasião em que surgia oficialmente.





**Figura 10** - Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas  
Aspecto de uma sala de aula na década de 70.

Fonte: [www.siarq.com.br](http://www.siarq.com.br)

Podem ser vistos os marcantes janelões incrustados nas paredes de pé-direito alto.

Piso de tacos, onde estão mesas de madeira, assim como o banco escuro à esquerda. Elas estão dispostas uma bem junto da outra e não parecem organizadas para o início de uma aula.

Suspensas no teto, luminárias fluorescentes já mostram adaptações aos tempos mais modernos.

Ao fundo, um conjunto de três lousas mostra esquemas e outras anotações: na do meio há um desenho que lembra uma bateria elétrica.

As lousas encobrem parte de uma porta com um vitral na parte superior.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reportando-me ao título deste trabalho, escolhi o termo “passos” para me referir à trajetória do Ensino Profissional em Campinas, a partir de uma leitura diante do conjunto de documentos encontrados.

Na verdade, fui eu a dar passos... Curtos, titubeantes, repletos de insegurança e dúvidas que caracterizaram esta iniciante em um campo tão amplo e envolvente como é o da História. Sim, a dúvida deve mesmo ser a companheira do pesquisador. Ela alimenta o interesse, estimula a busca. Porém, as minhas tiveram o agravante da carência de uma estrutura básica oferecida por formação mais específica nesta área.

Por outro lado, a vivência com aquela documentação, as tentativas de lê-la nas entrelinhas, procurando compreender aquilo que pudesse contribuir com a tarefa da reconstrução a que me propus — tudo isso representou um enorme desafio que trouxe crescimento e algumas lições de vida.

Quando da primeira visita ao Colégio Técnico de Campinas à procura de elementos para desenvolver meu projeto original (sobre o Curso de Enfermagem), não imaginei que viesse a fazer uma viagem a nove décadas atrás e encontrar nas origens do Ensino Profissional as relações de poder e as lutas que se sucediam, marcando os diferentes estágios da vida de uma cidade que se constituía.

Naquela Campinas do final do século XIX e início do século XX, de ares republicanos, havia determinada mobilização “das classes urbanas em torno do alistamento eleitoral e do voto secreto como instrumentos de combate às oligarquias e de conseqüente republicanização da República” (Carvalho 2003 a, p. 228).

Nesta época, as escolas apareciam esparsas, porém a República, procurando solidez, difundia uma propaganda em que colocava como prioridades além do direito ao voto, a formação do cidadão e sua educação. No entanto, a primeira Constituição do novo regime, de 1891, proibiu o voto a mendigos e analfabetos, a mulheres e soldados, tornando evidente a quem caberia a educação a ser oferecida: à população masculina, pertencente à elite. A escola para o pobre atenderia a finalidades bem delimitadas: dar uma formação mínima, de modo a garantir algum emprego e evitar o ócio e o vício.

As primeiras escolas de artes e ofícios surgem no país a partir de 1909 e, nas palavras de Kuenzer (2007, p. 27), o surgimento da formação profissional como política pública no Brasil, ocorreu sob a “perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho.”

Neste contexto, em 1915, anunciou-se o conteúdo do testamento de Bento Quirino dos Santos. Homem influente e envolvido em diversos setores da vida pública da cidade de Campinas, deixa entre outras doações, a considerável quantia de mil contos de réis, com o expresse fim de se construir uma determinada escola. A instituição deveria oferecer ensino profissional para meninos pobres, reafirmando o ideário republicano da educação — que acabava por continuar garantindo privilégios àqueles que detinham o poder.

Foi criada uma associação de modo a fazer cumprir o testamento e administrar o legado. As atas das reuniões da Associação Profissional Bento Quirino trazem registradas determinadas informações a respeito dos desafios e superações do período de 50 anos de permanência da instituição naquele mesmo espaço: de 1915 a 1965. As atas deixaram transparecer toda uma série de mudanças de ordem política e econômica, que produziam reflexos na escola ao longo do tempo.

Em 1927, ocorre uma segunda inauguração da escola, pois a responsabilidade de administrá-la passa ao governo do Estado, que tem interesse em controlar as escolas profissionais, diante dos primeiros sinais do processo de industrialização e da queda no setor cafeeiro. Ela passa a se chamar Escola Profissional Mista “Bento Quirino”. A oferta de profissionalização para as mulheres é outro fator de destaque, anunciando a ampliação das funções femininas em uma sociedade que se moderniza.

Raça fortalecida, povo forte, povo produtivo — eixos do governo Vargas e momento de grande desenvolvimento do “Bento Quirino”. As escolas profissionais também recebem atenção, pois são as que preparam o trabalhador, que precisa ser saudável, bem nutrido para melhor produzir. A criação do Dispensário de Puericultura em 1933 vem ao encontro das políticas de eugenia que predominam nas ações do governo.

Nas décadas de 50 e 60 começam a se acentuar as dificuldades financeiras e são necessárias reformas na escola profissional. Em 1965, o prédio da Rua Culto à Ciência e seus anexos são transferidos para o Estado. O então Ginásio Industrial é transferido para novas instalações em outro endereço e no ano de 1966, o espaço projetado e construído por Ramos de Azevedo é interditado, em função dos problemas estruturais que apresenta.

Kuenzer (2007) assinala que a dualidade histórica dos sistemas de ensino propedêutico e profissional é mantida pela reforma Capanema de 1942. Em seguida, as Leis Orgânicas do Ensino Profissional conseguiram atenuar um pouco essa dicotomia, permitindo que os egressos de escolas profissionalizantes tivessem acesso a cursos superiores, se fizessem provas de adaptação a respeito de disciplinas do propedêutico.

[O Ensino Profissional] era para sujar as mãos e o outro era para colarinho branco. A Constituição de 46 estabeleceu em um de seus itens, essa possibilidade do ensino prático-teórico, teórico-prático. Mas a Lei ficou 15 anos no Senado e só foi aprovada em 1961 — que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Foi aí que se instituiu o Ensino Industrial como elemento ao lado do ensino de Letras e Humanidades, que era a tradição brasileira. (PROF.OSMAR)

Kuenzer (2007) explica que o reconhecimento de outros saberes na formação de um jovem, manifestado pela LDB de 1961, foi resultado do intenso crescimento nos setores secundário e terciário do país. Por outro lado, continuam a existir os dois ramos de ensino e, na prática, o dualismo se mantém.

Depois de permanecer fechado por cerca de um ano e passar por reformas, aquele espaço no centro de Campinas é reaberto em 1967, para abrigar novamente uma escola para a formação de técnicos. O Colégio Técnico da Unicamp chega sob uma perspectiva bem diferente daquela do início do século: não é mais para meninos desfavorecidos e sim, para uma população de jovens que procura ensino de qualidade e tem na grande empresa uma possibilidade de trabalho, mas não a única.

Bento Quirino e Zeferino Vaz foram homens respeitados, determinados e perseverantes. Cada um em seu tempo, cada um com suas estratégias fez cumprir seus intentos e, de modos diferentes, destinou aquele edifício da Rua Culto à Ciência a formar profissionais de qualidade para Campinas.

O campo da História permite que cada um dos itens abordados neste trabalho mereça desdobramentos e aprofundamentos. Talvez seja esta a maior virtude de uma pesquisa: abrir novas possibilidades, convidar outros a participarem, a trazerem contribuições, a lançarem outros olhares, de modo que, como numa construção, cada tijolo vá representando um avanço. O fascinante é que tal construção é infinita, atravessando tempos diversos. Como ensina Marc Bloch, a “História é a ciência dos homens, no tempo. [...] esse tempo é por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança”.



## REFERÊNCIAS

ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889. Origens, Ideário e Contexto.** Dissertação de Mestrado. Campinas; UNICAMP, 2000 a.

\_\_\_\_\_. Propostas de educação popular em Campinas: as aulas noturnas. **Cad. CEDES** v.20, n. 51. Campinas, nov. 2000 b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622000000200005&lng=&nrm=iso&tlng=](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000200005&lng=&nrm=iso&tlng=)>. Acesso em: 09/01/2008.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1064). **Revista HISTEBR On-line**, Campinas, SP Nº. especial, p.102-123, ago. 2006. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.html>>. Acesso em: 10/01/2007.

AZANHA, José Mario Pires. **Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30. n. 2. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-7022004000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022004000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06/06/2007.

BAHIA, Maria Gisèle Marques. **Políticas para os ensinos médio e profissional: uma interlocução possível?** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Prefácio. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo: Inventário de fontes documentais.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2002 a.

BERTUCCI-MARTINS, Liane M. **Aprendendo com o passado. Campinas e a gripe de 1918.** Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/LIANE%20BERTUCCI-MARTINS.pdf>>. Acesso em: 18/3/2007

BLOCH, MARC. **Ofício de historiador (ou Apologia da História).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Unidade de Coordenação de Programas. Programa da Expansão da Educação Profissional. **Educação Profissional — Legislação Básica.** Brasília: MEC, 2001.

BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Volume 10. Campinas: Saraiva, 1960.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A escola profissional de São Carlos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 1998.

CARVALHO, Maria Aparecida V. de. **Avaliação da pesquisa na universidade brasileira**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG, 2003 a.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS). **Livro de Atas 1915 – 1973**. Centro de Memória. Campinas. ETE BENTO QUIRINO.

\_\_\_\_\_. **Dispensário de Puericultura. Coletânea de Notícias 1941 – 1946**. Centro de Memória. Campinas. ETE BENTO QUIRINO.

\_\_\_\_\_. **Revista de Ciências, Letras e Artes de Campinas. 18 de dezembro de 1938**. Centro de Memória. Campinas. ETE BENTO QUIRINO.

COIMBRA, Marcos; MEIRA; João F. Pereira de e STARLLING, Mônica B. de Lima. **Comer e Aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: MEC, 1982.

CORRÊA, Ana Maria Ferro. **A identidade institucional da escola técnica pública paulista como espaço organizacional e cultural**. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2006.

CUNHA, Luiz Antonio C. R. **Política educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, maio-agosto, n. 014 p. 89-107, 2000.

Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501406.pdf>>. Acesso em: 30/08/2007.

CREMA, M.C.S. **As características do ensino de 2º grau no Brasil ao longo de sua caminhada**. Cadernos do CED, s/l, v.4, n.9, 1987.

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino Médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

ESCOLANO, Agustín. **Arquitetura como Programa. Espaço-Escola e Currículo.** In: FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Agustín. Currículo, Espaço e Subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** São Paulo: Globo, 2001.

FERRETI, Celso J. **Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico.** Educação e Sociedade, Campinas, v.21, n.70, abril 2000.

FIORIN, Cristiane Montozo. **A ginástica em Campinas: suas formas de expressão da década de 20 à década de 70.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física. Campinas: UNICAMP, 2002.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1989.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. **Trilhos da Modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP. 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KELLER, Roberto Ranna. **A qualificação de quem nos veste: um estudo sobre a contribuição de indústrias e escolas para a formação profissional do setor da confecção do vestuário no Paraná.** Dissertação de Mestrado. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba. 2005. Disponível em:  
<[http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=17497](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=17497)>. Acesso em: 20/5/2007.

KOSSOY, Boris. A fotografia como fonte histórica. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia. 1980.

KUENZER, A. **A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural.** In: Trabalho e Educação, Campinas: Papyrus/Cedes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensino médio e profissional: as políticas no Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.** Educação e Sociedade, Campinas, v.21, n.70, abril 2000.

\_\_\_\_\_. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. In: Educação e Sociedade, vol.28, n. 100 — Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 15/01/2008.

LAPA, José Roberto Amaral. **A cidade: Os cantos e os antros – Campinas 1850-1900**. São Paulo: Edusp, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei e Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil. História e historiografia**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG, 2003.

MENEGHEL, Stela Maria. **Zeferino Vaz e a Unicamp uma trajetória e um modelo de universidade**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo: Inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002 a.

\_\_\_\_\_. **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002 b.

\_\_\_\_\_. Instrução “Popular” e Ensino Profissional: uma perspectiva histórica: In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.) **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2002 c.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **Educação técnica e tecnológica em questão. 25 anos do CEETEPS. Uma história vivida**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: CEETEPS, 1995.

MOURA, Denise A. Soares. **Cidade: os Cantos e os Antros**. Rev. Bras. Hist. Vol.18, n.35. São Paulo 1998, disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100020) (1 de 6).  
Acesso em: 19/6/2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as Primeiras Tentativas de Organização da Educação Nacional (1822-1889)**. [s/d].

Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html)>. Acesso em: 06/6/2007.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do *et al.* **Memórias da Educação: Campinas (1850-1960)**. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999.

NOVELLI, Giseli. **Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da “Escola Profissional Feminina” nas décadas de 1910, 1920 e 1930**. GT: Trabalho e Educação/nº.9 s/d. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t0910.pdf> . Acesso em 03/12/2007.

OLIVEIRA, Ramon de. **O Banco Mundial e a educação profissional**. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro. V.27, n.2, mai-ago.2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272c.htm>>. Acesso em: 06/06/2007.

PAULILO, André Luiz; BAEZA, Tereza M. Meza. **Educação e elites no pensamento de Fernando de Azevedo ou as armadilhas da modernidade brasileira**. Revista de Pedagogia, ano 2, número 5, 2003. Especial sobre Fernando de Azevedo. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/revistadepedagogia/numeros/05/artigos/Revista%20de%20Pedagogia%20-%20numero%2005%20artigo%2003.pdf> >. Acesso em: 10/01/2008.

PIPITONE, Maria Angélica Penatti. **Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. UNICAMP: Campinas, 1997.

PELEGRINI, Thiago; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **A educação nos anos de chumbo: a Política Educacional ambicionada pela “Utopia Autoritária” (1964 – 1975) (Parte 2)**, 28/12/2006. Disponível em: <<http://www.historiaeistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=45>>. Acesso em: 02/8/2007.

RAGO, Margareth. O Historiador e o Tempo. In: DE ROSSI, V.L.S. e ZAMBONI, E. (org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas, Alínea, 2003.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1869**. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

ROCHA, Heloísa H. Pimenta. **A higienização dos costumes: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROCHA, Leila Alves. **Caridade e Poder: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871 – 1889)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROPÉ, F. e TANGUY, L. (org.). **Saberes e Competências**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, História e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SEMEGHINI, Ulysses C. **Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Campinas, UNICAMP, 1988

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**.

**GT:** Política de Educação Superior /n.11. ANPED. 2003

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>> Acesso em: 13 /01/2008.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Rosa de Fátima. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. **Merenda Escolar: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: USP, 1997.

TOMMASI, Livia De. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADAD, Sérgio (orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADAD, Sérgio (orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Jornal da Unicamp FCM — embrionários tempos heróicos**, p. 4, 1987. Disponível em:

<<http://www.fcm.unicamp.br/40anos/fotos/1962%20recorte.jpg>>. Acesso em: 12/2/2007.

\_\_\_\_\_. **Processo 3176/70:** Documentação prevista na Resolução 16/64 do CEE para instalação do Colégio Técnico de Campinas. Campinas, 1969. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo. **O programa de merenda escolar: subsídios para o planejamento do programa em Campinas.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia de Alimentos. UNICAMP. Campinas, 1997.

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTI, Maria Auxiliadora (orgs.). **A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX).** São Paulo: Annablume, 2003.

WARDE, Mirian Jorge. **Educação e estrutura social: a profissionalização em questão.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

WERLE, Flávia O.Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, História e historiografia da educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861).** São Paulo: EDUSP, 1975.



## ANEXO 1

### *Transcrição da Entrevista concedida pelo PROFESSOR ARMANDO JOSÉ GERALDO*

*Professor do Departamento de Eletrotécnica do Colégio Técnico da Unicamp (COTUCA)*

*Diretor do Cotuca 2003 - 2006*

*Ex-aluno do curso de Eletrotécnica - Turma de 1976*

*EU: Hoje é dia 02 de outubro de 2007, terça-feira, 20h30 e eu estou na sala da Diretoria do Colégio Técnico da Unicamp, em companhia do Professor ARMANDO JOSÉ GERALDO, que foi Diretor recentemente e que gentilmente, se propôs a me dar algumas informações a respeito da história da escola, uma vez que também é ex-aluno.*

*Vou pedir que ele conte sobre seu ingresso; se passou por exame de seleção e se este exame foi difícil; em que condições ele encontrou a escola – que era nova e ao mesmo tempo velha; que lembranças ele tem desse tempo; em que ano entrou e como foi tudo isso.*

*ARM: Eu entrei em 1974 e passei por um exame de seleção. O exame era feito no Taquaral — no Ginásio de Esportes. Sentava todo mundo, ganhava uma prancheta e um cartão daqueles de computador. Perfurava a resposta. Era teste e se perfurava a resposta.*

*Eu entrei e já escolhi uma profissão: Eletrotécnica — técnico em Eletrotécnica. Eu já gostava de mexer com isso em casa, desde moleque. Ingressei, fiz o curso aqui e gostei muito. Prossegui e me tornei Engenheiro Elétrico.*

*A Escola naquela época, como tudo na vida, Lúcia... a gente sempre fala em romantismo. A gente volta a um passado de filé mignon aqui. E o cara fala assim: futebol, por exemplo. “Ah! Aquela época de 70, na seleção de 70, era um futebol romântico, um futebol cadenciado, bonito – não tinha essa violência.” Em Educação, a mesma coisa: eu peguei uma época romântica do COTUCA.*

*Eu sempre estudei em escola do Estado, a vida inteira — porque naquela época, estudar na escola do Estado era sinônimo de conhecimento, de qualidade. Então, apesar de meus pais terem condições de pagar escola particular, punham no Estado, porque era melhor.*

*Eu entrei no COTUCA e era uma escola jovem. A tecnologia ainda não estava como é hoje — nesse ritmo alucinante: o que se aprende hoje, não vale no mês que vem. Eu me lembro dos laboratórios todos. Era uma coisa assim... Para a época, era moderno, mas algo bem mais simples. Os próprios professores nem tinham a formação que se tem hoje no quadro docente — eram técnicos.*

*Era gostoso! Aprendi muito e me serviu para o resto da vida. Eu tive até muita facilidade da universidade, por causa do que aprendi aqui. E também na minha vida profissional: eu comecei a*

trabalhar no 3º ano de faculdade [Politécnica – USP], por conta do COTUCA. Eu já fui trabalhar, pois eu morava em São Paulo e já fui trabalhar.

**EU:** Quando você entrou aqui, como eram as condições físicas da Escola? Porque a entrega do prédio para o Estado e a saída do “Bento Quirino” daqui, estavam relacionadas a problemas de más condições de conservação: fiação, vazamentos, infiltrações etc. E houve um processo árduo, desde solicitar que o Estado fizesse os reparos, até oferecer condições para que a Escola continuasse existindo.

Então, a princípio, isso me causou certa estranheza: Como é que o “Bento Quirino” precisa sair, porque no prédio havia problemas estruturais e uma escola do porte do COTUCA, com o apoio de uma universidade nova, como a Unicamp, vem se instalar onde as condições eram ruins — comprovadamente ruins — porque foram emitidos laudos e declarações atestando o fato. Por isso, eu pergunto: Quando você chegou aqui, pegou a Escola bonita, com reparos, com boas carteiras, boas lousas, ou não?

**ARM:** Olha, eu cheguei em 74... Então o Colégio tinha começado em 67. A aula inaugural foi em 11 de Abril de 1967 e já estava com 7 anos de funcionamento. Eu peguei o Colégio muito grande, com aquelas carteiras do tempo antigo, largas, dispostas em fileiras certinhas e as salas eram arejadas — iguais às que tem hoje. Só que na modernidade, aconteceu um fenômeno: o COTUCA inchou e não podia ter inchado neste prédio.

Então, hoje você vê divisórias para todo lado. É que onde cabiam 40 alunos, foram colocadas divisórias e fizeram duas salas, para caber 40 alunos também. Quando eu cheguei para dar aula aqui, em 87, para você ter uma idéia, nossa... Se olhar a sala hoje, onde estão 40 alunos – você diz: “Não dá!”

Houve uma desorganização no crescimento da Escola. Num dado momento, houve uma desorganização e a Escola não comporta.

Agora, voltando à sua pergunta original, quando eu cheguei aqui em 74, a escola estava maravilhosa. Eu não presenciei no meu tempo de estudante, nenhum problema hidráulico ou elétrico. Alguma coisa, do tipo: “está pegando fogo” ou “não tem água”. Não! Nunca presenciei isso. Os laboratórios eram amplos, tudo amplo. E aí houve o fenômeno do crescimento.

**EU:** E você tem idéia de quando o fenômeno começou a acontecer? Porque se você saiu em 76, não é isso... e voltou em 87 — 10 anos depois — esse período já foi suficiente para que esse inchaço fizesse peso?

**ARM:** Não! Quando eu voltei para dar aula, tinha muito pouco curso novo em relação à minha época. O inchaço se deu na década de 90.

**EU:** Este inchaço coincidiu com a LDB de 96, com aquela modificação na estrutura dos cursos técnicos?

**ARM:** Eu acho que houve um “aproveitamento” da LDB. Usaram a LDB para inchar a escola.

**EU:** Mas a escola sempre teve processo seletivo, não é?

**ARM:** Sim.

**EU:** Desde o início até hoje?

**ARM:** Sim, sempre teve.

**EU:** E do que mais você se lembra dessa época? E esses seus professores que eram técnicos? Vocês tinham um Núcleo Comum, aulas de Português etc.?

**ARM:** A mesma estrutura que tem hoje, tinha quando eu fui aluno. Até quando eu voltei em 87, eu peguei todos aqueles que tinham sido meus professores, como colegas de trabalho. Eles já estavam em processo de “quase aposentadoria” e eu estava começando minha carreira. Eu fui colega de quase todos os meus professores — com exceção apenas daqueles que já haviam saído da Escola. Eu os reencontrei na posição de colegas.

**EU:** E seu curso era em período integral?

**ARM:** Período integral, mesma coisa de hoje.

**EU:** Certo, mesmo esquema de hoje.

**ARM:** Surgiram alguns cursos novos na época. Bem poucos cursos novos. Quando eu voltei, o inchaço ainda não tinha acontecido. Isso ocorreu depois. Daí.... Nossa Senhora!

**EU:** Quando você começou a acompanhar a Escola como professor — neste período de 87 a 90 — você percebeu muita diferença na qualidade dos alunos que freqüentavam os cursos? Falo isso, em função das políticas públicas para escolas técnicas.

**ARM:** Eu acho que a qualidade aumentou.

**EU:** Aumentou? Você acha que o processo seletivo é mais duro?

**ARM:** A cada dia, procuramos melhorar mais o processo seletivo. Já na minha época como Diretor, há 4 ou 5 anos atrás, adotamos uma prova temática e não aquela prova de “decorar”. É uma prova que envolve raciocínio, para tentar fazer maior inclusão da escola pública. Só que também na modernidade tudo é mais veloz e você não tem como evitar isso. Eu acho que a cada ano que passa, o aluno está cada vez melhor. Eu não sei onde isso vai parar, em todo caso...

**EU:** Voltando um pouquinho à sua época: tem mais alguma coisa de que você se lembre e que marcou bastante, fora essa questão da qualidade que o curso lhe ofereceu? Pois você fez o curso com muito gosto, com muita boa vontade. Estava realmente envolvido nisso. Mas há algo que tenha marcado mais? Ou, com relação à turma, o número de alunos por classe, por exemplo.

**ARM:** Era uma turma para cada especialidade, como a estrutura que se tem hoje. Tem um dado que acho importante. Para você ter uma idéia: nós entramos em 74, com 40 alunos em minha turma. Nós saímos no final do curso, em 39. Apenas um reprovou no 1º ano e ficou para trás, aliás, foi no 2º ano.

Hoje não. Hoje reprova, volta... Até pela própria legislação, hoje isso acontece. Naquela época, se você reprovasse em Matemática, tinha de fazer tudo de novo. Não tinha perdão! Hoje, com esse

*modelo da universidade — da dependência — o que acontece? Eu acho que eles não têm maturidade para a dependência. Agora, com esse negócio de pegar DP e não precisar fazer tudo de novo, acham que é fazer só isso ou só aquilo, mas começam a atrasar e vai acumulando...*

*Eles não sabem ainda exatamente o que é uma dependência. Eles pensam: “Ah! Se eu reprovar em Matemática, é só Matemática!”. Mas não pode ir adiante, porque não tem os pré-requisitos. Não é que sou contra o sistema; eu acho que precisa fazer outro trabalho em cima da maturidade do aluno. Pois, se você conversa com o aluno de 14 – 15 anos, percebe que a grande maioria nem sabe o que quer da vida.*

**EU:** *Quem era o Diretor na sua época? Pegou mais de um?*

**ARM:** *Eu peguei um só. Acho que era Mário Junqueira? Mário Junqueira... O sobrenome é que não tenho certeza. Era o Professor Mário — do início ao fim. Uma pessoa boníssima, nossa! Um paizão! Ele era aquele “paizão”. E ele conseguia, naquele estilo, controlar a Escola numa boa, sem problema algum. Não sei se hoje, isso seria possível.*

**EU:** *Em sua época, o Diretor era nomeado pelo Reitor?*

**ARM:** *Sim, isso foi até 198... 6? Em 1990, foi nossa primeira eleição. Até então, todos eram nomeados diretamente pelo Reitor. Bem, até hoje é nomeado, mas não tinha a consulta à comunidade. Era nomeado assim: “Eu quero este! Pronto.” De 90 para cá, a cada 4 anos tem aquela história da Lista Tríplice, que é encaminhada ao Reitor. Mas o que tem acontecido é que ele nomeia o primeiro da lista enviada, que a comunidade indicou. É semelhante à votação para Reitoria.*

**EU:** *Uma coisa que me chamou atenção, na hora em que fui ler os documentos, foi a declaração textual, explícita de que a instalação do COTUCA aqui, seria um caráter provisório. Como faz 40 anos que é provisório, eu pergunto: a que você atribui essa resistência, esse jogo político, que dificulta a saída da Escola deste local? A outra coisa que me intriga é: como este prédio foi construído a partir de um legado em testamento e que definia as funções dele, que futuro teria, uma vez que é tombado pelo CONDEPHAT<sup>62</sup>?*

*Portanto, há duas questões: uma envolve esse deslocamento para o campus da Unicamp, em vista do inchaço que se tornou complicado. A outra é que perspectivas existem para esta construção, que é patrimônio histórico?*

**ARM:** *Começando pela parte que você mesma falou sobre os 40 anos, em que a presença da Escola é provisória aqui. Pois então, vou contar uma historinha:*

*Todo ano, desde minha época de estudante até hoje, no início do ano, a Direção reúne os pais dos ingressantes, para apresentar a Escola. Em 1974, quando eu entrei, meu pai veio à reunião à noite e*

---

<sup>62</sup> CONDEPHAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico.

voltou para casa dizendo que eu não iria estudar aqui. Eu perguntei o motivo e ele disse: “O COTUCA vai sair dali e irá para a Unicamp.”

*Eu morava aqui, na José Paulino, quase ao lado da Escola. Na época, ir para a Unicamp era uma viagem! Você precisava se programar, levar comida: era mesmo uma viagem. Tinha quase que parar para almoçar no meio do caminho.*

*Pois então, estamos em 2007 e o COTUCA está no mesmo lugar. E por que o COTUCA não foi? Obviamente, questões políticas e orçamentárias. Só se constrói prédio, se há dinheiro. Mas, falar que não tem dinheiro de um ano para outro, poderia até ser... Mas se em 40 anos, você não conseguir construir um prédio — ou é má administração ou não há vontade política para fazer isso.*

*Falando sobre a outra questão: se o COTUCA sai daqui, o que acontece com este prédio? Isso vai depender da administração superior, mas se você perguntar minha opinião sobre o que pode ser aqui, acho que cabem perfeitamente duas coisas: uma seria um museu — um Museu da Unicamp — que contasse a história da universidade.*

*E uma vez que não seria preciso usar todo este espaço físico para um museu, poderia separar uma parte, e que seria de grande valia, para o que hoje, na universidade, se chama de Cursos de Extensão. Por quê? Pela região em que a escola se encontra. Os Cursos de Extensão geralmente são ministrados à noite. O pessoal que trabalha na indústria e quer fazer uma especialização, se aprimorar, se aperfeiçoar. Então é muito mais cômodo vir aqui no centro — onde tem mais facilidade de transporte — do que ir à Unicamp e sair de lá 11 horas da noite.*

*Esta é uma visão muito pessoal. Não quer dizer que isso vá acontecer. Mas acho que cabem neste prédio, essas duas coisas: um museu para se manter viva a história da Unicamp e, paralelo a isso, se atende a comunidade e oferece Extensão aqui.*

**EU:** *A Reitoria da Unicamp, na época do Professor Zeferino Vaz, funcionou aqui até quando? Quando você veio para cá, ainda estava aqui?*

**ARM:** *Foi por pouco tempo. Não, era só o Colégio Técnico e tinha aquele setor de Estudos de Problemas Brasileiros [EPB], o responsável era o Professor Osmar Salles de Figueiredo e a sala dele era essa aqui.*

**EU:** *Isso vem daquelas determinações dos anos 70, em que era obrigatória a disciplina de EPB.*

**ARM:** *Isso mesmo. Ele saiu da direção, entrou o Mário e ele ficou com esta sala. A do Professor Mário era a da frente.*

**EU:** *E sobre aquela história do César Lattes trabalhar aqui, pois não existiam os laboratórios de Física no campus ainda? Continuou aqui, quando você ingressou?*

**ARM:** *Não, já não estava mais. Já não havia mais nada da Unicamp aqui, quando cheguei em 74.*

*EU: Ah sim, então entre 1967 e 1974, já houve uma acomodação da Escola. Embora eu não vá falar da Enfermagem, porque é uma outra seara que eu teria de abrir, pergunto: o curso de Enfermagem começou a funcionar aqui, em 1971, é isso? E os estágios eram realizados na Maternidade de Campinas?*

*ARM: O esquema era semelhante ao de hoje: atualmente, fazem o curso aqui e estágio no HC. Naquela época, não me lembro bem: creio que os estágios eram na Maternidade e depois, na Santa Casa. As aulas teóricas eram aqui mesmo. Só havia 5 cursos naquele período.*

*EU: Quando você veio para cá.... Explicando melhor: no testamento de Bento Quirino, há uma solicitação textual para que, quando o prédio fosse construído, existissem três salas especiais: uma com o nome de Antônio Carlos da Silva Telles, outra de Domingos Netto e outra de José Paulino Nogueira, que eram os grandes amigos e companheiros de vida dele. Estas salas existem ou existiram?*

*ARM: Nunca ouvi falar sobre elas. Nunca houve salas com nome tal ou tal...*

*EU: E quando estava na condição de aluno, você chegou a ver aqueles quadros antigos, com fotos, medalhões, homenageando personalidades?*

*ARM: Não. Não havia nada parecido.*

*EU: É possível, quem sabe, que isso tenha sido levado para o Bento Quirino, embora eu não tenha visto nada disso, quando estive lá. A escola tem uma construção mais moderna e não comporta esse tipo de quadro. Existe até uma reunião registrada em Ata (no Livro de Atas de 1915 a 1973), em que se comenta sobre roubo de medalhões de bronze.*

*ARM: De fato, eu não vi nada disso.*

*EU: Hoje, quantas salas existem aqui, naquele esquema de duplicata?*

*ARM: São 23.*

*EU: E quando você estudou? Lembra-se do número de salas?*

*ARM: Ah... Não lembro! Acho que mais ou menos, metade disso.*

*EU: E você se lembra de conversas entre seus colegas, do tipo: “meu avô estudou aqui”; “meu pai trabalhou aqui” ou “meu pai fez o Curso de Ferroviário aqui”; “minha avó fez curso de Bordado nessa escola”...*

*ARM: Não, nunca houve esses comentários. O único que me lembro é Carlos Domeni. Coincidentemente, ele é pai de um colega de turma meu e pai de um dos meus melhores amigos hoje. E eu fiz muita amizade com a família. Veio uma vez aqui, quando eu era Diretor ainda e o convidei para um café. E ele começou a falar; “Ah! Aqui era uma escola industrial...” Eu nem sabia que ele tinha passado por aqui. Foi a única pessoa que fez alguma referência ao passado.*

*EU: E ele é vivo?*

*ARM: Ah sim. E como!*

*EU: Você tem noção da idade dele? Regula com Dr. Osmar?*

**ARM:** Não, ele é bem mais novo. É muito ativo. Parece que foi Vice-diretor de uma escola em que Dr. Osmar era Diretor. Em Casa Branca, se não me engano.

**EU:** Mas a relação dele aqui, não foi com o Ginásio? Será que ele foi aluno do “Bento Quirino”?

**ARM:** Isso eu posso saber para você e depois eu digo.



## ANEXO 2

### *Transcrição da Entrevista concedida pelo PROFESSOR OSMAR SALLES DE FIGUEIREDO*

*2º DIRETOR do Colégio Técnico da Unicamp (COTUCA)*

*1970 – 1974*

*EU: Hoje é quinta-feira, dia 11 de outubro de 2007 e eu estou na residência do Professor OSMAR SALLES DE FIGUEIREDO, que me concedeu a honra desta entrevista a respeito dos primórdios do COTUCA e toda a história que ele ajudou a construir naquele lugar. Solicitei que ele falasse livremente sobre essa trajetória.*

*OSM: Em primeiro lugar, eu quero agradecer a oportunidade que você me dá de recebê-la em minha casa e de contar um pouco da história do Cotuca. Eu me sinto muito ligado, tanto afetiva quanto administrativamente, ao Colégio Técnico da Unicamp, que veio muito antes da criação da Universidade.*

*Houve um tempo em que eu fui assistente do Secretário da Educação, no tempo do governador Carvalho Pinto e àquela época houve as primeiras mobilizações para a construção, a montagem da lei criando a Universidade Estadual de Campinas.*

*Naquela época, havia uma campanha muito grande para o Colégio Técnico não ser construído na Universidade. Havia então aquele mal-estar — os universitários não se sentiam bem e depois eu tenho fatos a contar também a esse respeito.*

*Mas naquela época, com funções apenas burocráticas, como assistente do Secretário, que era o Professor Sólon Borges dos Reis, que me liga por admiração, amizade... meu amigo íntimo, casado com minha meia-irmã, morreu há pouco tempo... pergunta minha opinião sobre o Colégio Técnico.*

*Então, eu já tinha 30 anos de Ensino Profissional e falei: “Professor, o Colégio técnico estará muito bem, colocado dentro da Universidade”. Esta foi minha primeira intervenção favorável ao Colégio dentro da Universidade. Mas jamais eu havia pensado que um dia, eu poderia ser o Diretor da escola. E aconteceu da seguinte maneira:*

*Os quatro primeiros diretores da Cotuca passaram — como costume dizer de forma carinhosa — pelas minhas mãos.*

*Quanto a este fato que você relacionou de que o prédio estava interditado e ia ser demolido, era essa a campanha que se fazia. O Bento Quirino... eu já trabalhei no Bento Quirino, como delegado do Ensino Profissional. Trabalhei por alguns meses, depois que deixei o trabalho na Secretaria. Depois assumi as funções de Diretor do antigo COTICAP, hoje ETECAP, onde também participei como*

*representante do governo do Estado, da Secretaria da Educação, para construir o colégio<sup>63</sup>. De modo que eu participei da comissão que elaborou o projeto, da comissão que construiu o colégio e depois, fui Conselheiro durante vários anos do COTICAP. Isto, quando me aposentei como Diretor da Escola Industrial de Jundiaí.*

*Aí então no Conselho, havíamos escolhido o Diretor para o COTICAP — uma excelente pessoa, mas sem o menor conhecimento do negócio. De modo que bastou ele começar o trabalho e todos foram unânimes em dizer: “Escolhemos errado”. Ele mesmo disse: “eu vou me retirar, porque não estou me sentindo bem”. Pouco tempo ele ficou.*

*Eu já era aposentado e me disseram: “Você vai assumir a Direção”. Eu sou Químico Industrial, pela Universidade Mackenzie. Veja que todo estudo tem um benefício. Isso foi em 65. Assumi então, o mandato de quatro anos. Fui o primeiro diretor que, realmente administrou; organizei administrativamente, contratei os primeiros funcionários, organizei os primeiros alunos; dei estrutura pedagógica e administrativa ao colégio.*

*Já no final do meu período de quatro anos – e eu não tinha o menor interesse em continuar — eu já estava aposentado e queria viver vida de aposentado. (Risos).*

*Naquele período, eu convidei o Professor Zeferino Vaz para dar a aula inaugural. Era o ano de 69. Ele foi lá e ficou encantado com a escola. Falou: “mas esta escola está um primor” e fez elogios rasgados... E de fato estava. Até hoje, ela é uma escola nova.*

*E para minha surpresa, como eu já havia sido Delegado do Ensino Profissional, já tinha trabalhado no Bento Quirino — me convidou, junto com o Álvaro França de Barros, meu amigo pessoal, Orientador Educacional, meu grande amigo — para visitar a escola que estava condenada.*

*Então, os três estivemos lá. Visitamos demoradamente o Colégio e ao final, eu falei ao Professor Zeferino: “Professor, entre ficar aqui ou ir para o prédio novo do Bento Quirino – que ajudei a construir como assistente do Secretário da Educação e era lá embaixo — eu ficaria aqui,, porque este prédio não vai cair”. Eu sei, porque foi Ramos de Azevedo que construiu; e quem fez pressão para inclinar, foi um ex-diretor daqui, que mandou tirar uma parede lá no fundo, na cozinha e isso desequilibrou o prédio. De modo que é só reforçar e ele não vai cair. Portanto, em minha opinião, o Colégio deve vir para cá. Como também a Reitoria foi para lá.*

*Feito aquilo, ele falou: “Osmar, e o Diretor?” Eu falei: “o senhor está conversando com ele.” Era o Álvaro França. “Ele está substituindo a Direção lá; o senhor o nomeie Diretor”. E foi feito assim: Álvaro França foi nomeado Diretor.*

---

<sup>63</sup>A fundação do COTICAP (atual ETECAP) ocorreu em 24 de junho de 1964.  
Fonte: <http://www.etcap.hpg.com.br/hist.htm> Acesso em 04/11/2007.

*Bom, o tempo tem surpresas, não é? Em 1970, terminei meus quatro anos lá na ETECAP e por desentendimentos ideológicos, pedagógicos, decidi não continuar e não continuei.*

*Aí, Professor Zeferino me convidou para ser assessor dele. Isso era 10 de janeiro de 1970 — 10 de Janeiro, dia do meu casamento... E eu fui ser o assessor. Ele me deu várias atividades; eu fui ao Rio de Janeiro para fazer o Departamento de Problemas Brasileiros. Como sou formado em Educação Física, ele pediu para eu organizar o Departamento de Educação Física. Então eu estava tomando as providências de assessor.*

*Um dia, ele me chamou, eu entrei na sala dele e ele disse: “Você vai assumir a Direção do COTUCA”. Eu disse: “Professor, eu já fui Diretor de seis colégios...” Ele falou: “Você quer discutir ou quer tomar posse?” (risos). Eu falei: “Eu quero tomar posse”. Professor Zeferino: “Se você quiser discutir, nós vamos discutir, mas eu estou chamando você para tomar posse”.*

*Quer dizer: eu fui sem saber de nada; não pleiteei nada; não fiz nada para ser Diretor. Ele me impôs a Direção da escola. Disse: “Olha, você vai com carta branca, você nomeia quem você quiser”. Porque não tinha nada: era um colégio que tinha um grupo de cinco ou seis alunos, mas não tinha professor, nem administração, nem sala, nem secretaria – não tinha nada! Era uma comissão dirigida pela Ofelina Ribeiro, que era Doutora em Educação. A Unicamp é que queria tomar conta. Tinha uma comissão que tomava conta e o Diretor era pró-forma... e era o Álvaro, meu grande amigo.*

*Mas houve naquele ínterim, naquele tempo, no começo de 70, um general que era Diretor da Faculdade de Engenharia — houve por bem ser Reitor e começou a manobrar coisas para ser Reitor. E o Álvaro França, talvez por ser contíguo, sala ao lado dele, ou foi sem saber — provavelmente não teria interesse nenhum nisso...foi entrar na recepção. O Professor Zeferino me telefonou e disse: “Osmar, está havendo aí um movimento de me tirar da Reitoria”. Na verdade, ele tomou pé da situação e demitiu o Diretor da Faculdade e o Diretor do Colégio, que não era um diretor de fato: era uma comissão que dirigia.*

*Aí um dia ele me chamou lá e disse: “Eu já demiti o Diretor da Engenharia e nomeei o Teodoro de Almeida Camargo” — que é meu grande amigo. Todo dia, ele chegava com dor de cabeça lá na Universidade (Risos); uma pessoa de alta competência. “Eu já nomeei o Teodoro e você vai assumir o cargo no Colégio Técnico”.*

**EU:** *Então, esse general que quis ser Reitor e tomar o espaço do Professor Zeferino Vaz, não conseguiu o intento dele...*

**PROF.OSMAR:** *Não, não conseguiu.*

**EU:** *Quem era esse General? Era nos anos 70, época do regime militar.*

**PROF.OSMAR:** *Olha, eu não estou me lembrando. Mas isso não é importante. O fato é mais importante.*

***EU:** Sem dúvida.*

***PROF.OSMAR:** Aí a comissão me procurou e disse que ela não teria mais razão de existir. Até porque eu não queria agir sob ordem de comissão. Eu queria agir com liberdade, como havia feito no COTICAP e em outras escolas.*

*Então, terminaram a comissão e eu continuei durante quatro anos e convidei o Delegado do Ensino Profissional aqui em Campinas, que havia se aposentado – Mário Junqueira da Silva — para ser o meu Vice-Diretor.*

*Naquele ano mesmo e no ano seguinte, os universitários mantinham aquele Projeto Rondon e o campus avançado da Unicamp era em Cruzeiro do Sul. Então, novamente o Professor Zeferino falou: “Eu gostaria que você visitasse o campus avançado, para sua opinião de como vai indo o campus lá”. Eu fui e fiz uma viagem como eu gosto de fazer, visitando os Estados todos aqui. Fui até Manaus e peguei um avião até Cruzeiro do Sul.*

*O Diretor lá, era Luís Antônio, um médico, que estava lá dirigindo o campus avançado. E fiquei lá por um tempo maior, porque a chuva não permitia sair de lá. Então, tive de ficar mais tempo.*

*Encontrei lá um rapaz que era um dos auxiliares da Direção — Orientador Educacional — com muita experiência; jovem, ativo, que se chamava Roberto Sundfeld. Morava em Pirassununga. Quando eu me despedi, falei: “Eu estou precisando de um Orientador Educacional. Se você me fizer uma visita ao Colégio Técnico, a gente pode talvez acertar...” Passado um mês ou dois, ele me visitou e eu estava precisando mesmo de orientador. Nomeei o Roberto.*

*Em 74, fui ao Professor Zeferino novamente e disse: “Professor, o Colégio está com 1.600 alunos; eu dou aula para todos os alunos de Problemas Brasileiros, para a Universidade inteira. Organizei a Educação Física da Universidade inteira. O senhor não está achando que as tarefas são muitas para um só?”. Ele respondeu: “Então, com que você quer ficar?” Eu disse: “Quero ficar com Problemas Brasileiros”. Ele confiava em mim, para minha alegria e falou: “E o Diretor da Escola?” Respondi: “Para Diretor da Escola, eu indicaria o Mário Junqueira da Silva e para Vice-Diretor, o Roberto Sundfeld”. Ele anotou e perguntou: “E para Educação Física?” “Para Educação Física, eu vou indicar uma pessoa que é muito seu amigo e que arranjou meu primeiro emprego como professor.” ...E o nome dele me foge agora...*

*E ele o nomeou para ser Diretor do Departamento de Educação Física, que foi a semente da Faculdade de Educação Física. Eu fiquei como Diretor do Departamento de Problemas Brasileiros.*

***EU:** Estou impressionada.... De 70 para 74... Chegando a 74 com 1.600 alunos, nesse período que começou com 25-30 alunos. E que cursos eles faziam? Quais eram oferecidos?’*

**PROF.OSMAR:** *Eram cursos de Mecânica e Eletricidade só. Eu iniciei o curso de Enfermagem, que foi o primeiro do Brasil; o curso técnico de Tecnologia de Alimentos também foi o primeiro do Brasil. Éramos paradigmas dos cursos técnicos do Brasil inteiro...do Brasil inteiro!*

*Fiz o curso de Processamento de Dados, como era naquele tempo. Hoje é Informática e Computação. Também foi o primeiro curso de Processamento de Dados do Brasil! Então, veja que dei início... e depois eu ainda fiz a indicação de outros cursos que não foram realizados, como Tecnologia de Vidros. Mas esses três cursos foram pioneiros e paradigmas, principalmente o de Tecnologia de Alimentos que foi único e o primeiro do Brasil. E o de Enfermagem também!*

*Houve um crescimento muito grande, com cursos noturnos e tudo; e o Colégio ganhou um status muito grande. Mas eu estava já com outra idade, outros problemas, outros sonhos.*

*Então eu fiquei como Diretor e nomeei o corpo docente. Eu tive a alegria de nomear o Vice-Governador do Estado para meu professor e que era Reitor da PUC, José Benedito Barreto Fonseca — que também me nomeou Professor Titular de Problemas Brasileiros da PUC, onde eu fiquei muitos anos.*

*Então, eu coloquei um grupo de professores de altíssimo nível, para que não se pudesse falar daquele tempo. A revolução era muito mal vista e era para mostrar que nós não tínhamos qualquer conotação militarista. Que éramos professores, simplesmente. E aquilo pegou muito bem, durante muitos anos: a equipe funcionou, até que uma lei veio a terminar com a disciplina. Mas aí eu já estava aposentado de fato.*

**EU:** *Com o final do regime militar é que terminou a disciplina de Problemas Brasileiros?*

**OSM:** *Em 69 é que foi a lei que criou Educação Física, Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica no Ensino Médio.*

*Acabei recebendo a Cruz de Ouro em Educação Moral e Cívica, numa reunião em Brasília. Apenas dois paulistas receberam essa lauda: Ester de Figueiredo Ferraz, que era Ministra da Educação e eu. Ela é minha prima. Nós dois recebemos a medalha de ouro da Educação Moral e Cívica.*

**EU:** *A Professora Ester é sua prima?*

**OSM:** *Isso mesmo, mina prima. Os Figueiredo Ferraz são todos de Mocóca. Então a Ester, o José Carlos — que foi Prefeito de São Paulo, a outra irmã dela, uma assumidade, uma inteligência. Todos de uma inteligência fora de série. A Ester foi Ministra da Educação, foi Reitora do Mackenzie, foi Secretária da Educação: teve um currículo maravilhoso!*

*E naquela época fui laureado e tenho aqui minha medalhinha de ouro.*

*E então, naquela época... Eu gostaria de retroagir um pouco mais, para que você siga o seu trabalho. Eu entrei no Ensino Profissional em 1937. Eu me formei Professor Normalista, que é meu título que mais aprecio — pela Escola Normal Rio Branco, em São Paulo. Os primeiros estudos eu fiz em Casa Branca, até o penúltimo ano. Depois, me mudei para São Paulo e fiz, simultaneamente, o curso de*

*Educação Física e Esportes, na Universidade de São Paulo e a Escola Normal. Depois, em 41, eu me formei em Química Industrial e comecei Jornalismo Profissional, com Assis Chateaubriand.*

**EU:** *E o senhor é natural de Casa Branca?*

**OSM:** *Fui criado lá. Eu sou de Cajuru. Mas quando eu entrei no ensino primário, no ano de 1926, logo no mês de abril — três meses depois — eu recebi meu Certificado de Conclusão de Leitura. A professora me entregou um cartãozinho de Honra ao Mérito, com 38 notas ótimas. Ela me deu o cartãozinho pequenininho, me abraçou e falou: “Meu menino de ouro”. E aí eu nunca quis ser menos do que isso em toda a minha vida, sabe? Aquilo marcou muito a minha vida. Isolina Faria de Sousa: os filhos dela foram meus amigos depois. Um foi Delegado do Ensino Industrial aqui em Campinas.*

*Mas veja outra coisa, Lúcia: são coisas que gosto de contar, são fatos que acontecem: já falei que fui para São Paulo, trabalhei nos Diários Associados e em 46, houve uma nova Constituição Federal. Num dos itens da Constituição Federal de 46, como outras repetiram, falava da EJA<sup>64</sup> e da erradicação do analfabetismo no Brasil. Então, Assis Chateaubriand me chamou e falou: “Você vai fazer uma série de reportagens sobre o analfabetismo no Brasil”. E eu fiz as reportagens: com Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que era Arcebispo de São Paulo; com o Secretário da Educação. Telefonamos, ele marcou a entrevista e eu fui. Quando terminou, eu falei: “Professor, o senhor é autor do livro Saudade?” Sim, disse ele. E eu: “Pois eu aprendi a ler no seu livro e hoje eu estou entrevistando o senhor aqui, como jornalista profissional”. Ele desceu da mesa, me abraçou e falou: “Meu amigo!”*

*Fui alfabetizado no livro dele no livro dele, chamado Saudade — mais conhecido no interior do Estado, pois naquela época não havia cartilha, era livro de leitura. E, muitos anos depois, continuei a amizade com Flávio Castanho de Andrade.*

*Mas eu separei um material para você, se pudermos interromper um pouco.*

**OSM:** *Eu trouxe aqui a você uma revista. Em 1961, quando o Professor Sólon assumiu a Secretaria da Educação, ele me convidou para ser Diretor do Departamento de Ensino Profissional. Foi uma consequência lógica de nossa amizade e do meu conhecimento. Mas eu falei: “Sólon, eu não posso aceitar por uma razão: eu vou fazer uma viagem agora, aos Estados Unidos com um grupo, estudar o ensino Industrial e vou ficar quase 4 meses lá.” E era período pré-eleitoral. Tanto é que não votei neste ano, porque estava lá. Estava programada uma visita, para conhecer o Ensino Industrial. Éramos oito, entre arquitetos, professores, técnicos. “O senhor vai me desculpar, mas não posso aceitar.” Ele perguntou: “E você indica quem?” Eu indiquei Paulo Guaraci Silveira para ser, então o Diretor do Ensino Profissional. Hoje eu lamento; deveria ter aceitado. [Risos] Eu quis ser muito honesto e...*

---

<sup>64</sup> EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

*Bom, naquele tempo, em 61, comemorou-se o cinqüentenário do Ensino Industrial e eu fui encarregado de fazer a Revista do Cinqüentenário. O Ensino Industrial teve início em São Paulo, em 1911. Foi sobre o Estado de São Paulo.*

*Uma das cidades onde iniciou foi Amparo. Eu tirei uma cópia xerox dessa revista e passo às suas mãos, com o pedido para que ma devolva: ai tem toda a história do Ensino Industrial desde 1911 até 1961; tudo. Você vai mudar sua linha de atuação. [Risos]*

**EU:** *Que maravilha; ninguém tem isso! Mudar eu não digo, mas vai enriquecer o trabalho de uma forma que eu jamais supus... Nossa, mas olhe só!*

**OSM:** *Tem ai sobre o Bento Quirino e todas as escolas industriais existentes naquela época e só depois é que chegou o Cotuca e o Coticap, em decorrência da viagem que fizemos aos Estados Unidos.*

**EU:** *Olhe só Paulo Guaraci da Silveira.*

**OSM:** *Então, era para ser eu nesta capa. [Risos] Mas eu pensei: quatro meses fora... Vou deixar a direção por quatro meses? Não dá, não é? Eu iria voltar só em Dezembro.*

**EU:** *Vou fazer a cópia e devolver imediatamente para o senhor. Isto não tem preço.*

**OSM:** *Tenho aqui alguns livros que escrevi para oferecer a você.*

**EU:** *E isto é um presente para mim? Meu Deus! Fico comovida.*

**OSM:** *Aqui tem outras palestras que fiz na Unicamp, quando da comemoração do Ano Internacional da Juventude. E eu tive a honra de falar no Salão Nobre da Unicamp com Marilena Chauí — a outra que fez palestra.*

*Só para conhecimento em 61, eu fundei um Instituto de Ciência e Tecnologia e fiz um Museu de Ciência e Tecnologia em Campinas. Até hoje eu quero ver se repito isso de forma mais ampla.*

*Veja, este é meu neto. [disse ele, mostrando uma foto do rapaz, em uma revista; ele é portador da Síndrome de Down] Ele faz palestras em escolas, em livrarias, falando da necessidade de serem consideradas todas as pessoas diferentes.*

**EU:** *Será que eu estou enganada ou há pouco tempo apareceu uma entrevista com ele na EPTV.*

**OSM:** *Exatamente. É ele mesmo. Sabe que ele agora, esta trabalhando na CPFL e a chefe dele é nada mais, nada menos que uma cega, que é Diretora de Relações Públicas há 20 anos, na CPFL e o trata assim. [Fazendo gesto indicando o tratamento especial e atencioso] E ele vai fazer trabalho em teatro.*

**EU:** *Sim, eu fiquei impressionadíssima, quando vi a reportagem.*

**OSM:** *Ele está fazendo uma campanha maravilhosa em favor da diversidade dos deficientes físicos em geral. Fala que a cor da pele, dos olhos, dos cabelos... todos são diferentes. Olha a capa: é o Osmar Santos, que não consegue falar mais. Ele também participa da campanha. Esta revista é de alto*

padrão. E olhe ali [mostrando a parede] é aquele lá, o Ariel. Ele deu uma entrevista longa, de quase 10 min na EPTV.

**EU:** Sim, de fato. Eu a assisti.

**OSM:** Então, eu sempre falo: quem tem um filho com Síndrome de Down acertou na Mega-Sena. Ele é uma pessoa extraordinária. Fez “ginásio” e agora faz o supletivo; esta acabando. Se Deus quiser, vai adiante.

**EU:** E ele recebeu uma boa orientação.

**OSM:** Sim, ele é uma bênção de Deus.

E eu agora estou publicando este livro aqui. Nunca foi feito nada parecido no Brasil ou no mundo. É um livro escrito, é um livro “escutado”, com gravação mecânica e um CD com todas as viagens, pois o romance se passa no mundo inteiro. Este é um copião que ainda vou completar. Estou fazendo um estudo da capa.

É um livro sobre dualismos: sabedoria e loucura amor e ódio. Há mais de 60 anos, eu li o livro Elogio da Loucura, de Erasmo de Rotterdam e, naquele sonho de jovem, dizia: “Um dia, vou escrever um livro com o mesmo tema.” Fala de duas irmãs gêmeas: a Loucura e a Sabedoria; esta é a metáfora do livro. E estou preparando, se Deus ajudar, quando eu completar 90 anos, eu faço o lançamento.

**EU:** E qual o dia em que o senhor aniversaria?

**OSM:** 26 de Maio.

Eu falei muito a meu respeito. Falei então sobre Cotuca, Bento Quirino. Minha senhora foi professora lá, por mais de 20 anos.

**EU:** Eu gostaria de perguntar algo o senhor. Achei interessante quer nesse dossiê de documentos que foi preparado para que o Cotuca se instalasse...

**OSM:** Eu gostaria de ter contato com esses documentos.

**EU:** Esse material está no Sistema de Arquivo Central da Unicamp. Existe uma dificuldade que, num primeiro momento me deixou aborrecida, mas depois eu compreendi: os documentos que estão no Centro de Memória e no SIARQ — não permitem xerocópias, porque a luz danifica o material.

**OSM:** Eu não tenho mais contato, porque tudo ficou na Unicamp.

**EU:** Então, estou copiando a mão. Lá no SIARQ, eles têm um cuidado bastante sério com a documentação que inclui não poder usar caneta para anotação, apenas lápis e, conforme o documento, eles estão entregando luvas de malha, para evitar o dano.

**OSM:** Olha, que bom esse cuidado!

**EU:** Algo que me chamou atenção é que os currículos dos Diretores estavam anexados: o do Professor Álvaro e o seu. E me chamou atenção o pluralismo de sua formação. Fora isso, outro detalhe

*foi o fato de o senhor ter participado daquele grupo que estava envolvido na elaboração daquela Lei do Ensino Industrial que saiu em 62.*

**OSM:** *Particpei da elaboração da Lei, do Regimento das Escolas Industriais e da Comissão que fez a consolidação das leis do Ensino Industrial do Estado de São Paulo.*

**EU:** *O senhor foi convidado a participar da elaboração dessa lei, por ser advogado ou por estar no Ensino Profissional há bastante tempo?*

**OSM:** *É que eu participei como professor do Ensino Profissional desde 1937. Fui Presidente da Associação dos Docentes do ensino Industrial e Agrícola — que coordenava 26 mil professores. Eu fui Presidente dessa Associação que hoje acabou.*

**EU:** *Como o Ensino Profissional nasceu desenhado por canetas que o deixaram relegado aos desfavorecidos e limitado às pessoas que não tinham nada a perder...*

**OSM:** *Realmente... Aos deserdados da sorte. Chegaram a falar até uma expressão muito forte... Desfavorecidos da fortuna... [não se lembrou]*

*Nasceu no Centro Ferroviário de São Paulo, na Escola Sorocabana. Foram ali os primeiros cursos de formação profissional. O SENAI se originou no Centro de Formação de Ferroviários e depois se espalhou pelo Brasil inteiro, pela América até. E hoje foi dominado pelos sindicatos.*

**EU:** *A proposta da Legislação de 61, pelo que entendi, foi desfazer um pouco esse dualismo: o Ensino Profissional era para quem era desfavorecido e o propedêutico era para a elite.*

**OSM:** *Era para sujar as mãos e o outro era para colarinho branco. A Constituição de 46 estabeleceu em um dos seus itens, essa possibilidade do ensino prático e teórico, teórico e prático. Mas a Lei ficou 15 anos no Senado e só foi aprovada em 61, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Foi aí que se instituiu o Ensino Industrial como um elemento ao lado do ensino de Letras e Humanidades, que era a tradição brasileira.*

*É curioso que a Faculdade de Direito nasceu antes da escola primária no Brasil, um ano antes pelo menos, em 1827.*

**EU:** *Essa intenção que a Lei sugere de minimizar esse dualismo entre o propedêutico e o técnico, foi duramente atingida em 71, quando a legislação criou aquela confusão, com aquele ensino profissionalizante compulsório, sem estrutura nenhuma para isso, não é? Na verdade, essa idéia de expandir o Ensino Profissional de maneira desorganizada destruiu a proposta.*

**OSM:** *Isso. Acabou o Ensino Profissional. Realmente ele acabou. Teve de fazer um novo formato. E depois, teve um período negro do ensino técnico, no Ministério do Paulo Renato.*

*Paulo Renato foi meu aluno de Pós-Graduação, em Estudo de problemas Brasileiros. Mas ele chegou à conclusão — e ele me parece uma pessoa culta e inteligente — de que os alunos das escolas técnicas vão todos para a universidade e que não há razão, portanto de se ter o ensino técnico. E aí*

*acabou o ensino técnico. Acabou o Ensino profissional. Agora é o 3º ano de especialização. E um ano não forma ninguém.*

***EU:** Só que tem uma coisa: no meio desse redemoinho todo, em que o Ensino Técnico estava perdendo espaço, o COTUCA estava nascendo muito bem fundamentado, na contramão de toda essa história.*

***OSM:** Tudo porque eu tinha essa orientação e o Professor Zeferino me dava força. Houve um movimento de se transferir o Cotuca para a rede do Estado, como é o Coticap. Eu falei: “Professor, não faça isso! Por favor, não faça isso! Mantenha na Universidade!” Se não, já tinha ido embora.*

*O que eu fiz a sugestão foi ao contrário: era pegar o Coticap e incorporar à Unicamp. Porque tem uma área lá, com 150 mil metros quadrados. Eu fiz um artigo propondo isso: incorporar a escola de Química, com todos os cursos de Química fina, Petroquímica etc. Incorporar tudo à Unicamp, que é pertinho e o Cotuca ia para lá. Essa era a minha proposta: porque sai de um prédio pequeno como esse e vai para uma área de 150 mil metros quadrados e pertinho da Unicamp. Mas não aceitaram a idéia.*

***EU:** Como o prédio do Cotuca estava prejudicado com infiltrações e outras dificuldades, quem pagou essa reforma?*

***OSM:** É... O telhado ia ser demolido. A reforma foi feita pela Unicamp.*

*E eu havia dito sobre aquela parede com problemas, o lugar onde tinha acontecido o afundamento. O ex-diretor que fez isso era filho da minha primeira professora... [Risos] Eu conheço bem ele. Foi Diretor do Ensino Industrial. Eu queria me remover para Campinas e ele era de Sorocaba. Falei: “Mas você não vai para Sorocaba?” E ele escolheu Campinas e era eu que vinha... [Risos] Hoje a escola de Sorocaba tem o nome dele. Era eu que seria o Diretor naquela época e não ele.*

*Então, vamos ver: o prédio estava caindo e eu banquei o profeta. Nessa reunião dos 40 anos [em 2007], eu falei: disse que não ia cair e não caiu! 40 anos depois!*

***EU:** Nas cartas e nessa documentação que está no SIARQ, já se dizia que a instalação do Cotuca nesse prédio, seria provisória. A que o senhor atribui o fato da escola continuar aí, embora esteja com problemas de espaço físico?*

***OSM:** Muitos fatos. Em primeiro lugar, logo depois que assumi a direção, eu fiz um programa de passar o Colégio para o campus, ao lado da Faculdade de Tecnologia de Alimentos, numa área de 6 hectares, perto do hospital. Lá era o local do Colégio Técnico.*

*Mas os universitários não querem o Colégio Técnico na Universidade. Não querem! Não querem alunos de colégio, dentro da Universidade. Aquela idéia ainda, de que aluno de colégio não tem maturidade... No fim, tanto fizeram que o prédio não foi para lá.*

*Depois dos diretores que eu pus a mão, vieram os ex-alunos que começaram a assumir a Direção. Mas o Cotuca começou a crescer sozinho. E continua crescendo. E tem prestígio, não é? Até hoje, tem um*

prestígio muito grande. Mas o Paulo Renato quase acaba com tudo. Ele acabou no Brasil inteiro, mas não acabou no Colégio. E não acabou porque o Professor Zeferino Vaz não deixou. Se não, teria acabado. Depois, outras universidades, como a UNESP, também criaram escolas técnicas, com base no exemplo da Unicamp. Mas até hoje não querem que se transfira o Colégio para lá. Não é que não querem, não dão condições.

**EU:** Mas há uma questão dramática, que é a do espaço físico. O prédio está no limite.

**OSM:** É, mas há um bom tanto ali que se perdeu. A avenida comeu um trecho grande ali, o terreno ia até mais ao fundo. Quando foi feita a reforma do prédio, se colocou a Praça de Esportes, foi pintado, mas...

Eu ainda falei para o Akira<sup>65</sup>: “Olha o telhado! Depois um dia pega fogo aí e acaba com a escola, porque é um prédio muito velho...” É de...

**EU:** Foi inaugurado em 1918. Ficou pronto em 1917.

**OSM:** Então, ele está completando quase 100 anos. Eu vi cair reboque. No dia que eu estava lá, caiu reboque... As estruturas estão se mexendo, estão ressequidas.

**EU:** Mas, mais dia, menos dia, o senhor acha que a escola vai ter de se deslocar de lá, por uma questão estrutural?

**OSM:** Deverá se deslocar. Eu já havia comentado isso como Professor Zeferino. Ali deveria ser um Centro Cultural. Pela localização, um Centro Cultural da Unicamp. Esse deve ser o caminho natural. Ou para fazer uma Biblioteca Central ali, ou um Centro de Memória, que fique mais próximo da população. Porque a Unicamp está divorciada de Campinas. Ela está lá... É outra coisa.

**EU:** Sabe uma coisa que me intriga? Eu peguei o testamento do Bento Quirino...

**OSM:** Muitos acham que o que está sendo feito ali, está em desacordo com o testamento..

**EU:** É aí que eu queria chegar. Ele não deixou dúvidas no testamento: deveria haver um contrato com quem quer que fosse, no caso, com o Estado. Isso consta nas atas de reunião do grupo, ao longo dos anos: que deveria haver um compromisso de manter ali, uma escola profissional funcionando.

**OSM:** Era o “Gota de Leite” que iniciou aquele trabalho lá, não é? Gota de Leite: leite de gestantes para crianças abandonadas. Isso eu ouvi dizer, nunca li nada a respeito.

**EU:** Quando eu li essa história do testamento, pensei que o fato do Cotuca ir para lá, foi uma forma de fazer cumprir o testamento. Pelo que eu li na documentação da época do Instituto Profissional Bento Quirino, a escola já vinha funcionando desde 1918, passando por percalços etc. Essas dificuldades da administração levaram a que o Estado assumisse o controle. Tanto é, que ela passou por uma reinauguração, em 1927. Depois deste processo, houve um crescimento, pelo que consta. Era a Escola Industrial Mista “Bento Quirino”. Depois, houve a Revolução de 32, o local foi escolhido para servir de

---

<sup>65</sup> Celso Akira Nishibe é o atual diretor do COTUCA.

enfermaria para feridos. Essa enfermaria funcionou ali, até terminar a Revolução. Uma vez finda, havia uma estrutura que eles aproveitaram e, em 1933 inauguraram o Dispensário de Puericultura.

**OSM:** Era o “Gota de Leite”, então.

**EU:** “Gota de Leite”? Eu não sabia desse nome. Porque tinha o lactário...

**OSM:** Isso! O lactário.

**EU:** E o médico que atendia as crianças cadastradas, era o Dr. Boldrini.

**OSM:** Isso eu não sei, não li a esse respeito.

**EU:** Isso consta do meu trabalho também. Essa fase anterior à chegada do Cotuca. Eu resolvi contar a história, a partir do legado que Bento Quirino deixou. Depois houve a mudança para o prédio da Orosimbo Maia e a entrada do Cotuca. Foi essa a transição que resolvi contar: falei sobre a origem do legado financeiro — bastante grande — até 1965, quando foi para o novo prédio.

**OSM:** Por um ano, o prédio ficou interditado, porque foi em 1967 que eu fiz essa visita com o Professor Zeferino.

**EU:** Então foi em 66; porque em 67, o Professor Zeferino já despachava ali, pois na Unicamp não tinha prédio.

**OSM:** É... Ele ficou na sala que eu fiquei por muitos anos. Como não tinha local, começou na Prefeitura [Palácio dos Azulejos], depois no prédio na Ultragás [Supergasbrás], na avenida...

**EU:** Ai em 67, já havia alunos para o curso técnico.

**OSM:** Mas era uma turma só de Mecânica e Eletricidade, que foi a turma que funcionou até 1970 e eu fui paraninfo dela, na primeira formatura, pois já tinha assumido a Direção. Ai é que iniciei os novos cursos. E todos os demais cursos já foram proposta minha para o Professor Zeferino.

**EU:** E em 71, veio o de Enfermagem.

**OSM:** Enfermagem, Tecnologia de Alimentos, Processamento de Dados — aqueles que seriam paradigma para o Brasil inteiro.

**EU:** Mas isso é mesmo fabuloso.

**OSM:** E o ITAL<sup>66</sup> deu origem ao curso do Cotuca e depois à Faculdade de Tecnologia de Alimentos. O ITAL foi a semente dos dois.

**EU:** Havia um pedido de Bento Quirino para que nesse prédio, construído por Ramos de Azevedo, fossem mantidas três salas, com nomes: uma de Cel. Silva Telles, outra de Domingos Netto e outra de José Paulino Nogueira, amigos mais chegados. Parece que essas salas já não existiam quando vocês entraram lá.

**OSM:** Não existiam.

---

<sup>66</sup> ITAL: Instituto de Tecnologia de Alimentos

**EU:** *Como curiosidade: sobre César Lattes... Consta que ele trabalhava nos porões do Cotuca. O senhor conviveu com isso?*

**OSM:** *Por pouco tempo. César Lattes fazia experiências de Física ali. Às vezes, passava a noite lá. Tinha rede e deitava na rede.*

**EU:** *Professor! O que o senhor me falou é de uma preciosidade imensa. Eu me sinto abençoada por essa oportunidade.*

**OSM:** *Eu acho que contei pouco [Risos]. Porque são 70 anos! E eu tenho conhecimento de muita coisa. Eu fui ao lançamento da Pedra Fundamental da Unicamp e ali era um canavial.*

**EU:** *estou na fase final que antecede a Qualificação e depois, tenho até fevereiro para encerrar o programa.*

**OSM:** *É... E nesse trabalho, a gente nunca acha que está completo. Nossa, tinha tal coisa e eu não pus! [Risos]*

**EU:** *É isso mesmo e eu estou vivendo um dilema.*

*Mas vou fazer uso desse material valioso que o senhor faz a gentileza de em emprestar. E o senhor é uma pessoa tão rica, é tão gostoso conversar com o senhor, que nem dá vontade ir embora. Mas vou respeitar o horário e sua necessidade de descanso.*

**OSM:** *Antes ou depois da defesa, podemos conversar.*

*Eu vejo nisso, uma oportunidade rara, pois não tenho olhos, nem mãos e você pode ser a voz, os olhos e as mãos para dar continuidade a muitas das idéias que eu não posso mais defender.*



### ANEXO 3

#### **Trecho da Escritura de Doação do prédio do Instituto Bento Quirino para o Governo do Estado de São Paulo, em 19/08/1958.**

Documento encontrado no SIARQ – UNICAMP

Arquivo P-008-67 Fls. 5 e 6. Abertura: 12/01/67.

*[...] Outorgante doadora a Associação Instituto Profissional Bento Quirino, representada pelo seu Presidente, Professor José Minervino.*

*Outorgada: a Fazenda do Estado de São Paulo, representada por seu advogado Dr. Luiz Antonio Baptista. Pela outorgante, me foi dito:*

*1º) que é legítima e possuidora de um imóvel. Sobre o imóvel: livre e desembaraçado de qualquer ônus, mesmo de hipotecas legais ou convencionais consistente em um terreno com área de 8.155,80 metros quadrados e respectivas construções, fazendo frente para a Rua Culto à Ciência, onde mede 102,00 metros e tem o número 177, por 110,00 metros para a Rua Sebastião de Souza; entre essas ruas há um canto quebrado com 9,90 metros; mede ainda 61,50 metros para a Rua Saldanha Marinho, confrontando pelos fundos com quem de direito, tudo de acordo com a planta<sup>67</sup> que apresentada em três vias e que depois de assinadas pelas partes e pelo tabelião que esta subscreve, fica fazendo parte integrante desta escritura. Que a outorgante e a outorgada dão ao referido imóvel para os efeitos legais, o valor de Cr\$ 100.000,00.*

*2º) que o referido imóvel foi adquirido por ela, doadora, no inventário dos bens deixados por Bento Quirino dos Santos, falecido em Campinas em 1915<sup>68</sup>, inventário que se processou pelo Cartório do 3º Tabelião da Comarca de Campinas, neste Estado e que foi julgado por sentença datada de 25 de maio de 1916, e ainda não foi registrado [...]*

*3º) que a Assembléia Geral extraordinária de 26 de junho de 1958, autorizou a referida Associação a doar à Fazenda do Estado de São Paulo, o imóvel acima descrito e confrontado e assim, dando execução àquela deliberação, a outorgante, pela presente escritura e nos melhores termos de direito, doa, como de fato e na verdade doado tem a outorgada donatária Fazenda do Estado de São Paulo, o referido imóvel para que ela, a outorgada donatária, o destine a manutenção da Escola Profissional, com atual denominação “Bento Quirino”, bem como reserva uma sala, nos fundos do prédio para uso da Diretoria da outorgante doadora e guarda de seus arquivos; transmitindo-lhes neste ato, toda a posse, domínio, direito e ações, que exercia sobre o aludido imóvel, que por força desta escritura lhe fica pertencendo, respondendo a outorgante, pela evicção, na forma da lei. [...]*

---

<sup>67</sup> Ver Planta à página 177.

<sup>68</sup> Consta em outros documentos consultados que Bento Quirino dos Santos faleceu aos 77 anos, em 26 de dezembro de 1914.



